

CAMIL ALIMENTOS S.A.

Relatório do auditor independente

Demonstrações contábeis individuais e
consolidadas

Em 28 de fevereiro de 2026

CAMIL ALIMENTOS S.A.

Demonstrações contábeis individuais e consolidadas
Em 28 de fevereiro de 2026

Conteúdo

Relatório da Administração

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Balancos patrimoniais individuais e consolidados

Demonstrações individuais e consolidadas do resultado

Demonstrações individuais e consolidadas do resultado abrangente

Demonstrações individuais e consolidadas das mutações do patrimônio líquido

Demonstrações individuais e consolidadas dos fluxos de caixa - método indireto

Demonstrações individuais e consolidadas do valor adicionado

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas



Relatório da Administração

 **Camil**

4T25 & 2025

Prezados leitores,

Submetemos a vossa apreciação o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras da Camil Alimentos S.A. (“Camil” e “Companhia”), relativas aos exercícios findos em 28 de fevereiro de 2026 (“2025”) e 28 de fevereiro de 2025 (“2024”), acompanhadas das respectivas Notas Explicativas e do Relatório dos Auditores Independentes. As informações apresentadas neste material estão disponíveis no site de Relações com Investidores da Camil (www.camil.com.br/ri) e no site da Comissão de Valores Mobiliários – CVM (www.cvm.gov.br).

Descrição dos Negócios da Companhia

A Companhia é uma sociedade anônima de capital aberto listada no segmento Novo Mercado da B3 sob o código “CAML3”, o mais alto nível de governança da B3. A Camil é uma multinacional de origem brasileira que se destaca como uma das maiores plataformas de alimentos multicategoria na América Latina. Os negócios da Companhia são voltados para o beneficiamento, processamento, produção, empacotamento e comercialização de marcas com posições de liderança e reconhecimento de mercado que contemplam produtos nas categorias de grãos, adoçados, pescados enlatados (sardinha e atum), massas, café, biscoitos, produtos saudáveis, dentre outros produtos, segregados em dois segmentos: Brasil e Internacional, com presença no Brasil, Uruguai, Chile, Peru, Equador e Paraguai.

As atividades da Companhia tiveram início no ano de 1963 no Brasil e, desde então, vem se expandindo tanto organicamente quanto por meio de aquisições de empresas e marcas de produtos alimentícios na América do Sul. Atualmente, a Camil possui um amplo portfólio de marcas com posições de liderança e reconhecimento de mercado, incluindo Camil, União, Coqueiro, Santa Amália e Mabel no Brasil, Saman e La Abundancia no Uruguai, Tucapel no Chile, Costeño no Peru, Rico Arroz no Equador e Villa Oliva no Paraguai. Além das marcas principais, o portfólio da Companhia contempla diversas outras marcas regionais, com foco em atender diferentes nichos de consumidores nas regiões e países em que atua.

Mensagem da Administração

Em 2025, a Camil registrou receita líquida de R\$11 bilhões, redução de 9% frente ao ano anterior, diante de um cenário de redução de preços de matéria-prima no período - principalmente no arroz. Mesmo nesse contexto, o EBITDA somou R\$915 milhões, com margem de 8,2%, uma expansão de +0,8pp em relação a 2024, resultado da combinação entre disciplina operacional, crescimento do alto valor e captura de sinergias entre as operações. O período reforça a resiliência do nosso modelo de negócios e a consistência da nossa gestão operacional, mesmo diante desse cenário desafiador de preços de mercado. O resultado foi sustentado pelo crescimento dos volumes no segmento internacional e pelo avanço nas categorias de alto valor, parcialmente compensado por uma retração anual de volumes do alto giro em açúcar.

No alto giro Brasil, os preços de mercado¹ de arroz e açúcar caíram -41% e -17% no ano, respectivamente, com impacto direto na receita da categoria. Em volumes, a redução de -4% no alto giro refletiu o menor volume em açúcar, mitigado pelo avanço de volumes em grãos. Vale destacar que 2025 foi marcado pelo sucesso da campanha ‘Ícones da Brasilidade’ da marca Camil, reforçando ainda mais nosso posicionamento ao associar a marca à base da alimentação e à trajetória de conquistas dos brasileiros. Em açúcar, também registramos a retomada da rentabilidade da categoria, contribuindo para a expansão das margens durante o ano e sinalizando uma recuperação gradual após um período historicamente desafiador para o mercado de varejo.

Nas categorias de alto valor, registramos crescimento de volumes de +3% no ano, sustentado pelo desempenho positivo em pescados, café e biscoitos. Em café, o cenário de mercado foi marcado por alta dos preços de mercado no ano, com incremento de volumes e rentabilidade frente ao ano anterior, impulsionado por inovações e melhorias de execução para consolidar nossa posição e ampliar nossa participação na categoria. Em biscoitos, avançamos com nossas campanhas de fortalecimento da marca Mabel, com aumento de volumes registrado na comparação anual. Em massas, enfrentamos pressões pontuais de volume, parcialmente compensado pelo crescimento da marca Camil na região metropolitana de São Paulo.

No mercado internacional, registramos nossa melhor performance anual histórica em volumes, com crescimento de +31% no ano. Esse resultado foi impulsionado, principalmente, pelo sólido desempenho do Uruguai e pela integração dos resultados do Paraguai, mercado no qual concluímos nossa entrada durante o ano e que contribuiu positivamente para

1 Fontes de Preços de Mercado: CEPEA; indicador do arroz em Casca Esalq/Senar-RS 50kg; CEPEA – indicador do Açúcar Cristal Esalq-SP 50kg – Comparativos entre as médias anuais dos exercícios findos em fevereiro de 2026 e fevereiro de 2025.

os resultados a partir do terceiro trimestre. Parte do avanço foi compensado por um cenário de preços desafiador de arroz na América do Sul. O segmento internacional consolida-se como um dos principais vetores de crescimento e diversificação da Companhia, e continuamos confiantes na nossa estratégia de fortalecimento da nossa presença regional na região.

Avançamos também em nossa agenda ESG, reforçando os compromissos que têm pautado nossa atuação ao longo dos últimos anos de consistência e iniciativas atrelada aos negócios e à estratégia de crescimento. Disponibilizamos o nosso Relatório de Sustentabilidade nas melhores metodologias de mercado incluindo os principais destaques dos nossos temas materiais em todas as regiões de atuação da Companhia, e destacamos a continuidade dos projetos proprietários sociais Grãos da Base, com a marca Camil, e Doce Futuro, com a marca União, promovendo a capacitação e o desenvolvimento de microempreendedores. No campo ambiental, avançamos em projetos estratégicos de longo prazo, com destaque para os investimentos em nossa nova termoelétrica e o projeto pesca limpa na nossa planta de pescados, reforçando nosso compromisso com a geração de energia renovável, cadeia de valor e com a gestão responsável dos nossos recursos. Em paralelo, seguimos avançando no diagnóstico para implementação das normas IFRS S1 e S2, em linha com as exigências regulatórias para 2026.

Nossa direção estratégica segue bem definida: impulsionar volumes no Brasil, reforçar nossa atuação nos mercados internacionais, expandir rentabilidade e continuar evoluindo em eficiência operacional e comercial, com captura contínua de sinergias entre as operações.

Apoiada em um portfólio amplo de marcas sólidas e alto reconhecimento dos consumidores, a Camil continua consolidando sua posição como uma das maiores empresas de marcas alimentícias na América do Sul, com posições de liderança nas marcas e países em que atua. Seguimos confiantes na execução da nossa agenda - volumes, internacional, rentabilidade e eficiência – com foco na geração de valor sustentável para todos os nossos *stakeholders*.

Luciano Quartiero

Diretor Presidente

Flavio Vargas

Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

Eventos Recentes

- ⊗ **Junho 2025: Assembleia Geral Ordinária:** Em junho de 2025, a Companhia realizou a Assembleia Geral Ordinária Anual. Os materiais da Assembleia estão disponíveis no website de Relações com Investidores da Companhia.
 - ⊗ **Junho 2025: Aprovação do pagamento de JCP e Dividendos:** Em junho de 2025, o Conselho de Administração da Companhia aprovou o pagamento de JCP no valor de R\$25 milhões, com pagamento realizado em 26 de junho de 2025.
 - ⊗ **Julho 2025: Publicação do Relatório de Sustentabilidade:** Em julho de 2025, a Camil publicou seu Relatório de Sustentabilidade, descrevendo práticas, desempenho e impactos ambientais, sociais e de governança das operações a nível América Latina.
 - ⊗ **Agosto 2025: Aprovação de Pagamento de JCP e Dividendos:** Em agosto de 2025, o Conselho de Administração da Companhia aprovou o pagamento de Juros sobre Capital Próprio de R\$19 milhões e de Dividendos de R\$6 milhões, com pagamento realizado em 11 de setembro de 2025.
 - ⊗ **Setembro 2025: Informe de Governança Corporativa:** Em setembro de 2025, a Camil publicou seu informe do Código Brasileiro de Governança Corporativa 2025. Mantivemos alta aderência, reforçando ainda mais nossa posição de boas práticas em governança. Para consultar o Informe, acesse o site de Relações com Investidores da Companhia.
 - ⊗ **Setembro 2025: Conclusão da Aquisição no Paraguai:** No dia 1º de setembro de 2025, após a reorganização societária e condições precedentes, foi concluída a aquisição da totalidade das ações da Villa Oliva Rice S.A pela Camilatam S.A. (subsidiária da Companhia), consolidando a entrada da Companhia no mercado de arroz do Paraguai e ampliando sua presença no segmento de alimentos na América do Sul.
 - ⊗ **Novembro 2025: Conclusão da 15ª Emissão de Debêntures:** A Companhia concluiu em novembro de 2025 a sua 15ª Emissão de Debêntures não conversíveis em ações, vinculadas à 389ª emissão de Certificados de Recebíveis do Agronegócio (CRA) da Eco Securitizadora, no montante total de R\$1,25 bilhão.
 - ⊗ **Novembro 2025: Aprovação de Dividendos e Juros sobre Capital Próprio:** Em novembro de 2025, o Conselho de Administração da Companhia aprovou o pagamento de Dividendos e JCP no valor de R\$25 milhões, com pagamento realizado em 12 de dezembro de 2025.
- Dezembro 2025: Aprovação de Dividendos:** Em dezembro de 2025, o Conselho de Administração da Companhia aprovou o pagamento de dividendos no montante bruto de R\$420,0 milhões. O pagamento será realizado em 12 parcelas, entre março de 2026 e dezembro de 2028.

ESG

Em 2025, a Camil consolidou sua estratégia ESG com avanços consistentes nos três pilares, ambiental, social e de governança, alinhada à geração de valor sustentável e ao desenvolvimento do negócio. No pilar ambiental, avançamos com o projeto da nova termelétrica em Cambaí (RS), que utilizará 100% da casca de arroz gerada em nossas operações na região para a geração de energia renovável. A planta encontra-se em fase de operação piloto, com previsão de entrada em operação plena nos próximos meses. A iniciativa reforça nossa estratégia de economia circular, ao transformar resíduos industriais em fonte energética.



No aspecto social, nossos programas proprietários de impacto comunitário seguiram evoluindo. O projeto Grãos da Base, da marca Camil, certificou dezenas de pequenos negócios locais em práticas sustentáveis e gestão empreendedora. Já o Doce Futuro, da marca União, capacitou mais de mil alunos em comunidades no entorno de nossas operações.

Na governança, ampliamos nossa estrutura de riscos ESG para 22 indicadores monitorados e expandimos a atuação dos Comitês de Riscos e de Integridade para as operações fora do Brasil, assim como evoluímos com as discussões para preparo e publicação das informações referentes ao IFRS S1 e S2. Também publicamos o Informe Brasileiro de Governança Corporativa, no modelo "pratique ou explique" do CBGC, com aderência elevada às boas práticas.

Agradecemos a todos os colaboradores, parceiros, clientes e comunidades pelo compromisso compartilhado de construir um futuro mais sustentável. A Companhia está concluindo a preparação de seu próximo Relatório de Sustentabilidade, referente ao encerramento de fevereiro de 2026. Permanecemos firmes no compromisso de ampliar nosso impacto positivo, valorizando as pessoas que caminham conosco, garantindo a excelência de nossos produtos e conduzindo nossas operações de forma responsável na redução dos impactos ambientais gerados por nossas atividades.

Prêmios e Reconhecimentos

- Ⓞ **Ranking Institutional Investor 2025:** No ranking geral (**large, mid, small caps**), atingimos **top 10** em todas as categorias e **#1 Best Investor Event**; Na categoria **Small Caps**, a Camil ficou em **primeiro lugar** nas categorias avaliadas: **Best CEO – Luciano Quartiero, Best CFO – Flavio Vargas, Best IR Professional – Jenifer Nicolini, Best Company Board, Best ESG Program, Best Investor/Analyst Event, Best IR Program e Best IR Team.**
- Ⓞ **Marcas Preferidas** – Diário de Pernambuco: Arroz Camil 3º lugar
- Ⓞ **Marcas Preferidas** – Diário de Pernambuco: Açúcar União 2º lugar
- Ⓞ **Marcas de alto renome em vigência no Brasil (INPI)** - União
- Ⓞ **SA Varejo** - ranking das marcas mais lembradas pelos varejistas: Camil marca líder de vendas em arroz e feijão
- Ⓞ **SA Varejo** - ranking das marcas mais lembradas pelos varejistas: Açúcar União 1º lugar
- Ⓞ **SA Varejo** - ranking das marcas mais lembradas pelos varejistas: Arroz Camil 1º lugar
- Ⓞ **SA Varejo** - ranking das marcas mais lembradas pelos varejistas: Feijão Camil 1º lugar
- Ⓞ **SA Varejo** - ranking das marcas mais lembradas pelos varejistas: Arroz Integral Camil 3º lugar
- Ⓞ **SA Varejo** - ranking das marcas mais lembradas pelos varejistas: Coqueiro 2º lugar
- Ⓞ **Top of Mind do Rio Grande do Sul:** Feijão 2º lugar
- Ⓞ **Top of Mind do Rio Grande do Sul:** Arroz 2º lugar
- Ⓞ **Forbes Agro100 Maiores no Brasil** - 27º lugar - Camil
- Ⓞ **Valor 1000** – Camil Alimentos - 116ª posição
- Ⓞ **Revista Época Negócios** - As marcas mais valiosas e fortes do Brasil – 63º Camil Alimentos
- Ⓞ **Top of Mind – Folha de São Paulo** - Coqueiro (Sardinha) e Camil (Feijão).

Mercado Comum – 30º Prêmio Top of Mind – Arroz Camil, Massas Santa Amália e Açúcar União

Marcas e Lançamentos

Camil, a Base de Todo Brasileiro: a marca por mais um ano recebeu a premiação Top of Mind da Folha de São Paulo na categoria de Feijão. E o ano de 2025 foi marcado pelo sucesso da campanha 'Ícones da Brasilidade', em parceria com o cantor Thiaguinho. A campanha teve como objetivo reforçar o arroz e feijão como a base da alimentação e da trajetória de sucesso do brasileiro. A iniciativa demonstrou alta performance no meio digital, impactando milhões de usuários nas praças de São Paulo e Minas Gerais. A marca esteve presente na turnê 'Tardezinha 10 anos' do cantor, com ativações de destaque como o 'Boteco Camil', um espaço dedicado à distribuição de clássicos culinários brasileiros feitos com os produtos da marca. Além disso, a marca manteve sua comunicação e exposição em todas as demais datas do evento, maximizando a visibilidade nacional.



Já no pilar de responsabilidade social, foi anunciada a expansão da Escola de Negócios Grãos da Base para Porto Alegre (RS). O programa, que apoia pequenos empreendedores no setor de gastronomia, abriu novas turmas em parceria com o renomado Instituto Capim Santo, da Chef Morena Leite, que também atuará como embaixadora do projeto. A iniciativa reforça o compromisso da marca em oferecer ferramentas de administração e técnicas culinárias para auxiliar no crescimento desses negócios.

Além disso, a Camil expandiu o portfólio na categoria de massas, reforçando sua presença em mercearia básica com novos produtos e maior variedade. O destaque é a linha premium Grano Duro, feita com trigo durum importado, que oferece melhor textura e qualidade, disponível em três formatos. A marca também ampliou a linha tradicional com novas versões dos cortes Ninho e Lasanha. A estratégia busca diversificar o mercado, atender diferentes perfis de consumidores e consolidar a categoria como um pilar relevante, fortalecendo o posicionamento da Camil como base da alimentação dos brasileiros.



Coqueiro - a marca Coqueiro foi eleita Top of Mind na categoria de sardinha em lata, como a marca mais lembrada espontaneamente pelos consumidores, pelo terceiro ano consecutivo, reforçando sua liderança e relevância no mercado. Tivemos também, o lançamento da nova campanha “A receita mais rápida”, que fortalece o posicionamento da marca como parceira do consumidor em uma alimentação prática, saudável e saborosa, conectada à vida real. A campanha se apropria de um comportamento cotidiano, a busca por receitas na internet, para traduzir, de forma simples e direta, a proposta de valor da marca. Como desdobramento estratégico, Coqueiro firmou uma parceria com a Bimbo, através da marca RAP10, unindo duas empresas reconhecidas por oferecer soluções práticas e versáteis para o dia a dia do consumidor. A colaboração contempla desde a presença conjunta no novo filme publicitário da marca Coqueiro, presença do Atum Coqueiro na embalagem de RAP10 e em ativações nos pontos de venda, potencializando sinergias e conversão no varejo.



Além disso, Coqueiro lançou a campanha Sardine Summer, uma collab com a C&A, que trouxe aos consumidores uma coleção de latinhas e camisetas exclusivas, inspiradas na tendência de moda de mesmo nome, onde a Sardinha foi amplamente utilizada como ícone para roupas e acessórios do verão europeu desse ano. A ação contou com um evento de lançamento na loja conceito da C&A, com 70 personalidades da moda, de veículos exclusivos e de influenciadores de lifestyle, e teve toda uma campanha de divulgação no digital de Janeiro até Março, ao longo de todo o verão. A ação foi um sucesso, com alto impacto em PR e muita reverberação para a marca, especialmente através dos mais de 200 kits exclusivos de verão que a marca distribuiu ao longo da ação. As latinhas colecionáveis das Sardinhas 125g de Óleo, Tomate e Limão vão ficar presente nos PDVs por todo o 1º semestre de 2026.



Santa Amália é Mais Massa - A marca reforça sua conexão com os consumidores ao apresentar nova fase de comunicação “Com Santa Amália qualquer momento vira acontecimento” lançando a nova campanha com foco em Minas Gerais, uma evolução que segue com a assinatura “Santa Amália é mais massa”, que traduz de forma leve e emocional o papel da marca em transformar momentos simples em experiências especiais. Com a visão de conversão e vendas, a marca intensificou sua presença no PDV no estado de Minas Gerais. A Promoção “Santa Amália é mais massa” fortalece o relacionamento e estimula a conversão para o portfólio da marca, com prêmios diários em dinheiro. Santa Amália também marcou presença em importantes eventos do calendário regional, como a FEMAGRO na cidade de Machado e o Fatura Nova Lima, reforçando a sua proximidade com a cultura, a gastronomia e os sabores que fazem parte da rotina dos mineiros.



Mabel - a marca deu continuidade à sua estratégia de inovação, com o lançamento dos Cookies Mabel e o relançamento dos Recheados Mabel, marcando sua entrada mais estruturada no território de biscoitos indulgentes.

O lançamento dos Cookies Mabel representa um passo importante na evolução da marca, trazendo novas texturas e sabores que dialogam com tendências de consumo e ampliam a relevância do portfólio frente aos consumidores. A inovação chega como um pilar estratégico de crescimento, reforçando a atuação da marca em momentos de maior prazer e indulgência.

União, a cada cápsula um convite: a marca reforçou sua presença na categoria de cafés e estratégia de inovação com o lançamento do Novo Café Espresso União, com 5 variantes de cápsulas de café, a marca convida o consumidor a vivenciar os pequenos rituais de pausa, afeto e conexão que um bom café pode proporcionar - com blends desenvolvidos para transformar o agora em um momento de presença e sabor.



União esteve presente com seu lançamento como patrocinadora oficial da 36ª Bienal de São Paulo e no segundo semestre de 2025 a marca lançou a campanha “A cada cápsula, um convite”, contemplando a comunicação em digital e mobiliário urbano em São Paulo e Rio de Janeiro, além de uma ação de grande visibilidade no Parque Villa-Lobos, onde cabines da maior roda-gigante da América Latina foram transformadas em cápsulas temáticas para experiências imersivas. A marca também apresentou um projeto multiplataforma de conteúdo sobre rituais do café e participou do

Gala na Sala da OSESP, reforçando sua presença em territórios que unem tradição, cultura e impacto social. Para finalizar o ano, União lançou o concurso cultural Up na Copa by União, uma ação voltada ao ambiente corporativo, premiando empresas com um ano de produtos e a repaginação de suas copas. Para impulsionar a campanha, a marca realizou o Copa Truck by União, ação itinerante que levou para grandes prédios corporativos de São Paulo um caminhão personalizado com degustações e ativações. O projeto contou com influenciadores e Top Voices do LinkedIn, Carolina Martins, Andrea Schwarz, Pacote, além do criador Menzinho (Fausto Carvalho), que amplificaram conversas sobre cultura, colaboração e produtividade.



As iniciativas alcançaram mais de 8 milhões de pessoas, além de milhares de interações presenciais. Além disso, União completou 115 anos de existência e deu início às celebrações que se estenderão até dezembro, por meio de um merchandising no MasterChef Confeitaria, sucesso no Youtube alcançando +1 milhão de visualizações por episódio, integrando a marca ao principal conteúdo gastronômico da TV brasileira e ampliando seu alcance entre consumidores com afinidade pela categoria. A aparição destacou o

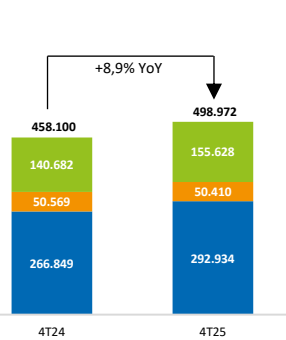


aniversário de 115 Anos da marca, reforçando sua presença estratégica no território de confeitaria, o que contribuiu para o fortalecimento do *brand equity*. Paralelamente, a participação no Brunch Weekend, em outubro e novembro, ampliou a experiência da marca no universo de consumo fora do lar, conectando União a chefs renomados. E no pilar de responsabilidade social a marca ampliou seu projeto Doce Futuro União para Porto Alegre (RS), aumentando o impacto da formação em confeitaria para quem deseja empreender através da venda de doces.

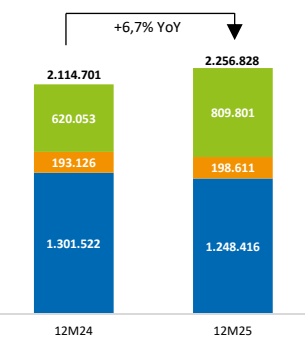
Desempenho Operacional

Evolução Volume (k ton)

Volumes 4T25 vs. 4T24 (k ton)

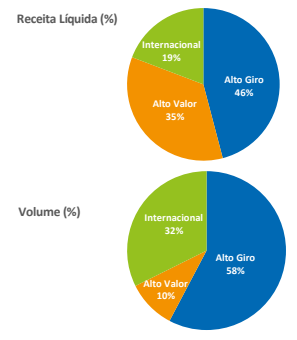


Volumes 2025 vs. 2024 (k ton)

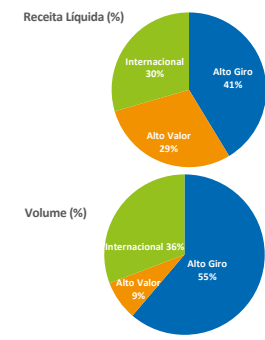


Representatividade por Categoria (%)

Representatividade 4T25 (%)



Representatividade 2025 (%)



Alto Giro: categorias no Brasil de grãos (arroz, feijão e outros grãos) e açúcar; **Alto Valor:** categorias no Brasil de pescados enlatados, massas, biscoitos e café; **Internacional:** Uruguai, Chile, Peru, Equador e Paraguai.

4T25: O volume consolidado cresceu **+8,9% no 4T25** em relação ao mesmo período do ano anterior, principalmente pelo aumento de **9,8% no volume de alto giro no Brasil**, impulsionado pelo crescimento tanto de **grãos** quanto de **açúcar**. A categoria de **alto valor** ficou praticamente estável na comparação anual (**-0,3%**), refletindo redução em **massas e biscoitos**, compensado pelo crescimento em **pescados e café**. No **internacional**, o volume aumentou **+10,6% YoY**, impulsionado principalmente pelo maior volume no **Uruguai, Chile e Peru**, além da **contribuição do Paraguai**, parcialmente compensados pela redução no **Equador** no trimestre.

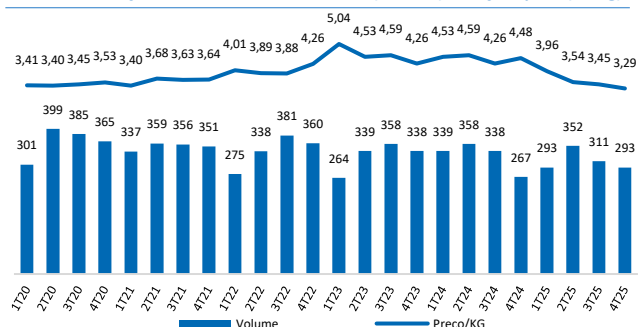
2025: O volume consolidado cresceu **+6,7% em 2025**, refletindo principalmente o desempenho do **internacional, com crescimento de +30,6% YoY**, impulsionado pelo maior volume no **Uruguai** e pela **contribuição do Paraguai**, parcialmente compensado por menores volumes nos demais países. O crescimento no ano foi parcialmente compensado pela **queda de volumes no Brasil de -3,2%**, impulsionado por uma redução de **-4,1% no volume de alto giro**, em função de menores volumes de **açúcar**. Esse efeito foi parcialmente compensado pelo avanço de volume de **grãos** no período. No **alto valor**, a Camil registrou crescimento de volumes de **+2,8%**, impulsionado por **pescados, café e biscoitos**, parcialmente compensado pela redução em **massas**.

Alto Giro



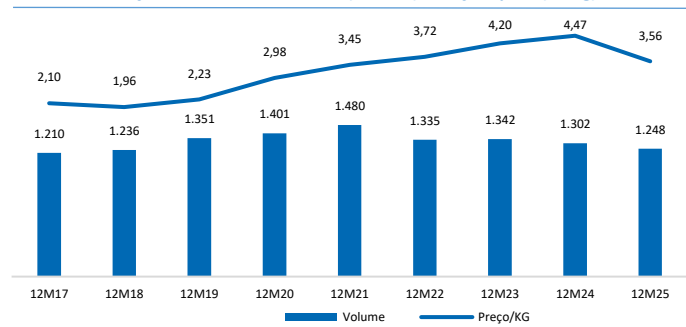
- ⊗ **Volume:** 292,9 mil tons, +9,8% YoY no 4T25 e 1.248,4 mil tons, -4,1% YoY em 2025
- ⊗ **Preço líquido:** R\$3,29/kg, -26,6% YoY no 4T25 e R\$3,56/kg, -20,2% YoY em 2025
- ⊗ **Mix de vendas:** O crescimento do volume no 4T25 foi impulsionado por grãos e açúcar. Em 2025, a redução do volume refletiu menores volumes em açúcar, parcialmente compensados pelo crescimento de grãos.
- ⊗ **Mercado²:** **Arroz:** R\$53,86/saca (-45,0% YoY) no 4T25 e R\$64,51/saca (-41,0% YoY) em 2025. **Feijão:** R\$222,78/saca (+0,3% YoY) no 4T25 e R\$223,10/saca (-4,0% YoY) em 2025. **Açúcar:** R\$111,21/saca (-27,2% YoY) no 4T25 e R\$122,50/saca (-16,0% YoY) em 2025.

Alto Giro - Evolução Volume Trimestral Histórico (mil tons) e Preço Líquido (R\$/kg)



Fonte: Companhia

Alto Giro - Evolução Volume Anual Histórico (mil tons) e Preço Líquido (R\$/kg)



Fonte: Companhia

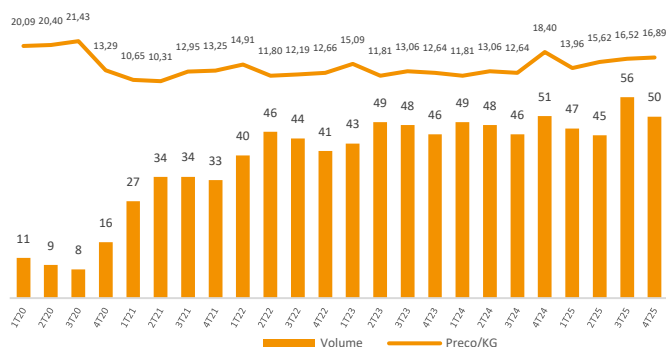
²Fonte: CEPEA; indicador do arroz em Casca Esalq/Senar-RS 50kg; Agrolink; indicador do feijão carioca Sc 60kg; CEPEA - indicador do Açúcar Cristal Esalq-SP 50kg

Alto Valor



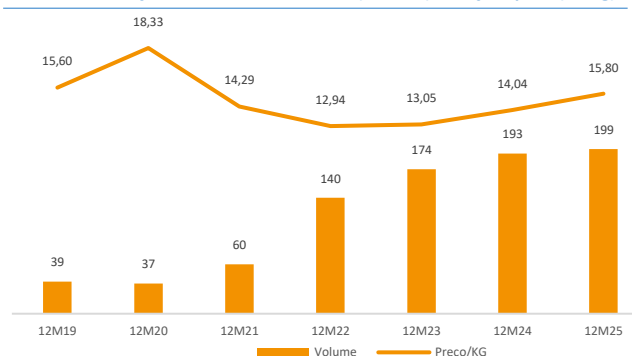
- ⊗ **Volume:** 50,4 mil tons, -0,3% YoY no 4T25 e 198,6 mil tons, +2,8% YoY em 2025
- ⊗ **Preço líquido:** R\$16,89/kg, -8,2% YoY no 4T25 e R\$15,80/kg, +12,5% YoY em 2025
- ⊗ **Mix de vendas:** Estabilidade de volumes no 4T25, com crescimento de pescados e café e redução em massas e biscoitos. Em 2025, o crescimento foi impulsionado por pescados, café e biscoitos, parcialmente compensado pela redução em massas.
- ⊗ **Mercado³:** Trigo: R\$1.176,48/ton (-17,2% YoY) no 4T25 e R\$1.354,80/ton (-5,0% YoY) em 2025. Café: R\$2.060,71/ton (-13,8% YoY) no 4T25 e R\$2.197,87/ton (+36,0% YoY) em 2025.

Alto Valor - Evolução Volume Trimestral Histórico (mil tons) e Preço Líquido (R\$/kg)



Fonte: Companhia

Alto Valor - Evolução Volume Anual Histórico (mil tons) e Preço Líquido (R\$/kg)



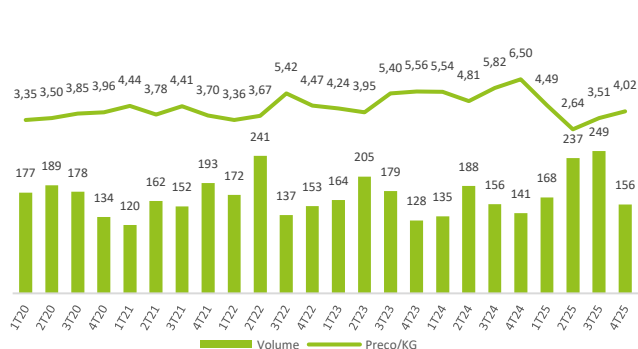
Fonte: Companhia

Internacional

No segmento internacional, o volume de vendas atingiu **155,6 mil tons no 4T25 (+10,6% YoY)** e **809,8 mil tons (+30,6% YoY) em 2025**.

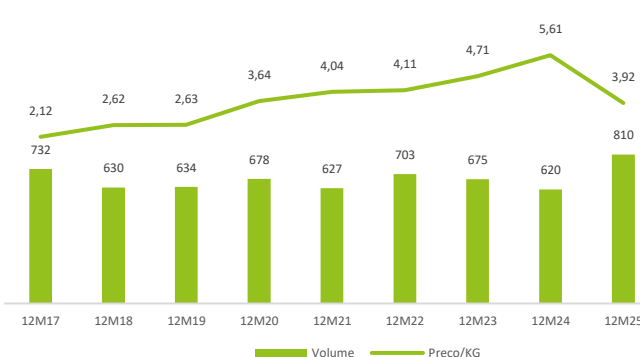
No trimestre, o aumento de volumes refletiu principalmente maiores vendas no **Uruguai, Chile e Peru**, além da **contribuição do Paraguai**, parcialmente compensado por menores volumes no **Equador**. No ano, o crescimento foi impulsionado principalmente pelo maior volume no **Uruguai** e pela **contribuição do Paraguai**, parcialmente compensados por menores volumes nos demais países.

Internacional - Evolução Volume Trimestral Histórico (mil tons)



Fonte: Companhia

Internacional - Evolução Volume Anual (mil tons)



Fonte: Companhia

3 CEPEA; indicador do Trigo Esalq/Senar-PR; CEPEA Esalq; Indicador do Café Arábica

Demonstrações de Resultado Consolidado

Demonstrativos (em R\$ milhões)	4T24	3T25	4T25	4T25	4T25	12M24	12M25	12M25vs
Data Fechamento	fev-25	nov-25	fev-26	VS 4T24	VS 3T25	fev-25	fev-26	12M24
Receita Bruta	3.463,3	3.400,8	2.916,2	-15,8%	-14,2%	14.123,4	12.871,1	-8,9%
(-) Deduções de Vendas	(466,1)	(455,5)	(413,5)	-11,3%	-9,2%	(1.860,5)	(1.756,1)	-5,6%
Receita Líquida	2.997,1	2.945,3	2.502,8	-16,5%	-15,0%	12.262,9	11.115,0	-9,4%
(-) Custo das Vendas e Serviços	(2.465,7)	(2.276,1)	(1.959,5)	-20,5%	-13,9%	(9.873,0)	(8.622,7)	-12,7%
Lucro Bruto	531,5	669,2	543,3	2,2%	-18,8%	2.389,9	2.492,3	4,3%
(-) Despesas com Vendas, Gerais e Adm.	(438,4)	(509,5)	(487,3)	11,2%	-4,4%	(1.803,1)	(1.937,8)	7,5%
(+/-) Outras receitas (despesas) operacionais e Equivalência Patrimonial	33,7	2,4	61,3	81,9%	2413,7%	54,1	74,9	38,4%
Lucro Operacional (EBIT)	126,8	162,1	117,3	-7,5%	-27,6%	641,0	629,4	-1,8%
(+/-) Resultado Financeiro	(161,0)	(149,9)	(181,8)	12,9%	21,3%	(464,4)	(591,7)	27,4%
Resultado antes Impostos	(34,2)	12,2	(64,5)	88,5%	n.a.	176,6	37,7	-78,7%
Total Imposto de Renda / CSLL	9,6	31,8	24,2	152,1%	-24,1%	40,4	110,8	174,4%
Lucro/Prejuízo Líquido	(24,6)	44,1	(40,3)	63,7%	n.a.	217,0	148,5	-31,6%
Reconciliação EBITDA								
Lucro/Prejuízo Líquido	(24,6)	44,1	(40,3)	63,7%	n.a.	217,0	148,5	-31,6%
(-) Resultado Financeiro Líquido	161,0	149,9	181,8	12,9%	21,3%	464,4	591,7	27,4%
(-) Imposto de Renda / CSLL	(9,6)	(31,8)	(24,2)	152,1%	-24,1%	(40,4)	(110,8)	174,4%
(-) Depreciação e Amortização	67,0	76,7	75,5	12,6%	-1,5%	266,3	285,9	7,4%
(=) EBITDA	193,9	238,8	192,8	-0,5%	-19,3%	907,3	915,3	0,9%
Margens								
Margem Bruta	17,7%	22,7%	21,7%	4,0pp	-1,0pp	19,5%	22,4%	2,9pp
Margem EBITDA	6,5%	8,1%	7,7%	1,2pp	-0,4pp	7,4%	8,2%	0,8pp
Margem Líquida	(0,8%)	1,5%	(1,6%)	-0,8pp	-3,1pp	1,8%	1,3%	-0,4pp

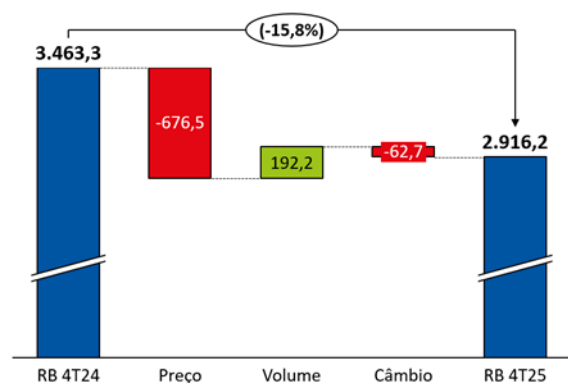
Demonstrações de Resultado por Segmento

Brazil	4T24	3T25	4T25	4T25	4T25	12M24	12M25	12M25vs
Data Fechamento	Feb-25	Nov-25	Feb-26	VS 4T24	VS 3T25	Feb-25	Feb-26	12M24
Receita Líquida	2.174,9	2.069,5	1.876,8	-13,7%	-9,3%	8.914,5	7.944,6	-10,9%
(-) Custo das Vendas e Serviços	(1.827,5)	(1.596,5)	(1.476,8)	-19,2%	-7,5%	(7.287,1)	(6.185,3)	-15,1%
Lucro Bruto	347,3	473,0	400,0	15,2%	-15,4%	1.627,4	1.759,3	8,1%
(-) Despesas com Vendas, Gerais e Adm	(297,7)	(353,8)	(356,7)	19,8%	0,8%	(1.269,1)	(1.345,4)	6,0%
(+/-) Outras receitas (despesas) operacionais e Equivalência Patrimonial	36,7	(2,1)	51,3	39,8%	n.a.	53,4	54,1	1,4%
Lucro Operacional (EBIT)	86,3	117,1	94,6	9,6%	-19,2%	411,8	468,0	13,7%
(+/-) Resultado Financeiro	(142,2)	(134,0)	(158,1)	11,2%	18,0%	(400,2)	(530,1)	32,4%
Resultado antes Impostos	(55,8)	(16,9)	(63,5)	13,8%	275,6%	11,5	(62,0)	n.a.
Total Imposto de Renda / CSLL	11,6	28,4	25,0	115,6%	-12,0%	71,3	103,3	44,9%
Lucro/Prejuízo Líquido	(44,2)	11,5	(38,5)	-12,9%	n.a.	82,8	41,3	-50,2%
Reconciliação EBITDA								
Lucro/Prejuízo Líquido	(44,2)	11,5	(38,5)	-12,9%	n.a.	82,8	41,3	-50,2%
(+) Resultado Financeiro Líquido	142,2	134,0	158,1	11,2%	18,0%	400,2	530,1	32,4%
(+) Imposto de Renda / CSLL	(11,6)	(28,4)	(25,0)	115,6%	-12,0%	(71,3)	(103,3)	44,9%
(+) Depreciação e Amortização	44,4	46,8	46,0	3,6%	-1,9%	181,0	182,9	1,0%
(=) EBITDA	130,7	163,9	140,6	7,6%	-14,2%	592,8	650,9	9,8%
Margens								
Margem Bruta	16,0%	22,9%	21,3%	5,3pp	-1,5pp	18,3%	22,1%	3,9pp
Margem EBITDA	6,0%	7,9%	7,5%	1,5pp	-0,4pp	6,6%	8,2%	1,5pp
Margem Líquida	(2,0%)	0,6%	(2,1%)	0,0pp	-2,6pp	0,9%	0,5%	-0,4pp
International	4T24	3T25	4T25	4T25	4T25	12M24	12M25	12M25vs
Data Fechamento	Feb-25	Nov-25	Feb-26	VS 4T24	VS 3T25	Feb-25	Feb-26	12M24
Receita Líquida	822,3	875,8	626,0	-23,9%	-28,5%	3.348,4	3.170,4	-5,3%
(-) Custo das Vendas e Serviços	(638,1)	(679,6)	(482,7)	-24,4%	-29,0%	(2.585,9)	(2.437,4)	-5,7%
Lucro Bruto	184,1	196,2	143,3	-22,2%	-27,0%	762,5	733,0	-3,9%
(-) Despesas com Vendas, Gerais e Adm	(140,6)	(155,7)	(130,6)	-7,1%	-16,1%	(534,0)	(592,5)	10,9%
(+/-) Outras receitas (despesas) operacionais e Equivalência Patrimonial	(3,0)	4,5	10,0	n.a.	121,4%	0,7	20,7	2713,8%
Lucro Operacional (EBIT)	40,5	45,0	22,7	-44,0%	-49,6%	229,2	161,3	-29,6%
(+/-) Resultado Financeiro	(18,9)	(15,9)	(23,7)	25,3%	48,9%	(64,1)	(61,6)	-4,0%
Resultado antes Impostos	21,6	29,1	(1,0)	n.a.	n.a.	165,1	99,8	-39,6%
(+/-) Total Imposto de Renda / CSLL	(2,0)	3,4	(0,8)	-59,6%	n.a.	(30,9)	7,4	n.a.
Lucro/Prejuízo Líquido	19,6	32,6	(1,8)	n.a.	n.a.	134,2	107,2	-20,1%
Reconciliação EBITDA								
Lucro/Prejuízo Líquido	19,6	32,6	(1,8)	n.a.	n.a.	134,2	107,2	-20,1%
(+) Resultado Financeiro Líquido	18,9	15,9	23,7	25,3%	48,9%	64,1	61,6	-4,0%
(+) Imposto de Renda / CSLL	2,0	(3,4)	0,8	-59,6%	n.a.	30,9	(7,4)	n.a.
(+) Depreciação e Amortização	22,7	29,8	29,5	30,3%	-1,1%	85,2	103,0	20,9%
(=) EBITDA	63,2	74,9	52,2	-17,4%	-30,3%	314,5	264,4	-15,9%
Margens								
Margem Bruta	22,4%	22,4%	22,9%	0,5pp	0,5pp	22,8%	23,1%	0,3pp
Margem EBITDA	7,7%	8,5%	8,3%	0,7pp	-0,2pp	9,4%	8,3%	-1,1pp
Margem Líquida	2,4%	3,7%	(0,3%)	-2,7pp	-4,0pp	4,0%	3,4%	-0,6pp

Desempenho Financeiro

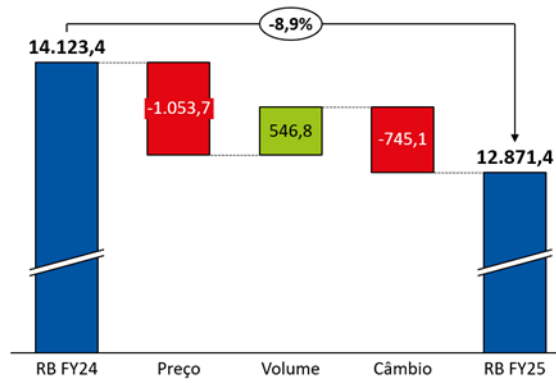
Destaques do Desempenho Financeiro

Consolidado 4T25: Abertura Receita Bruta (R\$mn)



Fonte: Companhia

Consolidado 2025: Abertura Receita Bruta (R\$mn)



Fonte: Companhia

A Receita Bruta atingiu R\$2,9 bilhões no trimestre (-15,8% YoY) e R\$12,9 bilhões no ano (-8,9% YoY). No trimestre, a redução da receita refletiu principalmente a dinâmica de preços de matérias-primas mais baixos, tanto no Brasil alto giro e alto valor, quanto no segmento internacional. Esse efeito foi parcialmente compensado pelo crescimento de volumes, com destaque para alto giro e internacional. No internacional, o desempenho operacional foi beneficiado pelo maior volume no Uruguai, Chile e Peru, além da contribuição do Paraguai, parcialmente compensado por menores volumes no Equador.

No ano, a redução da receita também foi decorrente de preços menores e efeito cambial, parcialmente compensado pelo crescimento de volumes consolidado, com destaque para a expansão do segmento internacional e do alto valor. No internacional, o desempenho foi impulsionado, principalmente, por Uruguai e pela contribuição do Paraguai, parcialmente compensados pela redução no Chile, Peru e Equador. Os detalhes operacionais por categoria estão descritos acima em *desempenho operacional*.

A Receita Líquida atingiu R\$2,5 bilhões no trimestre (-16,5% YoY) e R\$11,1 bilhões no ano (-9,4% YoY).

Custo das Vendas e Serviços

Os **Custos das Vendas e Serviços** do trimestre atingiram **R\$2,0 bilhões (-20,5% YoY)**, ou **78% da receita líquida**. A redução é reflexo do menor CPV no Brasil (-19,2% YoY), em função da dinâmica de preços mais depreciados no alto giro, com destaque para grãos e açúcar, parcialmente compensada pelo aumento do CPV em alto valor. No internacional, o CPV apresentou redução de -24,4% YoY, também impactado por preços mais baixos de arroz no período. **Em 2025, o CPV atingiu R\$8,6 bilhões (-12,7% YoY)**, ou **78% da receita líquida**. No período, a redução foi explicada, principalmente, pelo menor CPV no Brasil (-15,1% YoY), impactado pela queda dos custos em alto giro, parcialmente compensada pelo crescimento do CPV em alto valor. No internacional, o CPV registrou redução de -5,7% YoY.

Levando em consideração esses fatores, o **Lucro Bruto** atingiu **R\$543,3 milhões (+2,2% YoY)**, com **margem de 21,7% (+4,0pp YoY)** no 4T25. No ano de **2025**, o mesmo indicador atingiu **R\$2,5 bilhões (+4,3% YoY)**, com **margem de 22,4% (+2,9pp YoY)**.

Despesas com Vendas, Gerais e Administrativas

O **SG&A (despesas com vendas, gerais e administrativas)** no trimestre atingiu **R\$487,3 milhões (+11,2% YoY)**, equivalente a **19,5% da receita líquida (+4,8pp YoY)**. O aumento ocorreu pelo **crescimento no SG&A Brasil (+19,8% YoY)**, parcialmente compensado pela **redução do SG&A internacional (-7,1% YoY)**.

No ano de 2025, o **SG&A** atingiu **R\$1,9 bilhão (+7,5% YoY)**, equivalente a **17,4% da receita líquida (+2,7pp YoY)**. O crescimento ocorreu, principalmente, pelo **aumento de SG&A no Brasil (+6,0% YoY)** e **no internacional (+10,9% YoY)**, com redução da receita e aumento das despesas gerais e administrativas, conforme abertura abaixo:

Despesas com Vendas

As **despesas com vendas no trimestre atingiram R\$295,9 milhões (+0,2% YoY)**, equivalentes a **11,8% da receita líquida** do trimestre.

- ⊗ No Brasil, as despesas com vendas apresentaram **aumento de 3,3% YoY**, representando **10,8% da receita líquida** da operação. A variação foi impulsionada por maiores despesas com fretes e comissões, devido a maiores volumes de vendas no alto giro no trimestre.
- ⊗ No Internacional, as despesas com vendas tiveram **redução de -5,9% YoY**, equivalentes a **14,9% da receita líquida** do segmento. Esse desempenho foi impulsionado pela redução de despesas no Uruguai e no Equador.

Despesas com vendas no ano atingiram **R\$1,2 bilhão (+4,3% YoY)**, ou **11,2% da receita líquida do ano**, devido, principalmente, a:

- ⊗ As despesas com vendas do **Brasil** apresentaram **redução de -0,3% YoY**, representando **10,2% da receita líquida do Brasil**, devido a redução de propagandas, parcialmente compensado pelo aumento de fretes.
- ⊗ As despesas com vendas do **Internacional** apresentaram **aumento de +14,1% YoY**, representando **13,7% da receita líquida internacional**. A variação foi impulsionada por maiores despesas com vendas no Uruguai e Peru, além da entrada do resultado do Paraguai a partir do 3T25.

Despesas Gerais e Administrativas

As **despesas gerais e administrativas no trimestre** atingiram **R\$191,4 milhões (+33,7% YoY)**, ou **7,6% da receita líquida** do trimestre.

- ⊗ As despesas gerais e administrativas do **Brasil** apresentaram **aumento de +51,5% YoY**, representando **8,2% da receita líquida do Brasil**. Esse aumento ocorreu, principalmente, pela elevação das despesas com pessoal, consultorias e despesas relacionadas a provisões jurídicas.
- ⊗ As despesas gerais e administrativas do **Internacional** apresentaram **redução de -10,1% YoY**, ou **5,9% da receita líquida do trimestre**, principalmente decorrente do Uruguai, Chile, Peru e Equador, parcialmente compensado pela entrada do Paraguai no resultado.

As **despesas gerais e administrativas no ano** totalizaram **R\$692,3 milhões (+13,6% YoY)**, ou **6,2% da receita líquida** do ano.

- ⊗ As despesas gerais e administrativas do **Brasil** apresentaram **aumento de +17,2% YoY**, representando **6,7% da receita líquida do Brasil**. Esse aumento foi explicado, principalmente, pela elevação das despesas com pessoal, em especial as relacionadas ao programa de participação nos resultados e salários, consultorias, manutenção de sistemas de TI e incremento nas despesas relacionadas a provisões jurídicas.
- ⊗ As despesas gerais e administrativas do **Internacional** apresentaram **aumento de +3,0% YoY**, ou **5,0% da receita líquida internacional** no ano, principalmente, decorrente do incremento de G&A no Uruguai e no Equador, além da entrada do Paraguai no resultado do período, parcialmente compensado pela redução do G&A do Peru.

Outras receitas (despesas) operacionais e equivalência patrimonial

As **outras receitas/despesas operacionais e equivalência patrimonial** atingiram **R\$61,3 milhões positivos no trimestre** (vs. R\$33,7 milhões positivos no 4T24) e **R\$74,9 milhões positivos em 2025** (vs. R\$54,1 milhões positivos em 2024).

No trimestre, o resultado foi impactado principalmente pelo reconhecimento de efeitos não recorrentes que totalizaram R\$59,2 milhões positivos, com destaque para a revisão dos cálculos do crédito de cesta básica de PIS/COFINS, referente ao período de 2020 a 2025, no valor de R\$55,4 milhões. Demais receitas são referentes a atualização do saldo de créditos tributários relacionados à exclusão do ICMS da base de cálculo de PIS/COFINS e venda de uma estação de combustível que a Climuy (controlada da Saman – Uruguai) era titular, parcialmente compensado por despesa referente a adesão ao programa de Recuperação Fiscal (REFAZ) pelo estado do Rio Grande do Sul.

No ano, o resultado de outras receitas operacionais atingiu R\$74,9 milhões, principalmente, em função dos efeitos não recorrentes reconhecidos no 4T25, conforme itens acima descritos.

EBITDA

O EBITDA do trimestre atingiu **R\$192,8 milhões (-0,5% YoY)**, com margem de **7,7% (+1,2 p.p. YoY)**. Em 2025, o EBITDA atingiu **R\$915,3 milhões (+0,9% YoY)**, com margem de **8,2% (+0,8 p.p. YoY)**.

Imposto de Renda e CSLL

Imposto de Renda e CSLL apresentou resultado **positivo de R\$24,2 milhões no 4T25** (vs. R\$9,6 milhões positivos no 4T24). No ano, o mesmo indicador atingiu **R\$110,8 milhões positivos** (vs. R\$40,4 milhões positivos em 2024). As principais exclusões e adições para gerar a alteração na alíquota de tributos são referentes ao aumento do resultado fruto da subvenção de ICMS, benefícios fiscais sobre IR/CSLL corrente e distribuição de Juros sobre Capital Próprio (JCP).

Resultado Financeiro Líquido

O Resultado Financeiro Líquido atingiu despesa de **R\$181,8 milhões (+12,9% YoY)** no trimestre. No ano, o mesmo indicador atingiu despesa de **R\$591,7 milhões (+27,4% YoY)**.

Em ambos os períodos, o indicador foi impactado pelo aumento das despesas financeiras, decorrente, principalmente, de: (i) maiores despesas com juros sobre financiamentos, reflexo da elevação da taxa de juros no período; (ii) atualização monetária; e (iii) outras despesas financeiras, como juros e multas, comissões e corretagens, descontos concedidos e COFINS incidente sobre receitas não financeiras.

Imposto de Renda e CSLL

Imposto de Renda e CSLL apresentou resultado **positivo de R\$24,2 milhões no 4T25** (vs. R\$9,6 milhões positivos no 4T24). No ano, o mesmo indicador atingiu **R\$110,8 milhões positivos** (vs. R\$40,4 milhões positivos em 2024). As principais exclusões e adições para gerar a alteração na alíquota de tributos são referentes ao aumento do resultado fruto da subvenção de ICMS, benefícios fiscais sobre IR/CSLL corrente e distribuição de Juros sobre Capital Próprio (JCP).

Lucro/Prejuízo Líquido e Lucro por Ação

O Prejuízo Líquido atingiu **R\$40,3 milhões**, (vs. prejuízo de R\$24,6 milhões no 4T24) ou **-R\$0,12 por ação**, no trimestre. No ano, o Lucro Líquido atingiu **R\$148,5 milhões (-31,6% YoY)**, com margem de **1,3%** e lucro por ação de **R\$0,42**.

Estrutura e Performance Acionária

No 4T25, a Companhia possuía capital social total composto por 350 milhões de ações, sendo 96,1 milhões de ações em circulação no mercado (*free float*)^[1], representando aproximadamente 27% do capital total.

Em 28 de fevereiro de 2026, as ações da Camil (B3: CAML3) fecharam cotadas em R\$6,81/ação com *market cap* de R\$2,4 bilhões. O volume médio diário de negociação do trimestre foi de 1,5 milhões ações, ou aproximadamente R\$7,25 milhões/dia.

Relações com Investidores

As requisições para a equipe de Relações com Investidores podem ser realizadas por meio do site (<http://ri.camilalimentos.com.br/>) ou e-mail (ri@camil.com.br).

^[1] *Free float* exclui a participação detida por Camil Investimentos S.A., participações individuais dos acionistas controladores, outros administradores/partes relacionadas e ações em tesouraria. O Saldo da Camil Investimentos inclui participações individuais dos acionistas controladores.

Questões ASG - Política De Equidade

Em linha com as disposições do §6º do art. 133 da Lei nº 6.404/76, conforme alterada pela Lei nº 15.177/2025, a Companhia apresenta suas diretrizes e práticas relacionadas à promoção da equidade, diversidade e inclusão.

A Companhia reconhece que a valorização das pessoas e da diversidade é um elemento essencial para a geração de valor sustentável e para o fortalecimento de sua cultura organizacional. Nesse sentido, atua continuamente para promover um ambiente de trabalho inclusivo, respeitoso e seguro, no qual todas as pessoas tenham igualdade de oportunidades para desenvolver seu potencial, independentemente de gênero, raça, etnia, idade, orientação sexual, deficiência, religião ou quaisquer outras características individuais.

A Companhia incorpora, em suas práticas e processos, princípios que orientam a promoção da equidade e a prevenção de qualquer forma de discriminação. Tais princípios estão refletidos em seus normativos internos, em seu Código de Ética, Política de Sustentabilidade e nas diretrizes de gestão de pessoas.

Como parte de sua agenda ESG, a Companhia realiza o monitoramento contínuo de indicadores relacionados à composição de seu quadro de colaboradores e às práticas de remuneração, com o objetivo de promover maior equilíbrio e transparência. As análises são conduzidas de forma estruturada, considerando aspectos como níveis hierárquicos, funções desempenhadas, experiência profissional e outros fatores relevantes, de modo a assegurar uma avaliação justa e consistente.

Vale ressaltar que algumas variações identificadas decorrem da diversidade de grades salariais, faixas estruturadas que reúnem cargos com complexidade e responsabilidade equivalentes existentes em cada nível funcional. Essa diversidade é mais evidente nos níveis hierárquicos mais elevados, onde a amplitude das faixas salariais tende a gerar maiores distorções. Reafirmando seu compromisso com a transparência, a Companhia divulga, neste Relatório da Administração, os indicadores requeridos pela legislação aplicável, permitindo o acompanhamento da evolução de suas práticas e reforçando sua atuação responsável na gestão de pessoas.

Reafirmando seu compromisso com a transparência e em cumprimento com a Lei nº 15.177/2025, que altera a Lei nº 6.404/1976, a Companhia informa:

a) a quantidade e a proporção de mulheres empregadas, por níveis hierárquicos;

Mulheres empregadas por nível hierárquico	2025		2026	
	Qtde	%	Qtde	%
Diretoria	3	20,0%	3	17,6%
Gerência	31	33,3%	40	35,1%
Coordenação/Especialista	58	37,2%	52	34,4%
Técnico	46	25,7%	51	26,2%
Líder	37	21,5%	39	22,4%
Administrativo	407	49,9%	436	52,7%
Operacional	1277	29,3%	1415	31,9%

b) a quantidade e a proporção de mulheres que ocupam cargos na administração;

Mulheres empregadas por nível hierárquico	2024		2025	
	Qtde	%	Qtde	%
Conselho	4	25,0%	5	31,3%

c) o demonstrativo da remuneração fixa, variável e eventual, segregada por sexo, relativa a cargos ou funções similares;

Proporção da remuneração de mulheres em relação à remuneração de homens por nível	2025	2026
	Diretoria	37,5%
Gerência	54,4%	56,0%
Coordenação/Especialista	57,2%	48,3%
Técnico	21,9%	21,1%
Líder	24,2%	23,8%
Administrativo	88,6%	94,6%
Operacional	35,8%	38,7%

Relacionamento com os Auditores Independentes

O Grupo informa que, as demonstrações financeiras do exercício findo em 28 de fevereiro de 2026 foram auditadas pela BDO RCS Auditores Independentes - Sociedade Simples Limitada. Os procedimentos da Administração da Companhia e suas controladas, para a contratação de serviços de auditores independentes, visam assegurar que não haja conflito de interesses e perda de independência ou objetividade, e se substanciam nos princípios que preservam a independência do auditor.

No que se refere aos procedimentos adotados pela Companhia, cumpre-nos esclarecer que a Companhia e suas controladas adotam como procedimento formal, previamente à contratação de outros serviços profissionais que não os relacionados a auditoria contábil externa, consultar os auditores independentes, no sentido de assegurar-se de que a realização da prestação destes outros serviços não venha afetar sua independência e objetividade necessárias ao desempenho dos serviços de auditoria independente, bem como obter a devida aprovação do seu Comitê de Auditoria. A BDO RCS Auditores Independentes - Sociedade Simples Limitada, no âmbito de seus serviços de auditoria independente, informou à Companhia que:

- (i) não identificou assuntos ou relacionamentos comerciais que pudessem afetar sua independência;
- (ii) em seu julgamento profissional, é independente em relação à Companhia e suas subsidiárias de acordo com as regras brasileiras;
- (iii) os integrantes de sua equipe de auditoria, sua firma de auditoria e outras firmas integrantes da rede global da BDO RCS Auditores Independentes - Sociedade Simples Limitada, quando aplicável, cumpriram com os requerimentos éticos pertinentes relacionados à independência;
- (iv) salvaguardas foram adotadas para eliminar ameaças com relação à sua independência profissional ou reduzi-las a um nível aceitável.

Declaração da Diretoria

Em observância às disposições contidas na Instrução CVM nº 80/22, a diretoria declara que discutiu e reviu as opiniões expressas no relatório dos auditores independentes, com as quais concorda integralmente, assim como aprova as demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 28 de fevereiro de 2026.

Disclaimer

Certas porcentagens e outros valores incluídos neste documento foram arredondados para facilitar a sua apresentação. Dessa forma, os números apresentados como totais em algumas tabelas podem não representar a soma aritmética dos números que os precedem e podem diferir daqueles apresentados nas demonstrações financeiras. Os dados relativos aos trimestres, assim como os dados operacionais (não financeiros e não contábeis) são dados não auditados/revisados pelos auditores independentes, pois consistem em medidas não reconhecidas sob IFRS ou outros padrões contábeis.

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos
Acionistas, Conselheiros e Administradores da
Camil Alimentos S.A
São Paulo - SP

Opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Camil Alimentos S.A. ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 28 de fevereiro de 2026 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Camil Alimentos S.A e suas controladas em 28 de fevereiro de 2026, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), aplicáveis a auditorias de demonstrações contábeis de entidade de interesse público no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria ("PAA") são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Determinamos que os assuntos a seguir são os principais assuntos de auditoria a serem comunicados em nosso relatório.

Avaliação da recuperabilidade de ativos intangíveis de vida útil indefinida

Conforme divulgado na Notas Explicativa nº 17 às demonstrações contábeis individuais e consolidadas, em 28 de fevereiro de 2026 a Companhia possui ativo intangível com vida útil indefinida, gerado por ágio por expectativa de rentabilidade futura e marcas e patentes, ambos decorrentes de combinações de negócios, no montante consolidado de R\$ 1.103.218 mil (R\$ 564.581 na controladora).

A Companhia realizou teste para determinação do valor recuperável que envolve alto grau de subjetividade e julgamento por parte da Administração. O teste foi baseado no modelo de valor em uso, que consiste na apuração do valor presente dos fluxos de caixa futuros de cada Unidade Geradora de Caixa (UGC), considerando diversas premissas, como taxa de desconto e projeções de crescimento econômico.

Como a Administração exerce julgamento significativo na determinação de tais premissas no processo de apuração do valor recuperável, assim como a magnitude dos valores envolvidos e os seus efeitos materiais nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, consideramos esse assunto como significativo em nossa auditoria.

Resposta da auditoria sobre o assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros:

- Entendimento do ambiente de controles internos relevantes referentes ao processo de avaliação do teste de recuperabilidade das unidades geradoras de caixa, incluindo o critério adotado para a definição das unidades geradoras de caixa, e os controles internos sobre a identificação de indícios e de evidências objetivas de perdas ao valor recuperável;
- Avaliação quanto aos indícios internos ou externos que pudessem trazer evidências da ocorrência de desvalorização dos ativos;
- Envolvimento de nossos especialistas em finanças corporativas que auxiliaram na (i) revisão da razoabilidade do modelo adotado pela Administração; (ii) revisão das principais premissas utilizadas, incluindo a taxa de desconto; (iii) revisão dos cálculos aritméticos do modelo; (iv) revisão da consistência do modelo utilizado em todas as unidades geradoras de caixa; (v) teste de sensibilidade;
- Analisamos a consistência da expectativa de resultados projetados em comparação aos resultados realizados para avaliar a capacidade da Companhia em elaborar projeções;
- Revisão das divulgações realizadas pela Companhia e do cumprimento dos requerimentos exigidos pelo CPC 01 (R1) no tocante à avaliação de valor recuperável de ativos nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Com base no resultado dos procedimentos de auditoria acima descritos, julgamos serem razoáveis os critérios e premissas adotados pela Administração assim como as divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas são consistentes com dados e informações obtidas.

Combinação de negócio

Conforme divulgado na Nota Explicativa nº 13 às demonstrações contábeis individuais e consolidadas, em 18 de novembro de 2024 foi iniciada a operação de aquisição da Rice Paraguay S.A e Villa Oliva Rice S.A. Em 1º de setembro de 2025, após o cumprimento das obrigações precedentes, a operação foi concluída mediante Termo de Fechamento.

Essa transação demandou atenção significativa por parte da Administração na avaliação e julgamentos relacionados à apuração do valor justo dos ativos líquidos.

Em função da complexidade da operação, consideramos esse assunto como significativo em nossa auditoria.

Resposta da auditoria sobre o assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros:

- Entendimento do ambiente de controles internos relevantes referentes ao processo de aquisição de negócio;
- Obtenção e análise dos contratos celebrados e avaliação da evidência do cumprimento da condição precedente e da bem como da contraprestação transferida pela aquisição do negócio assim como o memorando técnico da transação elaborado pela Administração;
- Envolvimento de nossos especialistas em finanças corporativas que auxiliaram na avaliação das metodologias utilizadas pela Administração na mensuração e no reconhecimento do valor justo dos ativos adquiridos e dos passivos assumidos, para posterior alocação do preço de aquisição, bem como teste das principais premissas utilizadas;
- Aplicação de procedimentos de auditoria de grupo, incluindo a preparação e envio de instruções de auditoria aos membros da equipe do componente, com supervisão e monitoramento pela equipe de auditoria da Companhia para execução de procedimentos de auditoria dos saldos iniciais das empresas adquiridas e revisão do alinhamento de práticas contábeis da Companhia com as das empresas adquiridas;
- Revisão das divulgações realizadas pela Companhia e do cumprimento dos requerimentos exigidos pelo CPC 15 (R1) no tocante à mensuração e divulgação nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Com base no resultado dos procedimentos de auditoria acima descritos, julgamos serem razoáveis os critérios e premissas adotados pela Administração e as divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas são consistentes com dados e informações obtidas.

Demandas judiciais de natureza tributária classificadas como risco de perda possível

Conforme divulgado na Nota Explicativa nº21, a Companhia e suas controladas são partes integrantes em processos judiciais e administrativos na esfera tributária que surgem no curso normal de seus negócios classificados como perdas possíveis no montante consolidado de R\$ 986.903 mil (979.030 mil na controladora).

A avaliação e classificação das ações judiciais em curso requer o exercício de julgamento relevante por parte da Administração utilizando-se da análise da legislação vigente, da jurisprudência correspondente, e da opinião de seus assessores jurídicos.

Devido à complexidade do processo de mensuração e da magnitude dos valores envolvidos, consideramos este assunto como significativo em nossa auditoria.

Resposta da auditoria sobre o assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros o abaixo.

- Entendimento e avaliação do ambiente de controles internos relacionados ao ciclo de identificação, reconhecimento, mensuração e divulgação dos passivos contingentes;
- Obtenção de carta de confirmação externa junto aos assessores jurídicos responsáveis pelos processos, visando confirmar: (i) a existência de processos e seu estágio atual; (ii) a respectiva avaliação da possibilidade de perda envolvida;
- Envolvimento dos nossos especialistas tributários para avaliar a natureza, fundamentações e/ou teses de defesa, e eventuais alterações de prognósticos de perda para determinados processos tributários relevantes considerados como perda possível, que envolvam julgamento complexo e subjetividade nas avaliações;
- Avaliação do tratamento contábil praticado à luz das diretrizes apresentadas pelo CPC 23;
- Revisão das divulgações realizadas pela Companhia nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Com base nos procedimentos efetuados, consideramos aceitáveis as premissas utilizadas pela Administração para mensuração das provisões para contingências e divulgações no contexto das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As Demonstrações do Valor Adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao exercício social findo em 28 de fevereiro de 2026, elaboradas sob a responsabilidade da Diretoria da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09- "Demonstração do Valor Adicionado". Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado, individual e consolidada, foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Auditoria dos valores correspondentes

O exame das demonstrações contábeis individuais e consolidadas referentes ao exercício findo em 28 de fevereiro de 2025, apresentados para fins comparativos, foi conduzido sob a responsabilidade de outro auditor independente, que emitiu relatório de auditoria sem modificação com data 08 de maio de 2025. Conforme Nota Explicativa nº 22 (c) a demonstração das mutações do patrimônio líquido em 28 de fevereiro de 2025 está sendo reapresentada sob a denominação “reapresentada” em decorrência da correção da constituição de reserva anteriormente apresentada. Como parte do exame das demonstrações contábeis em 28 de fevereiro de 2026 examinamos também a reapresentação descrita acima e em nossa opinião, tal reapresentação é apropriada e foi corretamente efetuada. Não fomos contratados para auditar, revisar ou aplicar quaisquer outros procedimentos sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia referentes ao exercício findo em 28 de fevereiro de 2025 e, portanto, não expressamos opinião ou qualquer forma de asseguarção sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas correspondentes, tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A Administração da Companhia e suas controladas é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis individuais e consolidadas livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia e suas controladas continuarem operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes.

As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários, tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada;
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do Grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do Grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.



Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

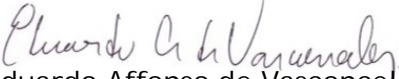
Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar consideravelmente nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 07 de maio de 2026.



BDO RCS Auditores Independentes SS Ltda.
CRC 2 SP 013846/O-1


Eduardo Affonso de Vasconcelos
Contador CRC 1 SP 166001/O-3

Balancos patrimoniais
Exercícios findos em 28 de fevereiro de 2026 e 2025
 Em milhares de reais



Notas	Controladora		Consolidado		
	28/02/2026	28/02/2025	28/02/2026	28/02/2025	
ATIVO					
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	4	1.634.980	2.158.568	1.997.608	2.530.204
Aplicações financeiras	5	25.095	-	25.095	1.740
Contas a receber	6	696.416	691.379	1.019.433	1.153.993
Estoques	7	1.143.510	1.269.544	2.096.538	2.212.803
Tributos a recuperar	8	161.698	82.778	273.834	208.196
Partes relacionadas	9	18.457	21.844	25.085	50.476
Instrumentos financeiros derivativos	29	-	1.324	-	1.324
Outros créditos		27.436	25.267	75.844	51.654
Total do ativo circulante		3.707.592	4.250.704	5.513.437	6.210.390
Não circulante					
Aplicações financeiras	5	-	13.728	-	15.032
Estoques	7	56.245	34.655	87.120	65.501
Tributos a recuperar	8	87.231	103.940	114.590	105.401
Partes relacionadas	9	5	5	57.260	198.263
Tributos diferidos	10	124.306	29.161	274.592	141.822
Depósitos judiciais	11	11.029	9.003	45.382	43.139
Ativo de indenização	21	-	-	302.790	271.461
Outros créditos		6.615	8.546	7.373	12.755
Propriedades para investimentos	12	27.873	27.873	27.873	27.873
Investimentos	14	2.660.445	2.551.329	84.820	91.729
Imobilizado	15	1.494.005	1.314.678	2.843.641	2.512.811
Ativo direito de uso	16	159.937	169.177	260.592	254.442
Intangível	17	601.396	605.945	1.155.075	1.155.976
Total do ativo não circulante		5.229.087	4.868.040	5.261.108	4.896.205
TOTAL DO ATIVO		8.936.679	9.118.744	10.774.545	11.106.595

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Balancos patrimoniais
Exercícios findos em 28 de fevereiro de 2026 e 2025
Em milhares de reais



Notas	Controladora		Consolidado		
	28/02/2026	28/02/2025	28/02/2026	28/02/2025	
PASSIVO E PATRIMÔNIO LIQUÍDO					
Circulante					
Fornecedores	18	821.511	777.606	1.229.105	1.284.829
Empréstimos, financiamentos	19	600.085	1.721.067	1.074.636	2.110.647
Passivo de arrendamento	16	49.764	42.665	66.994	49.017
Contas a pagar aquisição de investimentos	20	9.025	6.724	11.265	9.269
Partes relacionadas	9	25.841	49.432	13.905	21.647
Obrigações e encargos sociais		102.685	79.568	156.181	126.526
Tributos a recolher		9.784	30.883	65.683	73.754
Dividendos e juros sobre capital a pagar	22	129.478	7.053	129.478	7.053
Instrumentos financeiros derivativos	29	16.184	-	16.184	-
Outras contas a pagar		26.525	43.415	71.020	99.247
Total do passivo circulante		1.790.882	2.758.413	2.834.451	3.781.989
Não circulante					
Empréstimos, financiamentos	19	3.652.646	2.656.018	3.913.747	3.127.027
Passivo de arrendamento	16	123.818	136.189	215.569	226.053
Tributos diferidos	10	-	-	53.931	43.052
Provisão para demandas judiciais	21	108.659	64.450	423.713	345.399
Contas a pagar aquisição de investimentos	20	14.566	34.758	68.098	88.607
Dividendos a pagar	22	217.479	-	217.479	-
Outras contas a pagar		13.312	11.594	31.867	36.878
Total do passivo não circulante		4.130.480	2.903.009	4.924.404	3.867.016
Patrimônio líquido					
Capital social		950.374	950.374	950.374	950.374
(-) Gastos com emissão de Ações		(12.380)	(12.380)	(12.380)	(12.380)
(-) Ações em tesouraria		(68.516)	(68.516)	(68.516)	(68.516)
Reservas de capital		2.165	4.633	2.165	4.633
Reservas de lucros		1.604.802	1.871.833	1.604.802	1.871.833
Lucros acumulados		-	-	-	-
Outros resultados abrangentes		538.872	711.378	538.872	711.378
Patrimônio líquido	22	3.015.317	3.457.322	3.015.317	3.457.322
Participação de acionistas não controladores		-	-	373	268
Total do patrimônio líquido		3.015.317	3.457.322	3.015.690	3.457.590
Total do passivo e do patrimônio líquido		8.936.679	9.118.744	10.774.545	11.106.595

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos resultados
Exercícios findos em 28 de fevereiro de 2026 e 2025
Em milhares de reais, exceto no lucro líquido por ação



		Controladora		Consolidado	
		28/02/2026	28/02/2025	28/02/2026	28/02/2025
Receita líquida de vendas e serviços	23	7.964.094	8.940.351	11.115.003	12.262.939
Custos das vendas e serviços	24	(6.207.778)	(7.305.195)	(8.622.717)	(9.872.991)
Lucro bruto		1.756.316	1.635.156	2.492.286	2.389.948
Receitas (despesas) operacionais					
Despesas com vendas	24	(809.910)	(812.340)	(1.245.548)	(1.193.881)
Despesas gerais e administrativas	24	(518.232)	(445.509)	(692.261)	(609.193)
Equivalência patrimonial	14	120.174	148.828	4.801	(4.166)
Outras receitas operacionais, líquidas	25	52.824	46.645	70.084	58.291
Lucro antes do resultado financeiro e impostos		601.172	572.780	629.362	640.999
Despesas financeiras	26	(676.461)	(622.911)	(772.308)	(722.942)
Receitas financeiras	26	185.006	204.509	228.936	236.765
Instrumentos financeiros derivativos	26	(61.807)	27.982	(61.807)	27.982
Varição cambial	26	6.586	(9.818)	13.525	(6.172)
Resultado financeiro líquido		(546.676)	(400.238)	(591.654)	(464.367)
Resultado antes dos impostos sobre o lucro		54.496	172.542	37.708	176.632
Imposto de renda e contribuição social					
Corrente	27	-	(21.284)	(26.005)	(45.519)
Diferido	27	93.873	65.692	136.768	85.888
		93.873	44.408	110.763	40.369
Lucro líquido do exercício		148.369	216.950	148.471	217.001
Lucro do exercício atribuível a:					
Acionistas controladores		148.369	216.950	148.369	216.950
Acionistas não controladores		-	-	102	51
		148.369	216.950	148.471	217.001
Lucro líquido básico por ação – R\$	28	0,4350	0,6361		
Lucro líquido diluído por ação – R\$	28	0,4119	0,6147		

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos resultados abrangentes
Exercícios findos em 28 de fevereiro de 2026 e 2025
Em milhares de reais



	Controladora		Consolidado	
	28/02/2026	28/02/2025	28/02/2026	28/02/2025
Lucro líquido do exercício	148.369	216.950	148.471	217.001
Outros resultados abrangentes:				
Variação cambial investimentos no exterior	(165.949)	250.138	(165.949)	250.138
Resultado abrangente do exercício	(17.580)	467.088	(17.478)	467.139
Acionistas controladores	(17.580)	467.088	(17.580)	467.088
Acionistas não controladores	-	-	102	51

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das mutações do patrimônio Líquido
Exercícios findos em 28 de fevereiro de 2026 e 2025
Em milhares de reais



	Capital social	Gastos com emissão de Ações	Ações em tesouraria	Reservas de capital	Reservas de lucro			Lucros acumulados	Outros resultados abrangentes	Patrimônio líquido atribuível:		Total
					Legal	Incentivos fiscais	Retenção de lucros			Controladores	Minoritários	
Saldos em 29 de fevereiro de 2024	950.374	(12.380)	(68.516)	1.500	123.891	1.391.920	239.072	-	461.240	3.087.101	246	3.087.347
Depreciação custo atribuído, líquido de impostos	-	-	-	-	-	-	(1.540)	1.540	-	-	-	-
Transação acionistas não controladores	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(29)	(29)
Plano de outorga de ações	-	-	-	4.747	-	-	-	-	-	4.747	-	4.747
IRPJ/CSLL diferidos sobre opção de ações outorgadas	-	-	-	(1.614)	-	-	-	-	-	(1.614)	-	(1.614)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	216.950	-	216.950	51	217.001
Variação cambial sobre investimentos no exterior	-	-	-	-	-	-	-	-	250.138	250.138	-	250.138
Destinação proposta:												
Constituição de reserva legal	-	-	-	-	2.343	-	-	(2.343)	-	-	-	-
Constituição de reserva de incentivos fiscais	-	-	-	-	-	170.096	-	(170.096)	-	-	-	-
Juros sobre capital próprio	-	-	-	-	-	-	(53.949)	(22.051)	-	(76.000)	-	(76.000)
Dividendos distribuídos	-	-	-	-	-	-	-	(24.000)	-	(24.000)	-	(24.000)
Saldos em 28 de fevereiro de 2025	950.374	(12.380)	(68.516)	4.633	126.234	1.562.016	183.583	-	711.378	3.457.322	268	3.457.590
Reversão Subvenção ICMS	22.c	-	-	-	-	(169.907)	169.907	-	-	-	-	-
Saldos em 28 de fevereiro de 2025 (reapresentado)	950.374	(12.380)	(68.516)	4.633	126.234	1.392.109	353.490	-	711.378	3.457.322	268	3.457.590
Depreciação custo atribuído, líquido de impostos	-	-	-	-	-	-	5.017	1.540	(6.557)	-	-	-
Transação acionistas não controladores	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3	3
Plano de outorga de ações	-	-	-	(3.739)	-	-	-	-	-	(3.739)	-	(3.739)
IRPJ/CSLL diferidos sobre opção de ações outorgadas	-	-	-	1.271	-	-	-	-	-	1.271	-	1.271
Reversão Subvenção ICMS	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	148.369	-	148.369	102	148.471
Variação cambial sobre investimentos no exterior	-	-	-	-	-	-	-	-	(165.949)	(165.949)	-	(165.949)
Destinação proposta:												
Constituição de reserva legal	-	-	-	-	7.418	-	-	(7.418)	-	-	-	-
Constituição de reserva de incentivos fiscais	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Juros sobre capital próprio	-	-	-	-	-	-	-	(57.000)	-	(57.000)	-	(57.000)
Dividendos distribuídos	-	-	-	-	-	-	-	(18.000)	-	(18.000)	-	(18.000)
Dividendos Aprovados	22.e	-	-	-	-	-	(353.490)	(66.510)	-	(420.000)	-	(420.000)
Ajuste a valor presente dos dividendos	22.e	-	-	-	-	-	73.043	-	-	73.043	-	73.043
Constituição de reserva de retenção de lucros	-	-	-	-	-	-	981	(981)	-	-	-	-
Saldos em 28 de fevereiro de 2026	950.374	(12.380)	(68.516)	2.165	133.652	1.392.109	79.041	-	538.872	3.015.317	373	3.015.690

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos fluxos de caixa
Exercícios findos em 28 de fevereiro de 2026 e 2025
 Em milhares de reais



	Controladora		Consolidado	
	28/02/2026	28/02/2025	28/02/2026	28/02/2025
Atividades operacionais				
Lucro antes dos impostos	54.496	172.542	37.708	176.632
<i>Ajustes para conciliar o resultado:</i>				
Equivalência patrimonial	(120.175)	(148.828)	(4.801)	4.166
Encargos financeiros provisionados	640.509	598.279	681.484	655.292
Juros provisionados - passivo de arrendamento	13.520	8.588	16.668	16.372
Perdas com créditos de realização duvidosa	4.018	5.293	6.027	4.826
Provisão (reversão) para descontos	3.689	9.069	12.612	9.068
Provisão para demandas judiciais	10.671	9.684	37.335	20.004
Provisão (reversão) de outros ativos e passivos	(6.734)	3.811	(6.737)	4.079
Depreciações e amortizações	164.298	152.984	285.923	266.276
Resultado na baixa de imobilizado e intangível	22.310	275	26.974	1.966
Baixa - ativo de direito de uso	(7)	(23)	108.880	(147)
Pagamento baseado em ações	(3.739)	4.747	(3.739)	4.747
	782.856	816.421	1.198.334	1.163.281
Redução (aumento) nos ativos e passivos				
Contas a receber	(12.745)	255.242	91.572	263.398
Estoques	112.546	4.451	111.389	(186.597)
Tributos a recuperar	(62.212)	(20.492)	(82.410)	(13.384)
Partes relacionadas	(2.255)	(53.525)	(3.083)	12.700
Outros ativos circulantes e não circulantes	364	8.526	54.844	(8)
Fornecedores	35.140	107.361	(166.525)	173.620
Salários e encargos a pagar	23.117	(3.847)	33.562	(6.394)
Obrigações tributárias	(21.256)	20.363	(10.412)	11.971
Outros passivos circulantes e não circulantes	(29.053)	6.005	(122.013)	30.682
Geração (redução) de caixa das atividades operacionais	43.646	324.084	(93.076)	285.988
Juros pagos sobre empréstimos	(541.461)	(545.350)	(588.127)	(606.608)
Imposto de renda e contribuição social pagos	-	-	(25.895)	(11.297)
Caixa gerado nas atividades operacionais	285.041	595.155	491.236	831.364
Atividades de investimentos				
Aplicações financeiras, líquidas	(11.367)	(30)	(8.322)	(1.832)
Venda de imobilizado	1.992	344	3.627	500
Adições aos investimentos	(152.849)	(125.413)	-	(39.218)
Adiantamento para aquisição Villa Oliva Rice S.A.	-	-	-	(199.766)
Liberação de valores retidos em combinação de negócios	(11.573)	(14.076)	(11.573)	(14.076)
Caixa advindo de aquisição de controlada	-	-	4.217	-
Encerramento de coligadas	-	-	9.207	-
Adições ao imobilizado e intangível	(304.741)	(133.091)	(463.433)	(334.939)
Dividendos recebidos	-	-	467	2.343
Caixa aplicado nas atividades de investimentos	(478.538)	(272.266)	(465.810)	(586.988)
Atividades de financiamentos				
Captação de empréstimos e financiamentos	1.562.774	1.129.574	3.189.232	2.474.890
Liquidação de empréstimos e financiamentos	(1.703.875)	(1.600.730)	(3.516.271)	(2.872.613)
Pagamentos de passivo de arrendamento	(62.086)	(49.101)	(80.352)	(66.995)
Liquidação de derivativos	(26.904)	-	(26.904)	-
Pagamento de JCP e dividendos	(100.000)	(100.000)	(100.000)	(100.000)
Caixa aplicado nas atividades de financiamento	(330.091)	(620.257)	(534.295)	(564.718)
Variação cambial sobre caixa e equivalentes	-	-	(23.727)	50.290
Redução no caixa e equivalentes de caixa	(523.588)	(297.368)	(532.596)	(270.052)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	2.158.568	2.455.936	2.530.204	2.800.256
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	1.634.980	2.158.568	1.997.608	2.530.204
Redução no caixa e equivalentes de caixa	(523.588)	(297.368)	(532.596)	(270.052)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações do valor adicionado
Exercícios findos em 28 de fevereiro de 2026 e 2025
Em milhares de reais



	Controladora		Consolidado	
	28/02/2026	28/02/2025	28/02/2026	28/02/2025
Receitas				
Vendas de mercadoria, produtos e serviços	8.677.185	9.767.795	11.931.548	13.196.288
Receitas relativas à construção de ativos próprios	119.881	163.116	119.881	163.116
Outras receitas	73.179	56.020	149.920	105.016
Perdas esperadas crédito de liquidação duvidosa	(4.018)	(5.293)	(5.125)	(4.826)
	8.866.227	9.981.638	12.196.224	13.459.594
Insumos adquiridos de terceiros				
Custos produtos, mercadorias e serviços	(5.428.931)	(6.571.520)	(7.476.430)	(8.711.260)
Materiais, energia, serviços terceiros, outros	(1.408.976)	(1.378.270)	(1.953.149)	(1.873.779)
Outros	-	(31.490)	(43.462)	(68.847)
	(6.837.907)	(7.981.280)	(9.473.041)	(10.653.886)
Valor adicionado bruto	2.028.320	2.000.358	2.723.183	2.805.708
Retenções				
Depreciação e amortização	(164.298)	(152.984)	(285.923)	(266.276)
Valor adicionado líquido produzido	1.864.022	1.847.374	2.437.260	2.539.432
Valor adicionado recebido em transferência				
Resultado de equivalência patrimonial	120.174	148.828	4.801	(4.166)
Receitas financeiras	258.505	393.650	313.854	431.657
	378.679	542.478	318.655	427.491
Valor adicionado total a distribuir	2.242.701	2.389.852	2.755.915	2.966.923
Distribuição do valor adicionado				
Pessoal				
Remuneração direta	358.951	321.409	632.072	629.965
Benefícios	168.546	128.182	201.520	164.496
FGTS	31.714	28.600	32.021	28.600
Outros	-	16.053	536	16.398
	559.211	494.244	866.149	839.459
Impostos, taxas e contribuições				
Federais	173.037	222.452	165.400	228.636
Estaduais	567.161	649.215	675.673	765.404
Municipais	5.795	5.655	14.408	12.276
	745.993	877.322	855.481	1.006.316
Remuneração de capitais de terceiros				
Juros e variação cambial	770.274	755.759	866.183	857.898
Aluguéis	15.888	17.321	16.664	17.993
Outros	2.966	28.256	2.967	28.256
	789.128	801.336	885.814	904.147
Remuneração de capitais próprios				
Juros sobre Capital Próprio	57.000	76.000	57.000	76.000
Dividendos	84.510	24.000	84.510	24.000
Não controladores	-	-	(102)	(51)
Lucros retidos do exercício	6.859	116.950	7.063	117.052
	148.369	216.950	148.471	217.001
Valor total adicionado distribuído	2.242.701	2.389.852	2.755.915	2.966.923

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

1. Contexto operacional

A Camil Alimentos S.A. (“Camil” ou “Companhia”) é uma Sociedade Anônima de capital aberto, com ações negociadas na B3, no segmento do Novo Mercado, o mais alto nível de governança corporativa em listagem da bolsa, sob o código CAML3, com sede na cidade de São Paulo/SP, que junto com suas controladas e coligadas (coletivamente, “Grupo”) tem como atividades preponderantes a industrialização e comercialização de grãos (principalmente arroz e feijão), açúcar, café, biscoitos, massas, pescados enlatados (sardinha e atum) entre outros produtos, por meio de marcas com forte reconhecimento e posições de liderança em participação de mercado no Brasil, Uruguai, Chile, Peru, Equador e Paraguai.

A Companhia possui um portfólio diversificado de marcas tradicionais, consolidadas e com reconhecimento pelos consumidores, com produtos que permitem obter expressivas posições de liderança em todos os mercados de atuação. A Camil possui participações relevantes no Brasil nos mercados de grãos, açúcar, pescados enlatados, massas e biscoitos, sendo as principais marcas Camil, União, Coqueiro, Santa Amália e Mabel. No ambiente internacional, a Camil atua no Uruguai com a marca *Saman e La Abundancia*, Chile com a marca *Tucapel*, Peru com a marca *Costeño*, Equador com a marca *Rico Arroz* e no Paraguai começará a operar com as marcas *Villa Oliva, Oliva Rice e Villa Oliva Rice*.

O exercício social da Companhia finda em fevereiro de cada ano, a fim de alinhar a data de encerramento de seu exercício societário com o ciclo de colheita da safra de arroz, principal produto da Camil. A safra do arroz ocorre uma vez ao ano, entre os meses de fevereiro e maio, principal insumo utilizado no processo produtivo da Companhia e suas controladas. Essa dinâmica é influenciada por flutuações nos preços e fomento agrícola, principalmente no Brasil e no Uruguai. No Brasil, por exemplo, o plantio acontece em meados de setembro. No momento da colheita, o preço médio pago pelo arroz, tradicionalmente é menor durante os meses imediatamente seguintes à safra de março, efeito observado na sazonalidade de capital de giro do período.

Em 28 de fevereiro de 2026 o Grupo possui trinta e cinco unidades industriais, sendo dezessete unidades no Brasil, dez no Uruguai, duas no Chile, quatro no Peru, uma no Equador e uma no Paraguai. Em 28 de fevereiro de 2025 o Grupo possuía trinta e três unidades industriais, sendo dezesseis unidades no Brasil, dez no Uruguai, duas no Chile, quatro no Peru e uma no Equador.

Principais eventos do exercício

a) Conclusão da 15ª emissão de debêntures

Em 21 de novembro de 2025, a Camil Alimentos S.A. concluiu a oferta pública de Certificados de Recebíveis do Agronegócio (CRA), em 4 séries, referentes à 389ª emissão da Eco Securitizadora, no montante total de R\$ 1,25 bilhão, considerando o exercício integral do lote adicional de R\$ 250 milhões. A operação contou com a coordenação do Itaú BBA, BTG Pactual, XP Investimentos, Bradesco BBI, UBS BB e Eco Securitizadora.

b) Conclusão de aquisição da operação Paraguai

Em 1º de setembro de 2025, a aquisição da Rice Paraguay S.A. (RICE) e Villa Olivia Rice S.A.(VOR) foi concluída, mediante Termo de Fechamento e Aditamento ao Contrato Camil, consolidando a entrada da Companhia no mercado de arroz do Paraguai, ampliando sua presença no segmento de alimentos na América do Sul. Os impactos estão demonstrados na nota explicativa 13 combinação de negócio.

a) Participações societárias

As demonstrações financeiras da controladora e consolidadas da Companhia incluem:

Controladas e coligadas	Principal atividade	Participação %	
		28/02/2026	28/02/2025
Brasil			
Ciclo Logística Ltda.	Transporte de cargas	100,00	100,00
Camil Energias Renováveis Ltda	Geração e comercialização de energia elétrica	100,00	100,00
Camil Properties Ltda	Arrendamento de imóveis	100,00	100,00
Camil Representações Ltda	Representação comercial	100,00	100,00
Café Bom Dia S.A. (i)	Arrendamento do parque fabril	97,71	97,71
Agro Coffee Com. Imp. e Exp. S.A. (i)	Comércio atacadista de café	90,33	90,33
CIPA Industrial de Prod. Alimentares Ltda.	Arrendamento do parque fabril	100,00	100,00
CIPA Nordeste de Prod. Alimentares Ltda.	Arrendamento do parque fabril	100,00	100,00
Uruguai			
CAMILATAM S.A.	Holding	100,00	100,00
S.A. Molinos Arroceros Nacionales (Saman)	Processamento e comercialização de arroz	100,00	100,00
Camil Uruguay Sociedad de Inversión S.A.	Processamento e comercialização de arroz	100,00	100,00
Climuy S.A.	Abastecimento de água para irrigação	100,00	100,00
Comisaco S.A.	Abastecimento de água para irrigação	50,00	50,00
Arrozur - Arroz Uruguayo S.A. (ii)	Processamento e comercialização de arroz	52,00	52,00
Galofér S.A. (ii)	Geração de energia renovável	52,00	52,00
Corrales S.A.	Abastecimento de água para irrigação	43,00	43,00
Maberil S.A. (iii)	Moinho de arroz	-	26,67
Arroyo Sarandí SRL (iii)	Processamento e comercialização de arroz	-	26,67
Paraguai			
Rice Paraguay S.A (iv)	Holding	100,00	-
Villa Oliva Rice S.A (iv)	Processamento e comercialização de arroz	100,00	-
Aerolink S.A (iv)	Serviços de aviação agrícola	33,33	-
Chile			
Empresas Tucapel S.A.	Processamento e comercialização de arroz	99,94	99,94
Peru			
Costeño Alimentos S.A.C.	Processamento e comercialização de grãos	100,00	100,00
Envasadora Arequipa S.A.C	Processamento e comercialização de arroz	100,00	100,00
Costeño Alimentos Oriente S.A.C.	Produção e distribuição de alimentos	100,00	100,00
Equador			
Indústrias Dajahu S.A.S.	Processamento e comercialização de arroz	100,00	100,00
Transportes Ronaljavhu S.A.S	Transporte de cargas	100,00	100,00

- (i) A Companhia teve reconhecido judicialmente o cumprimento do Plano de Recuperação Judicial das controladas Café Bom dia e Agro Coffee, com a consequente extinção do processo;
- (ii) Devido ao acordo de acionistas, a Companhia não detém o controle apesar dos 52% de participação;
- (iii) Operações encerradas pela controlada;
- (iv) Combinação de negócios concluída em 01/09/2025.

b) Reforma tributária

(i) Reforma tributária do consumo (LC 214/2025)

A Emenda Constitucional nº 132/2023, promulgada em 20 de dezembro de 2023, promoveu a reforma do sistema de tributação sobre o consumo no Brasil, conhecida como “Reforma Tributária”. O novo sistema composto por dois tributos (IBS e CBS) sucederá cinco tributos atuais (PIS, COFINS, ICMS, ISS e IPI), bem como a criação do Imposto Seletivo (IS).

Em 16 de janeiro de 2025, foi sancionada a Lei Complementar (LC) nº 214/2025, que regulamentou e operacionalizou os novos tributos sobre o consumo, notadamente o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), a Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) e o Imposto Seletivo (IS), detalhando fatos geradores, bases de cálculo, regimes e governança (inclusive o Comitê Gestor do IBS).

Os principais substitutos e mudanças, são:

- *CBS (Contribuição sobre Bens e Serviços)*: Contribuição de âmbito Federal que substituirá o PIS e COFINS. Vigência a partir de 2027, com período de teste durante 2026, ocasião em que será destacado percentual nos documentos fiscais;
- *IBS (Imposto sobre Bens e Serviços)*: Imposto de âmbito estadual e municipal que substituirá o ICMS e ISS. Vigência gradual a partir de 2027, com período de teste durante 2026, com implementação plena a partir de 2033;
- *Imposto Seletivo (IS)*: Novo Tributo que tem como foco desestimular o consumo de itens prejudiciais à saúde e ao meio ambiente (cigarros, bebidas alcoólicas, carros poluentes). A vigência do IS será a partir de 2027; e,
- *Manutenção Restrita do IPI*: O IPI inicialmente não será totalmente extinto, continuando a incidir de forma restrita sobre produtos industrializados na Zona Franca de Manaus. A partir de 2033, esse imposto será extinto.

(ii) Reforma de incentivos e benefícios fiscais (LC 224/2025)

A Lei Complementar nº 224/2025, de 26 de dezembro de 2025, dispõe sobre a redução e critérios de concessão de incentivos e benefícios de natureza tributária, financeira ou creditícia, concedidos exclusivamente pela União Federal e aplicáveis ao IRPJ, CSLL, PIS, COFINS, IPI, II e Contribuição Previdenciária Patronal. De modo sucinto, temos:

- Critérios mais restritivos para concessão, ampliação e prorrogação de benefícios e incentivos;
- Redução linear de 10% dos benefícios fiscais;
- Alteração nas tributações de Fintechs, Juros sobre Capital Próprio e Bets;

A Companhia avaliou os possíveis impactos da *LC 214/2025* e *LC 224/2025* para a data-base de 28 de fevereiro de 2026 e não identificou impactos significativos nas suas principais premissas. A Companhia atendeu aos testes em ambiente de homologação e produção para destaque do IBS e CBS nos documentos fiscais a serem emitidos a partir de 2026.

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas de acordo com: i) as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC e pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM, e ii) as normas internacionais de relatório financeiro (“IFRS”), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (“IASB”).

Estas demonstrações financeiras estão expressas em milhares de Reais (moeda funcional da Companhia), exceto se mencionado de outra forma. Quando efetuadas divulgações de montantes em outras moedas, os valores também foram apresentados em milhares, exceto se mencionado de outra forma. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

Na elaboração e preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou-se de julgamentos e estimativas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. As estimativas e premissas são revisadas tempestivamente e os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

As informações sobre julgamentos e estimativas realizadas na aplicação das políticas contábeis materiais que possam ter efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota explicativa 6 – Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber;
- Nota explicativa 8 – Tributos a recuperar;
- Nota explicativa 10 – Reconhecimento de ativos e passivos fiscais diferidos;
- Nota explicativa 16 – Mensuração da vida útil e prazo do arrendamento;
- Nota explicativa 15 e 17 – Definição da vida útil dos ativos intangíveis e do ativo imobilizado e a avaliação da recuperabilidade dos ativos não financeiros;
- Nota explicativa 21 – Reconhecimento e mensuração de provisões para contingências; e
- Nota explicativa 27 – Incertezas tributárias de imposto de renda e contribuição social.

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto para determinados ativos e passivos financeiros, mensurados pelo valor justo, e investimentos mensurados pelo método de equivalência patrimonial.

Em atendimento às melhores práticas contábeis e visando aprimorar a apresentação das demonstrações financeiras, A Companhia efetuou reclassificações em saldos do balanço patrimonial apresentado em fevereiro de 2025, para melhor apresentação das demonstrações financeiras.

Na controladora, o valor de R\$29.731 e, no consolidado, o valor de R\$51.365 foram reclassificados da rubrica Adiantamento de clientes para outras contas a pagar no curto prazo. Adicionalmente, na controladora, o montante de R\$4.639 foi reclassificado de passivo a descoberto em controladas para outras contas a pagar no longo prazo sem impacto no consolidado devido a eliminação.

As reclassificações acima tiveram efeito exclusivamente na apresentação das demonstrações financeiras, não alterando os valores totais do ativo, passivo, patrimônio líquido ou resultado líquido do período comparativo.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pelo Conselho de Administração da Companhia em 07 de maio de 2026. Desta forma, estas demonstrações financeiras consideram eventos subsequentes que pudessem ter efeito sobre elas até a referida data.

3. Práticas contábeis materiais

a) Demonstrações financeiras consolidadas

As demonstrações financeiras compreendem as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia e suas controladas. O controle é obtido quando a Companhia estiver exposto ou tiver direito a retornos variáveis com base em seu envolvimento com a investida e tiver capacidade de afetar estes retornos por meio do poder exercido em relação à investida.

A consolidação de uma controlada tem início quando a Companhia obtiver controle em relação à controlada e finaliza quando a Companhia deixar de exercer o mencionado controle. Ativo, passivo e resultado de uma controlada adquirida ou alienada durante o exercício são incluídos nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que a Companhia obtiver controle até a data em que a Companhia deixar de exercer o controle sobre a controlada.

Quando necessário, são efetuados ajustes nas demonstrações financeiras das controladas para alinhar suas políticas contábeis com as políticas contábeis da Companhia. Todas as transações e saldos entre a controladora e suas controladas são eliminados e a participação dos acionistas não controladores é destacada.

b) Combinações de negócios e ágio

Combinações de negócios são contabilizadas aplicando o método de aquisição. O custo de uma aquisição é mensurado pela soma da contraprestação transferida, que é avaliada com base no valor justo na data de aquisição, e o valor de qualquer participação de não controladores na adquirida, quando aplicável. Custos diretamente atribuíveis à aquisição são contabilizados como despesa quando incorridos.

Ao adquirir um negócio, a Companhia avalia os ativos e passivos financeiros assumidos com o objetivo de classificá-los e alocá-los de acordo com os termos contratuais, as circunstâncias econômicas e as condições pertinentes na data de aquisição.

Qualquer contraprestação contingente a ser transferida pela adquirente será reconhecida ao valor justo na data de aquisição. Alterações subsequentes no valor justo da contraprestação contingente considerada como um ativo ou como um passivo deverão ser reconhecidas no resultado.

Inicialmente, o ágio é mensurado como sendo o excedente da contraprestação transferida em relação aos ativos líquidos adquiridos (ativos identificáveis adquiridos, líquidos e os passivos assumidos). Após o reconhecimento inicial, o ágio é mensurado pelo custo, deduzido de quaisquer perdas acumuladas do valor recuperável. Para fins de teste do valor recuperável, o ágio adquirido em uma combinação de negócios é, a partir da data de aquisição, alocado a cada uma das unidades geradoras de caixa que se espera sejam beneficiadas pelas sinergias da combinação, independentemente de outros ativos ou passivos da adquirida a ser atribuídos a estas unidades.

Quando um ágio fizer parte de uma unidade geradora de caixa e uma parcela dessa unidade for alienada, o ágio associado à parcela alienada deve ser incluído no custo da operação ao apurar-se o ganho ou a perda na alienação. O ágio alienado nessas circunstâncias é apurado com base nos valores proporcionais da parcela alienada em relação à unidade geradora de caixa.

c) Moeda funcional e transações em moeda estrangeira

As demonstrações financeiras são apresentadas em Reais (“R\$”), sendo essa a moeda funcional e de apresentação da Companhia.

Para as transações em moeda estrangeira, os ativos e passivos não monetários, assim como receitas e despesas, convertidos pela taxa histórica da transação, os ativos e passivos monetários convertidos pela taxa de câmbio do final do exercício e, os efeitos acumulados de ganho ou perda na conversão de itens monetários são registrados diretamente no resultado do exercício.

As demonstrações do resultado e do fluxo de caixa das subsidiárias com moeda funcional distinta da controladora, são convertidas para Reais pela taxa de câmbio obtida por meio da média das taxas diárias de cada mês, os ativos e passivos incluindo ágio de combinação de negócios, são convertidos pela taxa de câmbio do final do exercício e os demais itens do patrimônio líquido são convertidos pela taxa histórica da transação. Todas estas diferenças de câmbio são registradas em Ajustes de avaliação patrimonial. As moedas funcionais das controladas no exterior, são demonstradas a seguir:

- Controladas situadas no Uruguai USD
- Controladas situadas no Paraguai USD
- Controladas situadas no Chile CLP
- Controladas situadas no Peru PEN
- Controladas situadas no Equador USD

As principais taxas cambiais utilizadas pela Companhia para converter as informações financeiras de subsidiárias com moeda diferente da moeda funcional da Controladora foram:

Moeda	Taxas em 2026		Taxas em 2025	
	Final	Média	Final	Média
Dólar EUA (USD)	5,1495	5,4838	5,8488	5,5493
Peso Chileno (CLP)	0,0059	0,0059	0,0061	0,0058
Novo Sol Peruano (PEN)	1,5345	1,5653	1,5916	1,4834

d) Receitas de vendas

As receitas de vendas são reconhecidas e mensuradas observando as seguintes etapas:

- identificação dos contratos com os clientes, formalizados por meio de ordens de vendas;
- identificação das obrigações de desempenho;
- determinação do preço da transação;
- alocação do preço da transação; e
- reconhecimento da receita mediante a satisfação da obrigação de desempenho.

As receitas são registradas pelo valor que reflete a expectativa da Companhia de receber pela comercialização de produtos, líquido dos impostos incidentes, dos incentivos fiscais, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos. As vendas da Companhia são originadas por ordens de vendas. Os descontos e rebates podem tanto ser negociados pontualmente quanto ter suas condições definidas nos contratos, em geral, firmados com grandes redes de varejo e atacado.

Em todos os casos, a condição de performance é satisfeita quando o controle da mercadoria é transferido ao cliente. A Companhia possui vendas com pagamento à vista e a prazo.

A Companhia possui uma pequena parcela de sua receita oriunda da prestação de serviços de armazenagem e logística, sendo a receita reconhecida no exercício de competência em que os serviços são prestados e as respectivas obrigações de desempenho são cumpridas. As faturas de serviços são emitidas após a conclusão dos serviços prestados.

e) Subvenções governamentais

As subvenções governamentais são reconhecidas contabilmente quando existe razoável segurança de que as condições estabelecidas serão cumpridas e o benefício será recebido. Os valores são apropriados como receita no resultado quando utilizados para reduzir a base de cálculo do imposto de renda e da contribuição social. Estes valores, quando apropriados, são destinados para a reserva de incentivos fiscais, dentro do patrimônio líquido, salvo se houver prejuízos acumulados.

f) Tributos

Os tributos correntes no Brasil, compreende o Imposto de Renda – Pessoa Jurídica (“IRPJ”) e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (“CSLL”), que são calculados mensalmente com base no lucro tributável, após compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real, aplicando-se a essa base a alíquota de 15% acrescida do adicional de 10% para o IRPJ e 9% para a CSLL.

Os resultados apurados nas subsidiárias do exterior estão sujeitos à tributação dos países onde estão sediadas, de acordo com alíquotas e legislações aplicáveis. No Brasil, esses resultados sofrem os efeitos de tributação em bases universais instituída pela Lei nº 12.973/14. A Companhia analisa o resultado de cada subsidiária para a aplicação da referida legislação, de forma a respeitar os tratados assinados pelo Brasil e evitar a dupla tributação.

Os tributos diferidos representam os créditos e débitos sobre prejuízos fiscais e bases negativas de CSLL, bem como diferenças temporárias entre a base fiscal e a contábil. Quando os estudos internos da Companhia indicarem que a utilização futura desses créditos em um horizonte de 10 anos não é provável, uma provisão para realização do ativo é constituída.

Os tributos diferidos ativos e passivos são apresentados líquidos se existir um direito legal exequível de serem compensados, e se forem de competência da mesma autoridade fiscal sob a mesma entidade tributável.

Os ativos e passivos fiscais diferidos devem ser mensurados pelas alíquotas aplicáveis no período em que o ativo for realizado ou o passivo liquidado, com base nas alíquotas que estejam promulgadas na data do balanço.

A Companhia não registra tributos diferidos passivos sobre o ágio oriundo das aquisições conforme orientação CPC 32 (IAS 12) parágrafo 15A.

Incerteza sobre o Tratamento de Tributos sobre o Lucro

A IFRIC 23, interpretação emitida pelo IASB em 7 de junho de 2017, foi traduzida pela ICPC 22 – Incerteza sobre o Tratamento de Tributos sobre o Lucro, emitida pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC (Interpretação ITG 22 aprovada pelo Conselho Federal de Contabilidade), esclarece como aplicar os requisitos de reconhecimento e mensuração da norma CPC 32 / NBC TG 32 (R4) / IAS 12 quando há incerteza sobre os tratamentos de tributos sobre o lucro. Nessa circunstância, a entidade deve reconhecer e mensurar seu tributo corrente ou diferido ativo ou passivo, aplicando os requisitos com base no lucro tributável (prejuízo fiscal), bases fiscais, prejuízos fiscais não utilizados, créditos fiscais não utilizados e alíquotas fiscais determinadas.

Uma incerteza surge quando o tratamento aplicável a uma transação em particular não está claro na legislação tributária ou quando não está claro se a autoridade fiscal aceitará o tratamento adotado pela entidade. Nessas circunstâncias, a entidade deve reconhecer e mensurar o seu ativo ou passivo fiscal, corrente ou diferido, aplicando os requisitos do CPC 32 / IAS 12 com base no lucro tributável (prejuízo fiscal), nas bases fiscais, nas perdas fiscais não utilizadas, nos créditos fiscais não utilizados e nas alíquotas fiscais, determinados com base nesta interpretação.

g) Instrumentos financeiros

Instrumentos financeiros são contratos que dão origem a um ativo financeiro para uma entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial a outra. Sua apresentação no balanço patrimonial e notas explicativas dá-se conforme a característica de cada contrato.

O cálculo de *Impairment* dos instrumentos financeiros é realizado utilizando o conceito híbrido de “perdas estimadas de crédito e incorridas”, exigindo um julgamento relevante sobre como as mudanças em fatores econômicos afetam as perdas esperadas de crédito. Referidas perdas estimadas serão mensuradas em: (i) perdas de crédito esperadas para 12 meses, (ii) perdas de crédito esperadas para a vida inteira, ou seja, perdas de crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplência ao longo da vida esperada de um instrumento financeiro e (iii) perdas de créditos efetivas incorridas pela incapacidade de realização dos pagamentos contratuais do instrumento financeiro.

i. Ativos financeiros

Ativos financeiros são reconhecidos quando a entidade se torna parte das disposições contratuais do instrumento e classificados com base nas características de seus fluxos de caixa e no modelo de gestão para o ativo. Os ativos financeiros são classificados como (i) mensurados ao custo amortizado, (ii) mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, e (iii) mensurados ao valor justo por meio do resultado. A mensuração dos ativos financeiros depende de sua classificação.

A Companhia avalia a cada período de reporte as perdas de crédito esperadas para os instrumentos mensurados ao custo amortizado e para os instrumentos de dívida mensurados ao VJORA. As perdas e/ou reversões de perdas são registradas no Resultado. Os juros de ativos financeiros são apresentados como Resultado Financeiro

Um ativo financeiro somente é desreconhecido quando os direitos contratuais expiram ou são efetivamente transferidos.

ii. Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado, empréstimos e recebíveis, contas a pagar, ou como derivativos designados como instrumentos de hedge em um hedge efetivo, conforme apropriado.

Todos os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo, mais ou menos, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro.

Um passivo financeiro somente é desreconhecido quando a obrigação contratual expira, é liquidada ou cancelada.

iii. Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia utiliza instrumentos financeiros derivativos, como swaps de taxa de juros de proteção contra o risco de variação das taxas de câmbio e o risco de variação das taxas de juros. Derivativos embutidos, quando aplicável, são separados de seus contratos principais e registrados individualmente caso as características econômicas e riscos do contrato principal e o derivativo embutido não sejam intrinsecamente relacionados; ou um instrumento individual com as mesmas condições do derivativo embutido satisfaça à definição de um derivativo, e o instrumento combinado não é mensurado pelo valor justo por meio do resultado.

Derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo; custos de transação atribuíveis são reconhecidos no resultado como incorridos. Não houve adoção de instrumento de *hedge accounting*. Após o reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo.

h) Caixa e equivalente de caixa

Compreende os saldos de caixa, bancos e títulos e valores mobiliários de liquidez imediata cujos vencimentos, no momento da aquisição, sejam iguais ou inferiores a 90 dias, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor. Os títulos e valores mobiliários classificados nesse grupo, por sua própria natureza, estão mensurados a valor justo por meio do resultado.

i) Contas a receber

Correspondem aos valores a receber de clientes pela venda de mercadorias ou prestação de serviços no curso normal das atividades da Companhia e são reconhecidos pelo valor nominal faturado na data da venda e deduzidas da PECLD.

A Companhia realiza regularmente estudo de perdas históricas das carteiras de clientes que possui em todas as regiões, levando em consideração as dinâmicas dos mercados em que atua e instrumentos que possui para redução dos riscos de crédito, tais como: cartas de crédito, seguros e garantias reais, assim como identifica clientes específicos cujos riscos destoam da carteira, os quais são tratados conforme expectativas individuais. Com base nestes estudos são gerados fatores de perdas estimadas por carteira e classe de vencimentos que, aplicados sobre os montantes de contas a receber, geram as perdas de crédito esperadas.

Adicionalmente a Companhia avalia fatores macroeconômicos que possam influenciar nas referidas perdas e caso necessário ajusta o modelo de cálculo.

Os títulos são baixados contra a perda estimada à medida que a Administração considera que estes não são mais recuperáveis após ter tomado todas as medidas cabíveis para recebê-los.

j) Estoques

Os estoques são avaliados ao custo médio de aquisição ou de produção, não excedendo o seu valor de mercado. As provisões para estoques de baixa rotatividade são constituídas quando consideradas necessárias pela Administração. A Companhia custeia seus estoques por absorção pela média móvel ponderada.

No Uruguai, especificamente, os termos e condições de comercialização de parcela significativa da produção agrícola do arroz celebrados entre os produtores rurais e as indústrias são estabelecidos mediante acordo formal entre as Indústrias (“Gremial de Molinos”) e a Associação de Cultivadores de Arroz daquele país (“Asociación de Cultivadores de Arroz”). O mecanismo de cálculo do preço da saca de arroz com casca é estabelecido em acordo formal tendo como base o preço de venda obtido pelas indústrias na comercialização do arroz a cada safra, deduzido de custos e despesas previamente acordados com a Associação de Cultivadores de Arroz e uma margem mínima assegurada às indústrias. Este preço é definido pela Associação de produtores e as indústrias quando aproximadamente 90% da safra uruguaia se encontra efetivamente negociada e vendida pelas indústrias, o que ocorre usualmente no primeiro trimestre do ano subsequente à colheita da safra do ano corrente.

Para permitir a concessão de adiantamentos por parte das indústrias e liquidações parciais das compras de arroz, a associação de produtores e as indústrias estabelecem ao final de cada safra, usualmente em junho de cada ano, um preço provisório para fins de referência ao mercado. Os pagamentos parciais efetuados são complementados pelas indústrias ou devolvidos pelos produtores quando da definição do preço definitivo.

k) Propriedades para investimento

Consiste na classificação e mensuração de ativos imobiliários mantidos para obter rendimentos através de contratos de arrendamento ou valorização do capital ao longo do tempo. Esses ativos são reconhecidos pelo seu custo de aquisição e subsequentemente mensurados pelo valor justo, com alterações no valor justo reconhecidas no resultado e no balanço patrimonial.

l) Investimentos

Os investimentos em controladas e coligadas, são reconhecidos inicialmente pelo seu custo de aquisição e posteriormente ajustados pelo método da equivalência patrimonial. Após a aplicação do método da equivalência patrimonial para fins de demonstrações financeiras da controladora, a Companhia determina se é necessário reconhecer perda adicional do valor recuperável sobre o investimento da Companhia em cada uma de suas controladas. A Companhia determina, em cada data de fechamento do balanço patrimonial, se há evidência objetiva de que os investimentos em controladas sofreram perdas por redução ao valor recuperável. Se assim for, a Companhia calcula o montante da perda por redução ao valor recuperável como a diferença entre o valor recuperável da controlada e o valor contábil e reconhece o montante na demonstração do resultado da controladora.

Investimento com passivo a descoberto são apresentados no passivo não circulante, na controladora, quando aplicável.

m) Ativo imobilizado

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas. Custos subsequentes são capitalizados na medida em que seja provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são registrados no resultado.

Itens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear no resultado do exercício com base na vida útil econômica estimada de cada componente. Ativos arrendados são depreciados pelo menor período entre a vida útil estimada do bem e o prazo do contrato, a não ser que seja certo que a Companhia obterá a propriedade do bem ao final do arrendamento.

Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso, ou em caso de ativos construídos internamente, do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para utilização.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais serão revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativa contábil.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado (apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado), são reconhecidos em outras receitas/despesas operacionais, no resultado.

n) Ativos intangíveis

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. O custo de ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios corresponde ao valor justo na data da aquisição. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável. Os gastos com ativos intangíveis gerados internamente são reconhecidos diretamente no resultado do exercício quando incorridos. A vida útil de ativo intangível é avaliada como definida ou indefinida.

Ativos intangíveis com vida definida são amortizados ao longo da vida útil-econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida definida são revisados no mínimo no fim de cada exercício social. Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizadas por meio de mudanças no período ou método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis. A amortização de ativos intangíveis com vida definida é reconhecida na demonstração do resultado na categoria de despesa consistente com a utilização do ativo intangível.

Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas são testados anualmente em relação a perdas por redução ao valor recuperável, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa. A avaliação de vida útil indefinida é revisada anualmente para determinar se esta avaliação continua a ser justificável. Caso contrário, a mudança na vida útil de indefinida para definida é feita de forma prospectiva.

Um ativo intangível é desreconhecido quando da sua venda ou quando não são esperados benefícios econômicos futuros a partir de sua utilização ou venda. Eventual ganho ou perda resultante do desreconhecimento do ativo (a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) é reconhecido na demonstração do resultado do exercício.

o) Provisões

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação.

Provisões para demandas judiciais

Provisões são constituídas para todos os litígios referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar o litígio/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos.

As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

Passivos contingentes classificados como perda possível oriundos de combinação de negócios

A mensuração subsequente dos passivos contingentes classificados como perda possível oriundos de combinação de negócios, é realizada de acordo com o CPC 15 (R1) / IFRS 3. Até que o passivo seja liquidado, cancelado ou extinto, a Companhia mensura pelo maior valor entre aquele que seria registrado com base no CPC 25 / IAS 37 e o montante pelo qual foi inicialmente reconhecido.

p) Arrendamento mercantil

Um contrato é, ou contém um arrendamento se o contrato transfere o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período em troca de contraprestação, onde os seguintes requisitos são avaliados:

- O contrato envolve o uso de um ativo identificado, que pode estar explícito ou implícito, e pode ser fisicamente distinto ou representar substancialmente toda a capacidade de um ativo fisicamente distinto. Se o fornecedor tiver o direito substancial de substituir o ativo, então o ativo não é identificado;
- A Companhia tem o direito de obter substancialmente todos os benefícios econômicos do uso do ativo durante o período do contrato; e
- A Companhia tem o direito de direcionar o uso do ativo durante o período do contrato.

No início do contrato, a Companhia reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento, o qual representa a obrigação de efetuar os pagamentos relacionados ao ativo subjacente do arrendamento.

O ativo de direito de uso é depreciado subsequentemente usando o método linear desde a data de início até o final da vida útil do ativo de direito de uso ou o término do prazo do arrendamento. Adicionalmente, o ativo de direito de uso é periodicamente reduzido ao valor recuperável, quando aplicável, e reajustado pela mensuração subsequente do passivo de arrendamento.

O passivo de arrendamento é inicialmente apurado pelo valor presente dos pagamentos não efetuados, descontado à taxa de empréstimo incremental e, subsequentemente, mensurado pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos, os quais são registrados em contrapartida à rubrica de Receitas (despesas) financeiras, líquidas.

O passivo é reavaliado quando existir mudança (i) nos pagamentos futuros decorrentes de uma mudança em índice ou taxa, (ii) na estimativa do montante esperado a ser pago no valor residual garantido, ou (iii) na avaliação se a Companhia exercerá a opção de compra, prorrogação ou rescisão. Na data-base das demonstrações financeiras, a Companhia não possui pagamentos variáveis de arrendamento vinculados a índices, taxas ou outras variáveis, inexistindo, portanto, impactos dessa natureza sobre os passivos de arrendamento reconhecidos.

Quando o passivo de arrendamento é reavaliado, o valor do ajuste correspondente é registrado no valor contábil do ativo de direito de uso, ou no resultado se o valor contábil do ativo de direito de uso tiver sido reduzido a zero. A Companhia não reconhece ativos de direito de uso e passivo de arrendamento para contratos com prazo inferior a 12 meses, e sem opção de compra e de baixo valor. Os pagamentos associados a tais contratos são reconhecidos como despesa no resultado em uma base linear ao longo do período do arrendamento.

A Companhia reconheceu os ativos e passivos para os seus contratos de arrendamento referente a locação de imóveis, máquinas, equipamentos e veículos, seguindo o entendimento manifestado pela CVM no Ofício-Circular/CVM/SNC/SEP nº 02/2019 sobre o CPC 06 (R2) / NBC TG 06 (R3) / IFRS 16, o qual orientou sobre aplicação da taxa incremental de juros, PIS e COFINS embutidos no passivo de arrendamento e tributos a recuperar sobre a realização do passivo de arrendamento. Assim, o saldo do Passivo de arrendamento, considera o montante equivalente a aproximadamente 9,25% de PIS/COFINS.

q) Benefícios a empregados

Benefícios concedidos a empregados e administradores da Companhia incluem, em adição a remuneração fixa (salários e contribuições para a seguridade social, férias, 13º salário) remunerações variáveis como participação nos resultados, plano de saúde e odontológico, alimentação, seguro de vida e transporte. Esses benefícios são registrados no resultado do exercício quando a Companhia tem uma obrigação com base em regime de competência.

Benefício pós-emprego

A Companhia oferece a seus empregados e ex-empregados benefício de assistência médica que se qualificam como obrigações pós-emprego. Os custos esperados desse benefício são acumulados durante o período do emprego, usando a mesma metodologia contábil que é usada para os planos de pensão de benefício definido. Essas obrigações são avaliadas, anualmente, por atuários independentes qualificados.

r) Resultado por ação

A Companhia efetua os cálculos do resultado por ação utilizando o número médio ponderado de ações totais, durante o exercício correspondente ao resultado. Os dados de comparação dos lucros/prejuízos básico e diluído se baseiam na média ponderada de ações em circulação do exercício, e todas as ações com potencial de diluição em aberto para cada exercício apresentado, respectivamente.

O resultado diluído por ação é computado de forma semelhante ao básico, exceto que as ações que não estão em circulação são adicionadas, para incluir o número de ações adicionais que estariam em circulação se as ações com potencial de diluição atribuíveis às opções de compra de ações e as ações resgatáveis de participação de acionistas não controladores tivessem sido emitidas durante os respectivos exercícios, utilizando o preço médio ponderado das ações.

s) Informações por segmento

Um segmento operacional é um componente da Companhia que desenvolve atividades de negócio para obter receitas e incorrer despesas, sendo eles, o reflexo de como a Companhia revisa suas informações para tomada de decisão. A Administração da Companhia identificou os segmentos operacionais, que atendem aos parâmetros quantitativos e qualitativos de divulgação, conforme seu modelo de gestão vigente. As informações são analisadas por segmento como segue:

Alimentício Brasil: Compreende as operações realizadas pelas unidades estabelecidas no Brasil, nas linhas de produtos de grãos, pescados, açúcar, massas, café e biscoito.

Alimentício Internacional: Compreende as operações realizadas pelas unidades estabelecidas no Uruguai, Chile, Peru e Equador, na linha de produtos de grãos

t) Demonstração do valor adicionado

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às Companhias Abertas. As "IFRS" não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência pelas "IFRS", essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações financeiras.

u) Novas normas em vigor a partir deste exercício

i. IAS 21 / CPC 02 (R2) – Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Financeiras:

Define requisitos explícitos sobre qual taxa de câmbio uma entidade deveria usar quando a taxa de câmbio à vista não é observável. Não há impactos para a Companhia.

ii. Alterações na IFRS 7/CPC 40 (R1) e IFRS 9/CPC 48:

Classificação e mensuração de instrumentos financeiros e contratos que fazem referência à eletricidade dependente da natureza.

v) Novas normas emitidas aplicáveis para exercícios subsequentes

i. IFRS 18 / CPC 51 - Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras:

Introduz novos subtotais e três categorias para receitas e despesas, segregadas em operacionais, de investimento e de financiamento, na estrutura da demonstração de resultados. Também requer que as empresas divulguem explicações sobre as medidas de desempenho definidas pela administração relacionadas à demonstração de resultados. Estas alterações são efetivas para exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2027. Os possíveis impactos estão sendo avaliados e serão concluídos até a data de entrada em vigor da norma.

ii. Alterações na IFRS 19 Subsidiárias sem Responsabilidade Pública:

Permite que as subsidiárias elegíveis apliquem as Normas Contábeis em IFRS com os requisitos de divulgação reduzidos da IFRS 19.

iii. Alterações na IFRS 7/CPC 40 (R1) e IFRS 9/CPC 48:

Podem afetar significativamente como as entidades contabilizam o desreconhecimento de passivos financeiros e como os ativos financeiros são classificados quando estes utilizam sistemas de transferência eletrônica para liquidação.

iv. Melhorias anuais nas Normas Contábeis IFRS – Volume 11 - Alterações à IFRS 1 Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade, IFRS 7 Instrumentos Financeiros:

Evidenciação, IFRS 9 Instrumentos Financeiros, IFRS 10 Demonstrações Consolidadas e IAS 7 Demonstração dos Fluxos de Caixa. Essas melhorias não criam normas, mas aprimoram a coerência e aplicação prática das normas existentes.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	28/02/2026	28/02/2025	28/02/2026	28/02/2025
Disponibilidades	31.767	25.787	171.272	229.050
Aplicações financeiras	1.603.213	2.132.781	1.826.336	2.301.154
	1.634.980	2.158.568	1.997.608	2.530.204

As disponibilidades são representadas substancialmente por depósitos bancários sem a incidência de juros. As aplicações financeiras classificadas como equivalentes de caixa estão representadas por investimentos em renda fixa, substancialmente representados por Certificados de Depósito Bancários (CDBs) e Operações Compromissadas, com rendimento médio de 102,15% do CDI (101,51% em 28 de fevereiro de 2025) podendo ser resgatáveis em um período de até 90 dias, contra os respectivos emissores, sem alteração significativa do rendimento pactuado. Estas aplicações são mantidas em instituições avaliadas com baixo risco de crédito e alta solidez no mercado.

5. Aplicações financeiras

	Controladora		Consolidado	
	28/02/2026	28/02/2025	28/02/2026	28/02/2025
Circulante				
Aplicação em renda fixa, sem carência	-	-	-	1.740
Fundo de investimento	25.095	-	25.095	-
	25.095	-	25.095	1.740
Não Circulante				
Aplicação em renda fixa, sem carência	-	-	-	1.304
Aplicação em renda fixa com bloqueio judicial	-	13.728	-	13.728
	-	13.728	-	15.032

6. Contas a receber

	Controladora		Consolidado	
	28/02/2026	28/02/2025	28/02/2026	28/02/2025
Títulos a vencer	773.640	766.282	1.055.093	1.158.664
Títulos vencidos até 30 dias	2.557	1.248	27.691	55.320
Títulos vencidos de 31 até 60 dias	188	608	7.003	5.262
Títulos vencidos de 61 até 90 dias	517	381	6.549	3.088
Títulos vencidos de 91 até 180 dias	3.173	1.760	9.220	4.869
Títulos vencidos a mais de 181 dias	16.871	17.763	29.244	27.783
	796.946	788.042	1.134.800	1.254.986
Descontos concedidos (i)	(78.978)	(75.289)	(87.901)	(75.289)
Perdas estimadas provisionadas	(21.552)	(21.374)	(27.466)	(25.704)
	696.416	691.379	1.019.433	1.153.993

(i) Os descontos concedidos são reconhecidos mediante acordos contratuais e pontuais com clientes específicos. As liquidações dos valores devidos a clientes são substancialmente quitadas com valores a receber em aberto.

A movimentação da provisão para descontos concedidos é demonstrada como segue:

	Controladora		Consolidado	
	28/02/2026	28/02/2025	28/02/2026	28/02/2025
Saldo no início do exercício	(75.289)	(66.220)	(75.289)	(66.221)
Adições	(383.391)	(343.896)	(392.314)	(343.896)
Reversões / Baixas	379.702	334.827	379.702	334.828
Saldo no final do exercício	(78.978)	(75.289)	(87.901)	(75.289)

A movimentação da provisão para perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa é demonstrada como segue:

	Controladora		Consolidado	
	28/02/2026	28/02/2025	28/02/2026	28/02/2025
Saldo no início do exercício	(21.374)	(19.251)	(25.704)	(38.645)
Adições	(4.018)	(5.293)	(6.047)	(5.891)
Reversões	-	-	20	1.065
Baixas	3.840	3.170	3.990	18.553
Variação Cambial	-	-	275	(786)
Saldo no final do exercício	(21.552)	(21.374)	(27.466)	(25.704)

As contas a receber de clientes e demais contas a receber do Grupo são distribuídas nas seguintes moedas:

	Controladora		Consolidado	
	28/02/2026	28/02/2025	28/02/2026	28/02/2025
Reais	696.416	691.379	699.975	691.683
Dólares Americanos	-	-	218.688	319.480
Novo Sol Peruano	-	-	28.006	39.121
Peso Chileno	-	-	72.764	103.709
	696.416	691.379	1.019.433	1.153.993

7. Estoques

	Controladora		Consolidado	
	28/02/2026	28/02/2025	28/02/2026	28/02/2025
Produto Acabado	446.592	388.289	678.719	587.059
Matéria-prima e insumos	252.329	350.675	515.815	687.750
Material de embalagem (i)	82.271	87.604	107.227	112.974
Adiantamento a fornecedores (ii)	331.794	421.041	656.669	726.652
Outros (iii)	86.769	56.590	225.228	163.869
	1.199.755	1.304.199	2.183.658	2.278.304
Circulante	1.143.510	1.269.544	2.096.538	2.212.803
Não Circulante (iv)	56.245	34.655	87.120	65.501
	1.199.755	1.304.199	2.183.658	2.278.304

- (i) Material de embalagens inclui embalagens para pescado nos montantes de R\$36.253 (R\$42.508 em 28 de fevereiro de 2025) na Controladora e no Consolidado;
- (ii) No consolidado, adiantamentos efetuados a produtores de arroz para assegurar a compra de matéria-prima, dos quais R\$78.997 (R\$55.414 em 28 de fevereiro de 2025), estão classificados no ativo não circulante, conforme expectativa de realização;
- (iii) O valor de outros no consolidado, abrange também o saldo de provisão para perdas de estoques no valor de R\$7.803 (R\$7.068 em 28 de fevereiro de 2025);
- (iv) O saldo consolidado não circulante também é composto por materiais de embalagem e outros itens de estoque relacionados com peças e partes essenciais para a não interrupção da operação, totalizados em R\$3.734 (R\$3.938 em 28 de fevereiro de 2025).

8. Tributos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	28/02/2026	28/02/2025	28/02/2026	28/02/2025
PIS e Cofins (i)	98.853	58.385	115.564	75.044
Impostos sobre vendas	34.538	22.599	99.887	68.009
Imposto de renda e contribuição social	11.280	28.471	51.149	60.142
Imposto de renda retido na fonte	91.620	55.895	94.833	58.915
Demais tributos (ii)	12.638	21.368	26.991	51.487
	248.929	186.718	388.424	313.597
Circulante	161.698	82.778	273.834	208.196
Não Circulante	87.231	103.940	114.590	105.401
	248.929	186.718	388.424	313.597

- (i) Recuperação de créditos de PIS e COFINS decorrentes da revisão dos cálculos aplicáveis às operações com produtos integrantes da cesta básica, no período de 2020 a 2025 no valor de R\$55.365;
- (ii) Demais tributos incluem créditos previdenciários, créditos de importações, IPI, além de crédito relativos as operações LATAM, com destaque para a Saman no Uruguai.

9. Transações com partes relacionadas

Os seguintes saldos são mantidos entre a Companhia e suas controladas, coligadas e outras partes relacionadas:

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 28 de fevereiro de 2026 e 2025
Em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma



	Controladora		Consolidado	
	28/02/2026	28/02/2025	28/02/2026	28/02/2025
Ativo circulante				
Contas a receber de controladas:				
S.A. Molinos Arroceros Nacionales - SAMAN	647	8.535	-	-
Cafe Bom Dia S.A.	10.159	2.024	-	-
Ciclo Logística Ltda.	3.113	749	-	-
Camil Energias Renovaveis Ltda.	155	78	-	-
Agro Coffee Com. Imp. e Exportacao Ltda.	1.500	-	-	-
Adiantamentos:				
Villa Oliva Rice S.A	2.883	10.458	-	30.863
Outros:				
Q2PY (i)	-	-	1.995	-
Contas a receber de coligadas:				
Galofer S.A (ii)	-	-	10.411	8.215
Comisaco S.A	-	-	5.000	7.679
Arrozur S.A	-	-	7.394	5
Corrales S.A.	-	-	285	888
Maberil S.A	-	-	-	2.826
	18.457	21.844	25.085	50.476
Ativo não circulante				
Adiantamentos:				
Villa Oliva Rice S.A (iii)	-	-	-	193.010
Camil Representações Ltda	5	5	5	5
Coligadas:				
Galofer S.A	-	-	-	-
Arroyo Sarandí SRL	-	-	-	5.248
Outros:				
Q2PY (i)	-	-	57.255	-
Direito de uso:				
Cipa Industrial De Produtos Alimentares Ltda	13.940	27.714	-	-
Cipa Nordeste Industrial De Produtos Alimenta	5.882	11.694	-	-
Cafe Bom Dia S.A	4.221	-	-	-
Camil Properties Ltda	15.828	-	-	-
Q2PY (iii)	-	-	33.693	-
	39.876	39.413	90.953	198.263
Total do ativo	58.333	61.257	116.038	248.739

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 28 de fevereiro de 2026 e 2025
Em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma



	Controladora		Consolidado	
	28/02/2026	28/02/2025	28/02/2026	28/02/2025
Passivo circulante				
Contas a pagar - controladas:				
S.A. Molinos Arroceros Nacionales	11.765	18.310	-	-
Villa Oliva Rice S.A	1.617	-	-	-
Ciclo Logística Ltda.	9.362	11.555	-	-
Cipa Industrial de Produtos Alimentares Ltda	1.567	-	-	-
Cipa Nordeste Industrial Prod. Alimentares Ltda	661	1.338	-	-
Camil Energias Renovaveis Ltda.	461	282	-	-
Camil Properties Ltda	408	-	-	-
Empresas Tucapel S.A.	-	-	65	68
Contas a pagar - Coligadas:				
Arrozur S.A	-	-	9.802	3.632
Aerolink S.A.	-	-	3.887	-
Outros:				
Q2PY (i)	-	-	151	-
Juros sobre capital próprio	-	13.640	-	13.640
Dividendos	-	4.307	-	4.307
	25.841	49.432	13.905	21.647
Passivo de arrendamento:				
Cipa Industrial De Produtos Alimentares Ltda	14.829	14.450	-	-
Cipa Nordeste Industrial De Produtos Alimentares Ltda	6.257	6.098	-	-
Cafe Bom Dia S.A	2.098	-	-	-
Camil Properties Ltda	4.172	-	-	-
Q2PY (iii)	-	-	7.943	-
	53.197	69.980	21.848	21.647
Passivo não circulante				
Passivo de arrendamento:				
Cipa Industrial De Produtos Alimentares Ltda	-	13.457	-	-
Cipa Nordeste Industrial De Produtos Alimentares Ltda	-	5.679	-	-
Cafe Bom Dia S.A	2.386	-	-	-
Camil Properties Ltda	13.475	-	-	-
Q2PY (iii)	-	-	26.832	-
	15.861	19.136	26.832	-
Total do Passivo	69.058	89.116	48.680	21.647

(i) Dos R\$57.255, R\$49.219 são referentes a venda do terreno para Q2PY. Os demais valores em aberto com a Q2PY vieram como saldos a serem quitados com a Villa Oliva Rice;

(ii) Contas a receber no montante de R\$10.411 relacionado a venda de energia elétrica gerada pela Coligada Galofer S.A.;

(iii) Arrendamento de terras entre Villa Oliva Rice e Q2PY.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 28 de fevereiro de 2026 e 2025
Em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma



A seguir, o valor das transações comerciais entre a Companhia, suas controladas e coligadas:

	Controladora		Consolidado	
	28/02/2026	28/02/2025	28/02/2026	28/02/2025
Receitas				
Saman - S.A Molinos Arroceros Nacionales	4.660	24.054	-	-
Empresas Tucapel S.A	33	4.687	-	-
Costeño Alimentos S.A.C.	1.424	-	-	-
Camil Energias Renovaveis Ltda.	1.190	1.506	-	-
Agro Coffee Com. Imp. e Exportacao Ltda.	-	1.912	-	-
Galofer S.A	-	-	232	221
Arrozur S.A	-	-	3.050	3.431
Comisaco S.A	-	-	57	57
	7.307	32.159	3.339	3.709
Custos				
Saman - S.A Molinos Arroceros Nacionales	(62.141)	(190.673)	-	-
Cipa Industrial de Prod. Alimentares Ltda	(359)	(5.251)	-	-
Cipa Nordeste Ind. de Prod. Alimentares Ltda	(6.730)	(17.359)	-	-
Agro Coffee Com. Imp. e Exportacao Ltda.	(45.579)	(2.561)	-	-
Camil Energias Renovaveis Ltda.	(7.970)	(1.286)	-	-
Villa Oliva Rice S.A	(26.960)	-	-	-
Arrozur S.A	-	-	(43.091)	(39.618)
	(149.739)	(217.130)	(43.091)	(39.618)
Despesas				
Ciclo Logística Ltda.	(338.387)	(332.477)	-	-
Cipa Industrial de Prod. Alimentares Ltda.	(18.805)	(17.843)	-	-
Cipa Nordeste Ind. de Prod. Alimentares Ltda	(7.935)	(9.938)	-	-
Café Bom Dia S.A.	(10.509)	(15.101)	-	-
Camil Properties Ltda	(3.600)	-	-	-
	(379.236)	(375.359)	-	-

As transações de compras realizadas com a controlada S.A. *Molinos Arroceros Nacionales* (Saman), localizada no Uruguai, referem-se a compra de arroz para abastecer os estoques nível Brasil. Os pagamentos são substancialmente efetuados de forma antecipada. Os termos e condições de comercialização celebrados entre os produtores rurais e as indústrias no Uruguai são estabelecidos mediante acordo formal entre as Indústrias (“Gremial de Molinos”) e a Associação de Cultivadores de Arroz daquele país (“Asociación de Cultivadores de Arroz”).

As transações com as demais empresas coligadas e com outras partes relacionadas referem-se substancialmente a adiantamentos por serviços a serem prestados à Companhia e a sua controlada S.A. *Molinos Arroceros Nacionales* (Saman), negociados a preço e condições acordados entre as partes e, os respectivos pagamentos, são realizados dentro dos vencimentos contratados.

Os valores das transações de empresas vinculadas aos administradores e acionistas, são demonstrados abaixo:

	Controladora/Consolidado	
	28/02/2026	28/02/2025
Despesas com serviços aéreos		
Albatro Empreendimentos e Participações	(2.372)	(3.344)
Gabbiano Empreendimentos e Participações	(719)	(612)
	(3.091)	(3.956)

a) Avais concedidos

A controlada S.A. *Molinos Arroceros Nacionales* (Saman) é garantidora das seguintes operações:

	Controladora/ Consolidado	
	28/02/2026	28/02/2025
Empresas relacionadas:		
Galofer S.A.	-	2.742
Aerolink S.A.	1.272	-
	1.272	2.742
Terceiros:		
Balere! SRL (*)	-	585
Garantia sobre imobilizados	9.682	-
	9.682	585
Produtores de arroz:		
Em operações com fornecedores	5.796	9.384
	5.796	9.384
Total garantias	16.750	12.711

A garantia com terceiros para a *Balere! SRL* está vinculada a um arrendamento de campo de arroz, onde a renda recebida é utilizada para amortizar o empréstimo, e, todo arroz produzido pelo campo arrendado é comprado pela Saman. A garantia com os demais produtores de arroz tem o mesmo objetivo de garantir a safra.

b) Remuneração da Administração

A remuneração dos Diretores Estatutários e Conselheiros, no exercício findo em 28 de fevereiro 2026, incluindo remunerações fixas e variáveis, totalizou R\$11.146 (R\$10.653 em 28 de fevereiro de 2025) e está apresentado na rubrica despesas gerais e administrativas na demonstração do resultado.

10. Tributos diferidos

	Controladora		Consolidado	
	28/02/2026	28/02/2025	28/02/2026	28/02/2025
Diferença temporária ativa				
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	7.328	7.267	8.874	10.907
Provisão para participação nos resultados	13.751	7.274	15.793	9.258
Provisão para demandas judiciais	36.944	21.913	41.099	25.188
Prejuízos fiscais e bases negativas	212.826	140.587	224.229	148.405
Crédito tributário no exterior (*)	7.991	-	126.859	96.083
Provisão para perdas adto a fornecedores	1.435	4.313	1.435	4.313
Provisão para perdas de estoques	2.653	2.403	2.299	8.567
Provisão para perdas de créditos tributários	2.636	2.636	2.922	2.938
Provisão de descontos sobre vendas	19.809	20.038	19.876	20.109
Mais valia	6.689	4.615	6.689	4.615
Provisão de perda operações descontinuadas	8.918	8.918	8.918	8.918
IFRS 16 - Ativo de direito de uso	115.708	96.422	146.374	107.751
Outras provisões temporárias	13.735	15.140	36.774	22.238
Total ativo diferido	450.423	331.526	642.141	469.290
Diferença temporária passiva				
Diferença entre ágio contábil e ágio fiscal	48.150	47.247	48.150	47.247
Sobre alocação à intangíveis	38.985	38.985	57.426	59.110
Sobre alocação à imobilizados	10.957	10.666	10.957	10.666
Custo atribuído ao imobilizado (deemed cost)	24.772	25.676	42.641	36.703
Diferimento sobre crédito de exclusão de ICMS	5.627	7.310	5.627	7.310
IFRS 16 - Passivo de arrendamento	111.309	93.372	121.591	104.160
Ganho com compra vantajosa	86.275	79.070	86.275	79.070
Outras diferenças temporárias	42	42	48.813	24.980
Total passivo diferido	326.117	302.368	421.480	369.246
Ativo	124.306	29.161	274.592	141.822
Passivo	-	-	(53.931)	(43.052)
Saldo diferido líquido	124.306	29.161	220.661	98.770

(*) Crédito tributário no exterior registrado no investimento da controladora (Nota 14).

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 28 de fevereiro de 2026 e 2025

Em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma



Os impostos de renda diferidos ativos e passivos são apresentados pelo líquido no balanço quando há o direito legal e a intenção de compensá-los quando da apuração dos tributos correntes, em geral relacionado com a mesma entidade legal e mesma autoridade fiscal. Dessa forma, impostos diferidos ativos e passivos em diferentes entidades ou em diferentes países, em geral são apresentados em separado, e não pelo líquido.

11. Depósitos judiciais

Em alguns processos faz-se necessário que a Companhia destine recursos financeiros a contas judiciais ou bloqueios de saldos bancários determinados em juízos, para garantia de eventuais execuções exigidas ou valores depositados em acordo judicial em substituição de pagamentos de passivos que estão sendo discutidos judicialmente. Os quadros a seguir apresentam os saldos existente no balanço patrimonial da Companhia:

	Controladora			Total
	Cível	Trabalhista	Tributário	
Saldo em 28 de fevereiro 2025	1.434	4.216	3.353	9.003
Adições	33	70	2.347	2.450
Baixa	(56)	(1.018)	-	(1.074)
Atualização Monetária	109	289	252	650
Saldo em 28 de fevereiro de 2026	1.520	3.557	5.952	11.029

	Controladora			Total
	Cível	Trabalhista	Tributário	
Saldo em 29 de fevereiro 2024	2.727	4.587	3.199	10.513
Adições	1.324	292	36	1.652
Baixa	(2.644)	(839)	-	(3.483)
Atualizações monetárias	27	176	118	321
Saldo em 28 de fevereiro 2025	1.434	4.216	3.353	9.003

	Consolidado			Total
	Cível	Trabalhista	Tributário	
Saldo em 28 de fevereiro de 2025	2.295	34.335	6.509	43.139
Adições	33	83	2.348	2.464
Pagamentos	(56)	(954)	(2)	(1.012)
Atualização Monetária	109	290	392	791
Saldo em 28 de fevereiro de 2026	2.381	33.754	9.247	45.382

	Consolidado			Total
	Cível	Trabalhista	Tributário	
Saldo em 29 de fevereiro de 2024	3.624	29.648	6.272	39.544
Adições	1.324	8.146	36	9.506
Baixa	(2.680)	(3.635)	(25)	(6.340)
Atualizações monetárias	27	176	226	429
Saldo em 28 de fevereiro de 2025	2.295	34.335	6.509	43.139

12. Propriedades para investimentos

A Companhia mantém um imóvel locado, desde 2021, localizado na cidade de São Gonçalo-RJ, com vigência de 20 anos, no valor de R\$27.873 na controladora e consolidado, o qual foi mensurado ao menor valor entre o valor residual e o valor justo menos os custos para vender o ativo, sendo este último efetuado por empresa especializada e independente.

Durante o exercício findo em fevereiro de 2026, a companhia reconheceu receita de aluguel referente a propriedade para investimento no montante de R\$2.320 (R\$1.998 em 28 de fevereiro de 2025).

13. Combinação de negócio

Aquisição no Paraguai dos negócios de produção e processamento de Arroz da Rice Paraguay S.A. e da Villa Oliva Rice S.A.

Conforme divulgado ao mercado por meio de Fatos Relevantes em 09 de setembro e 18 de novembro de 2024 e em 01 de setembro de 2025, em 5 de setembro de 2024 a Companhia celebrou um compromisso de compra e venda por meio do qual o Sr. Luciano Maggi Quartiero, diretor-presidente da Companhia e integrante de seu grupo controlador, comprometeu-se a adquirir ações representativas de 100% do capital social da Rice Paraguay S.A. e, indiretamente, de 80% do capital social da Villa Oliva Rice S.A., sociedades paraguaias detentoras de imóveis rurais, atividades agrícolas e operações industriais voltadas à produção e comercialização de arroz.

Em 18 de novembro de 2024, a aquisição dessas participações societárias foi concluída e, na mesma data, foi firmado contrato de compra e venda pelo qual se convencionou a alienação da integralidade das participações da Rice Paraguay S.A. e da Villa Oliva Rice S.A. para a Camilatam S.A., subsidiária da Companhia. O preço da operação foi fixado em US\$ 33.000 mil, pago antecipadamente, sujeito a ajustes com base na apuração de ativos e passivos operacionais líquidos, bem como ao cumprimento de condições precedentes usuais, inclusive reorganização societária e contratual relacionada à segregação de ativos imobiliários e operacionais.

Posteriormente, em 27 de março de 2025, foi incorporada à mesma operação a aquisição da totalidade do capital social remanescente da Villa Oliva Rice S.A., passando a abranger integralmente os ativos industriais e operacionais vinculados à atividade de arroz no Paraguai.

Em 1º de setembro de 2025, a operação foi definitivamente concluída mediante a assinatura do termo de fechamento e aditamento contratual, com base em data-base de 30 de junho de 2025, ocasião em que foi apurado ajuste de preço a menor de aproximadamente US\$ 920. Com isso, a Camilatam S.A. passou a deter, direta ou indiretamente, exclusivamente os ativos industriais e operacionais necessários à continuidade da atuação da Villa Oliva Rice S.A. no mercado paraguaio de arroz, em conformidade com seu plano estratégico e com a legislação aplicável.

A conclusão da operação consolidou a entrada da Companhia no mercado de arroz do Paraguai, fortalecendo sua presença no segmento de alimentos na América do Sul.

O laudo de apuração do valor justo dos ativos adquiridos e dos passivos assumidos para efeito de determinação da alocação do preço pago foi finalizado. Abaixo demonstramos os valores dos ativos adquiridos e passivos assumidos, bem como o ágio preliminar apurados na data-base de 01 de setembro de 2025, convertidos para fins de consolidação:

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 28 de fevereiro de 2026 e 2025
Em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma



Em 01/09/2025	Valor contábil	Mais-valia	Valor contábil
Ativo			
Demais itens do ativo circulante	19.188	-	19.188
Demais itens do ativo não circulante	62.343	1.049	63.392
Caixa e equivalentes de caixa	4.217	-	4.217
Contas a receber	19.147	- 891	18.256
Estoques	96.541	-	96.541
Investimentos	9.584	-	9.584
Imobilizado	130.117	43.737	173.854
Ativo de direito de uso	111.872	-	111.872
Intangível	824	-	824
	453.833	43.895	497.728
Passivo			
Demais itens do passivo circulante	39.443	1.049	40.492
Demais itens do passivo não circulante	7.699	4.285	11.984
Fornecedores	46.353		46.353
Passivo de arrendamento	112.867		112.867
Empréstimos e financiamentos	143.288	-	143.288
	349.650	5.334	354.984
Ativos líquidos	104.183	38.561	142.744
Total da contraprestação			(179.447)
Ajuste de Preço			5.002
Contraprestação ajustada			(174.445)
Agio			(31.701)

Os valores de mais/menos valias alocados aos ativos e passivos da Villa Oliva Rice S.A. estão demonstrados a seguir:

Mais/Menos valia	Valor contábil
Contas a receber (i)	(891)
Imobilizado (ii)	43.737
Ativo indenizatório (iii)	1.049
Provisão adicional (iv)	(1.049)
Passivo fiscal diferido (v)	(4.285)

- (i) Para fins de mensuração pelo valor justo, foi necessário realizar ajuste no saldo de contas a receber, mediante provisionamento integral dos saldos vencidos há mais de 90 dias, com base na expectativa de perdas associadas ao risco de crédito da carteira;
- (ii) Ativos imobilizados da Villa Oliva Rice S.A. a valor justo, conforme avaliação patrimonial, composto por terrenos, edifícios, máquinas e equipamentos, veículos;
- (iii) Com a cessão dos direitos contratuais, o direito à indenização foi transferido ao adquirente Camilatam. Considerando que não houve retenção de preço na data do fechamento, eventuais perdas cobertas pelo mecanismo de holdback serão indenizadas por meio dos valores originalmente retidos, ensejando o reconhecimento de ativo indenizatório com base no valor justo das provisões identificadas, sem compensação de saldos;
- (iv) A Companhia não possui provisões registradas em passivo classificadas como prováveis quanto à saída de recursos econômicos. Contudo, foram identificadas, em relatório de due diligence, outras obrigações presentes com risco elevado, que ensejaram o reconhecimento de ajuste por menos-valia;
- (v) Considerando que a adquirente é uma empresa estrangeira e não há possibilidade de aproveitamento fiscal das mais ou menos-valias, exceto na eventual alienação da participação, foi reconhecido passivo fiscal diferido em decorrência das diferenças temporárias entre os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos ajustados.

14. Investimentos

	Controladora		Consolidado	
	28/02/2026	28/02/2025	28/02/2026	28/02/2025
Investimento em controladas	2.304.901	2.194.277	-	-
Investimento em coligadas	-	-	84.820	91.729
Ágio na aquisição de investimento (i)	93.091	93.091	-	-
Mais valia na aquisição de investimentos (i)	262.453	263.961	-	-
	2.660.445	2.551.329	84.820	91.729

(i) Para fins de consolidação, o ágio gerado pela aquisição de investimentos é alocado no ativo intangível e as mais valias alocadas em seus grupos geradores.

Os principais saldos das controladas são demonstrados a seguir:

Em 28 de fevereiro de 2026	Ativo total	Passivo total	Patrimônio líquido	Receita líquida	Resultado do exercício
Camilatam S.A.	2.900.192	1.873.785	1.603.009	3.106.910	115.604
Ciclo Logística Ltda.	48.830	50.713	(1.883)	164.397	(7.340)
Camilatam Ecuador S.A.S.	321.544	201.673	119.871	264.830	(8.478)
Agro Coffee Com. Imp. e Exp. S.A.	6.930	3.072	3.858	49.773	1.091
Cipa Ind. de Prod. Alim.	321.243	151.490	169.754	3.007	(936)
Camil Energias Renováveis	243.684	19.651	224.033	6.650	358
Camil Properties	66.372	492	65.880	3.902	2.006
Café Bom Dia S.A	17.777	22.687	(4.910)	-	(162)

Em 28 de fevereiro de 2025	Ativo total	Passivo total	Patrimônio líquido	Receita líquida	Resultado do exercício
Camilatam S.A.	2.955.848	1.314.835	1.641.013	3.418.388	143.395
Ciclo Logística Ltda.	58.373	52.916	5.457	149.837	(5.915)
Camilatam Ecuador S.A.S.	423.462	336.788	86.674	340.320	(9.232)
Agro Coffee Com. Imp. e Exp. S.A.	3.284	517	2.767	6.299	224
Cipa Ind. de Prod. Alim.	317.793	147.153	170.640	14.765	(57.813)
Camil Energias Renováveis	157.260	27.419	129.841	4.929	630
Camil Properties	58.945	71	58.874	-	(191)
Café Bom Dia S.A. – RJ	17.755	22.503	(4.748)	-	1.307

As movimentações dos investimentos estão demonstradas a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	28/02/2026	28/02/2025	28/02/2026	28/02/2025
Saldos no início do exercício	2.551.329	2.018.378	91.729	49.292
Dividendos recebidos (i)	-	-	(467)	(2.343)
Reembolso de aporte	-	-	(187)	-
Adições (ii)	152.849	135.258	-	39.218
Combinação de negócios (nota 13)	-	-	9.584	-
Encerramento coligada Maberil (iii)	-	-	(3.608)	-
Encerramento coligada Arroyo Sarandí (iii)	-	-	(5.599)	-
Equivalência Patrimonial	122.216	147.551	4.801	(4.166)
Variação Cambial	(165.949)	250.142	(11.433)	9.728
Saldos no final do exercício	2.660.445	2.551.329	84.820	91.729

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 28 de fevereiro de 2026 e 2025
Em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma



- (i) Dividendos recebidos da Corrales no valor de R\$467, empresa que compõe o grupo de coligadas da controlada Saman no Uruguai;
(ii) Aumentos de capital nas controladas, Camil Energias R\$93.834, Camil Properties de R\$5.000 e Dajahu R\$54.015, realizados diretamente pela Controladora;
(iii) Ambas as operações foram encerradas em outubro de 2025.

O quadro a seguir apresenta a reconciliação do resultado de equivalência patrimonial:

	Controladora		Consolidado	
	28/02/2026	29/02/2025	28/02/2026	29/02/2025
Resultado de controladas	104.132	63.648	4.801	(4.166)
Resultado de controladas passivo a descoberto	(2.042)	1.277	-	-
Impacto de resultado não realizado (i)	22.661	25.052	-	-
Realização de mais valia de ativos e passivos	(4.577)	58.851	-	-
Equivalência patrimonial	120.174	148.828	4.801	(4.166)

- (i) Conforme dispositivo da Lei 12.973/2014, o resultado das investidas no exterior deve ser tributado a alíquota nominal do Brasil. Dessa forma, a Companhia adiciona na base de cálculo os lucros auferidos no exterior e se credita do imposto efetivamente pago nos países em que as investidas estão domiciliadas. Na consolidação, o montante é reclassificado e apresentado junto a rubrica de tributos diferidos do balanço patrimonial.

Os investimentos em coligadas são a seguir demonstrados:

	28/02/2026				Saldo de Investimentos	
	Capital Social	Patrimônio Líquido	% Participação no capital	Equivalência patrimonial	28/02/2026	28/02/2025
Saman:						
Arroz Uruguay S.A. (Arrozur S.A.)	45.479	56.122	52,00%	3.842	29.183	29.095
Galofer S.A.	48.135	77.283	52,00%	28	40.187	45.665
Parque eólico	-	17.572	20,00%	246	3.514	3.934
Corrales S.A.	3.987	5.344	43,00%	182	2.298	2.921
Maberil S.A.	-	-	26,67%	297	-	3.585
Arroyo Sarandí SRL	-	-	26,67%	(437)	-	6.529
Villa Oliva Rice:						
Aerolink S.A	3.188	30.745	33,33%	593	9.638	-
				4.751	84.820	91.729

15. Imobilizado

	Taxa	Controladora			
		Depreciação	28/02/2026		28/02/2025
			Custo	Depreciação	Líquido
Terrenos	0,0%	126.578	-	126.578	126.548
Prédios e benfeitorias	5,3%	530.489	(210.010)	320.479	330.532
Máquinas e equipamentos	8,5%	1.464.776	(896.615)	568.161	487.200
Obras em andamento	0,0%	464.046	-	464.046	356.432
Outros	13,4%	55.392	(40.651)	14.741	13.966
		2.641.281	(1.147.276)	1.494.005	1.314.678

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 28 de fevereiro de 2026 e 2025

Em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma



	Taxa	Consolidado			
		Depreciação	28/02/2026		28/02/2025
			Custo	Depreciação	Líquido
Terrenos	0,0%	341.577	-	341.577	337.968
Prédios e benfeitorias	9,0%	1.259.303	(506.825)	752.478	717.789
Máquinas e equipamentos	10,0%	2.745.495	(1.848.367)	897.128	729.393
Obras em andamento	0,0%	781.603	-	781.603	654.098
Outros	14,0%	194.756	(123.901)	70.855	73.563
		5.322.734	(2.479.093)	2.843.641	2.512.811

As movimentações do ativo imobilizado nos exercícios findos em 28 de fevereiro de 2026 e 2025 estão apresentadas a seguir:

	Controladora						
	Saldo em 28/02/2025	Combinação de negócios	Adições	Baixas	Transferências	Reclassificação	Saldo em 28/02/2026
Custos:							
Terrenos	126.548	-	-	-	30	-	126.578
Prédios e benfeitorias	518.573	-	-	-	11.916	-	530.489
Máquinas e equipamentos	1.311.636	-	-	(1.588)	154.728	-	1.464.776
Obras em andamento	356.432	-	303.102	(23.465)	(172.023)	-	464.046
Outros	50.104	-	-	(61)	5.349	-	55.392
	2.363.293	-	303.102	(25.114)	-	-	2.641.281
Depreciação:							
Prédios e benfeitorias	(188.041)	-	(21.969)	-	-	-	(210.010)
Máquinas e equipamentos	(824.436)	-	(72.932)	753	-	-	(896.615)
Outros	(36.138)	-	(4.573)	60	-	-	(40.651)
	(1.048.615)	-	(99.474)	813	-	-	(1.147.276)
	1.314.678	-	203.628	(24.301)	-	-	1.494.005

	Controladora						
	Saldo em 28/02/2024	Combinação de negócios	Adições	Baixas	Transferências	Reclassificação	Saldo em 28/02/2025
Custos:							
Terrenos	125.336	-	1.212	-	-	-	126.548
Prédios e benfeitorias	483.070	-	-	-	35.503	-	518.573
Máquinas e equipamentos	1.200.645	-	-	(336)	111.327	-	1.311.636
Obras em andamento	312.723	-	204.705	(596)	(150.555)	(9.845)	356.432
Outros	46.597	-	-	(218)	3.725	-	50.104
	2.168.371	-	205.917	(1.150)	-	(9.845)	2.363.293
Depreciação:							
Prédios e benfeitorias	(162.956)	-	(21.070)	-	(4.015)	-	(188.041)
Máquinas e equipamentos	(755.443)	-	(73.335)	324	4.018	-	(824.436)
Outros	(32.475)	-	(3.867)	207	(3)	-	(36.138)
	(950.874)	-	(98.272)	531	-	-	(1.048.615)
	1.217.497	-	107.645	(619)	-	(9.845)	1.314.678

	(Nota 13)					Saldo em 28/02/2026	
	Saldo em 28/02/2025	Combinação de negócios	Adições	Baixas	Transferências		Variação Cambial
Custos:							
Terrenos	337.968	2.239	2.167	(50)	10.096	(10.843)	341.577
Prédios e benfeitorias	1.179.993	48.441	6.774	-	71.117	(47.022)	1.259.303
Máquinas e equipamentos	2.460.044	193.640	22.046	(1.840)	177.680	(106.075)	2.745.495
Obras em andamento	654.098	559	426.760	(23.884)	(265.463)	(10.467)	781.603
Outros	187.908	13.738	3.167	(6.962)	6.570	(9.665)	194.756
	4.820.011	258.617	460.914	(32.736)	-	(184.072)	5.322.734
Depreciação:							
Prédios e benfeitorias	(462.204)	(10.750)	(51.861)	-	(24)	18.014	(506.825)
Máquinas e equipamentos	(1.730.651)	(66.864)	(135.251)	865	30	83.504	(1.848.367)
Outros	(114.345)	(7.149)	(9.099)	1.333	(6)	5.365	(123.901)
	(2.307.200)	(84.763)	(196.211)	2.198	-	106.883	(2.479.093)
	2.512.811	173.854	264.703	(30.538)	-	(77.189)	2.843.641

	Consolidado					Saldo em 28/02/2025	
	Saldo em 28/02/2024	Combinação de negócios	Adições	Baixas	Transferências		Varição Cambial
Custos:							
Terrenos	314.547	-	1.985	-	-	21.436	337.968
Prédios e benfeitorias	1.050.493	-	7.805	(42)	55.790	65.947	1.179.993
Máquinas e equipamentos	2.177.630	-	22.415	(500)	129.475	131.024	2.460.044
Obras em andamento	458.648	-	377.323	(596)	(188.370)	7.093	654.098
Outros	165.676	-	4.078	(667)	3.105	15.716	187.908
	4.166.994	-	413.606	(1.805)	-	241.216	4.820.011
Depreciação:							
Prédios e benfeitorias	(387.503)	-	(46.275)	33	(4.015)	(24.444)	(462.204)
Máquinas e equipamentos	(1.499.748)	-	(129.092)	479	4.018	(106.308)	(1.730.651)
Outros	(98.906)	-	(9.485)	468	(3)	(6.419)	(114.345)
	(1.986.157)	-	(184.852)	980	-	(137.171)	(2.307.200)
	2.180.837	-	228.754	(825)	-	104.045	2.512.811

O saldo de obras em andamento refere-se a projetos de expansão ou de manutenção, sendo que os saldos relevantes estão concentrados na unidade de grãos R\$383.203 (R\$179.066 em 28 de fevereiro de 2025) e massas R\$59.430 (R\$136.488 em 28 de fevereiro de 2025). No consolidado, destacam-se a controlada Camil Energias com R\$211.103 (R\$180.398 em 28 de fevereiro de 2025) concentrados majoritariamente no projeto da Unidade de Cambaí e a controlada Saman com R\$66.241 (R\$53.347 em 28 de fevereiro de 2025), relacionados a melhorias na capacidade de produção.

Em 28 de fevereiro de 2026, a controlada Costeño Alimentos S.A.C. possui imóveis dados em garantia de empréstimos no valor de R\$96.617 (R\$93.274 em 28 de fevereiro de 2025), a controlada S.A. Molinos Arroceros Nacionales - SAMAN possui imóveis e máquinas dados em garantia de empréstimos no valor de R\$118.696 (R\$134.815 em 28 de fevereiro de 2025) e a controlada Villa Oliva Roce S.A possui máquinas dadas em garantia de empréstimos no valor de R\$9.681.

16. Contratos de arrendamento

Os principais contratos de arrendamento da Companhia referem-se à locação dos imóveis das plantas industriais com prazo remanescente médio de 5 anos e da sede administrativa com prazo remanescente de 4 anos.

a) Ativo de direito de uso

	Controladora			Total
	Imóveis	Máquinas e equipamentos	Veículos	
Saldo em 28/02/2025	158.956	5.038	5.183	169.177
Aquisições	33.349	-	7.545	40.894
Amortização crédito de PIS e COFINS	(1.462)	(349)	-	(1.811)
Atualização monetária	4.028	48	186	4.262
Depreciação	(45.083)	(2.906)	(4.551)	(52.540)
Baixas	-	-	(45)	(45)
Saldo em 28/02/2026	149.788	1.831	8.318	159.937

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 28 de fevereiro de 2026 e 2025

Em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma



	Controladora			
	Imóveis	Máquinas e equipamentos	Veículos	Total
Saldo em 29/02/2024	124.522	4.575	4.668	133.765
Aquisições	63.996	4.856	4.221	73.073
Amortização crédito de PIS e COFINS	(3.578)	(468)	-	(4.046)
Atualização monetária	3.873	-	174	4.047
Depreciação	(29.857)	(3.925)	(3.710)	(37.492)
Baixas	-	-	(170)	(170)
Saldo em 28/02/2025	158.956	5.038	5.183	169.177

	Consolidado			
	Imóveis	Máquinas e equipamentos	Veículos	Total
Saldo em 28/02/2025	204.572	11.966	37.904	254.442
Aquisições	63.432	5.828	8.300	77.560
Amortização crédito de PIS e COFINS	(1.462)	(349)	(1.595)	(3.406)
Atualização monetária	4.028	48	924	5.000
Depreciação	(39.467)	(6.422)	(16.816)	(62.705)
Baixas	(108.899)	(126)	(99)	(109.124)
Combinação de negócios (nota 13)	97.780	14.092	-	111.872
Variação Cambial	(12.191)	(754)	(102)	(13.047)
Saldo em 28/02/2026	207.793	24.283	28.516	260.592

	Consolidado			
	Imóveis	Máquinas e equipamentos	Veículos	Total
Saldo em 29/02/2024	201.124	7.887	43.777	252.788
Aquisições	20.960	9.345	9.135	39.440
Amortização crédito de PIS e COFINS	(1.643)	(468)	(1.498)	(3.609)
Atualização monetária	5.573	115	2.175	7.863
Depreciação	(32.673)	(5.451)	(15.582)	(53.706)
Baixas	(4.127)	(9)	(170)	(4.306)
Variação Cambial	15.358	547	67	15.972
Saldo em 28/02/2025	204.572	11.966	37.904	254.442

b) Passivo de arrendamento

	Controladora		Consolidado	
	28/02/2026	28/02/2025	28/02/2026	28/02/2025
Saldo no início do exercício	178.854	146.485	275.070	268.260
Adições de novos contratos	43.057	76.410	25.027	43.010
AVP sobre adições de novos contratos	(2.163)	(3.336)	(5.296)	(3.583)
Remensuração	4.846	4.750	(41.540)	9.028
AVP sobre remensuração	(583)	(703)	(1.526)	(1.165)
Baixa por pagamentos	(63.897)	(53.147)	(83.758)	(70.563)
Amortização dos juros (AVP)	13.520	8.588	16.668	16.372
Baixas por alteração contratual	(52)	(193)	(244)	(4.453)
Combinação de negócios (nota 13)	-	-	112.867	-
Variação cambial	-	-	(14.705)	18.164
Saldo no final do exercício	173.582	178.854	282.563	275.070
Circulante	49.764	42.665	66.994	49.017
Não Circulante	123.818	136.189	215.569	226.053
Passivo de arrendamento	173.582	178.854	282.563	275.070

Cronograma de amortizações das parcelas de arrendamentos:

	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
Ano safra:		
Mar/26 a Fev/27	49.764	66.994
Mar/27 a Fev/28	20.688	65.514
Mar/28 a Fev/29	15.688	30.014
Mar/29 a Fev/30	14.285	25.985
Mar/30 a Fev/31	6.736	16.079
Após Mar/2031	66.421	77.977
	<u>173.582</u>	<u>282.563</u>

c) Resultado de arrendamento

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>28/02/2026</u>	<u>28/02/2025</u>	<u>28/02/2026</u>	<u>28/02/2025</u>
Locações - nota 24	(29.584)	(31.330)	(44.244)	(46.367)
Amortização do arrendamento - nota 24	(49.873)	(37.492)	(62.250)	(53.706)
Juros acumulados (AVP) - nota 26	(12.845)	(8.588)	(18.696)	(16.372)
	<u>(92.302)</u>	<u>(77.410)</u>	<u>(125.190)</u>	<u>(116.445)</u>

A Companhia mensurou os saldos do ativo de direito de uso e passivo de arrendamento e os respectivos impactos no resultado, considerando as projeções dos fluxos de caixa sem inflação (taxa real) e descontadas à mesmas bases, possibilitando a comparabilidade dos investidores, em relação aos saldos calculados sob fluxos de caixa nominais:

	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
Saldo do ativo de direito de uso em 28/02/2026	150.118	270.749
Saldo do passivo de arrendamento em 28/02/2026	150.118	264.751
Amortização acumulada do ativo de direito de uso	(102.167)	(166.616)
Amortização acumulada do ajuste a valor presente	(25.715)	(37.435)

17. Intangível

	Prazo Médio	<u>Controladora</u>			
		<u>28/02/2026</u>		<u>28/02/2025</u>	
		<u>Custo</u>	<u>Amortização</u>	<u>Líquido</u>	<u>Líquido</u>
Vida útil definida					
Software	5 anos	121.505	(100.809)	20.696	22.994
Relacionamento com clientes	7 anos	19.828	(15.766)	4.062	7.312
Software em desenvolvimento		12.057	-	12.057	11.058
		<u>153.390</u>	<u>(116.575)</u>	<u>36.815</u>	<u>41.364</u>
Vida útil indefinida					
Ágio em aquisições		185.152	-	185.152	185.152
Marcas e patentes		379.429	-	379.429	379.429
		<u>564.581</u>	<u>-</u>	<u>564.581</u>	<u>564.581</u>
		<u>717.971</u>	<u>(116.575)</u>	<u>601.396</u>	<u>605.945</u>

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 28 de fevereiro de 2026 e 2025
Em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma



	Prazo Médio	Consolidado			28/02/2025 Líquido
		28/02/2026		Líquido	
		Custo	Amortização		
Vida útil definida					
Software	5 anos	164.035	(128.798)	35.237	38.307
Relacionamento com clientes	5 anos	52.608	(25.322)	27.286	36.996
Software em desenvolvimento		25.851	-	25.851	26.554
		242.494	(154.120)	88.374	101.857
Vida útil indefinida					
Ágio em aquisições		452.987	-	452.987	431.459
Marcas e patentes		616.912	(3.198)	613.714	622.660
		1.069.899	(3.198)	1.066.701	1.054.119
		1.312.393	(157.318)	1.155.075	1.155.976

As movimentações do ativo intangível nos exercícios findos em 28 de fevereiro de 2026 e 2025 estão apresentadas a seguir:

Custo	Controladora					Saldo em 28/02/2026
	Saldo em 28/02/2025	Combinação de negócios	Adições	Baixas	Transferências	
Vida útil definida						
Software	112.101	-	-	-	9.404	121.505
Relacionamento com clientes	19.828	-	-	-	-	19.828
Software em desenvolvimento	11.058	-	10.404	(1)	(9.404)	12.057
	142.987	-	10.404	(1)	-	153.390
Amortização						
Vida útil definida						
Software	(89.107)	-	(11.702)	-	-	(100.809)
Relacionamento com clientes	(12.516)	-	(3.250)	-	-	(15.766)
	(101.623)	-	(14.952)	-	-	(116.575)
Vida útil indefinida						
Ágio em aquisições	185.152	-	-	-	-	185.152
Marcas e patentes	379.429	-	-	-	-	379.429
	564.581	-	-	-	-	564.581
	605.945	-	(4.548)	(1)	-	601.396

Custo	Controladora					Saldo em 28/02/2025
	Saldo em 28/02/2024	Combinação de negócios	Adições	Baixas	Transferências	
Vida útil definida						
Software	104.903	-	7.198	-	-	112.101
Relacionamento com clientes	19.828	-	-	-	-	19.828
Software em desenvolvimento	2.073	-	8.985	-	-	11.058
	126.804	-	16.183	-	-	142.987
Amortização						
Vida útil definida						
Software	(75.137)	-	(13.970)	-	-	(89.107)
Relacionamento com clientes	(9.266)	-	(3.250)	-	-	(12.516)
	(84.403)	-	(17.220)	-	-	(101.623)
Custo						
Vida útil indefinida						
Ágio em aquisições	185.152	-	-	-	-	185.152
Marcas e patentes	379.429	-	-	-	-	379.429
	564.581	-	-	-	-	564.581
	606.982	-	(1.037)	-	-	605.945

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 28 de fevereiro de 2026 e 2025
Em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma



Custo	Consolidado					Variação Cambial	Saldo em 28/02/2026
	Saldo em 28/02/2025	Combinação de negócios	Adições	Baixas	Transferências		
Vida útil definida							
Software	150.549	3.261	4.105	(524)	9.404	(2.760)	164.035
Relacionamento com clientes	56.780	-	-	-	-	(4.172)	52.608
Software em desenvolvimento	26.554	-	10.404	(1)	(9.404)	(1.702)	25.851
	233.883	3.261	14.509	(525)	-	(8.634)	242.494
Amortização							
Vida útil definida							
Software	(112.242)	(2.437)	(16.524)	524	-	1.881	(128.798)
Relacionamento com clientes	(19.784)	-	(6.991)	-	-	1.453	(25.322)
	(132.026)	(2.437)	(23.515)	524	-	3.334	(154.120)
Custo							
Vida útil indefinida							
Âgio em aquisições	431.459	-	30.161	-	-	(8.633)	452.987
Marcas e patentes	625.231	-	-	-	-	(8.319)	616.912
	1.056.690	-	30.161	-	-	(16.952)	1.069.899
Amortização							
Vida útil indefinida							
Marcas e patentes	(2.571)	-	(1.237)	-	-	610	(3.198)
	(2.571)	-	(1.237)	-	-	610	(3.198)
	1.155.976	824	19.918	(1)	-	(21.642)	1.155.075
	Consolidado						
Custo	Saldo em 28/02/2024	Combinação de negócios	Adições	Baixas	Transferências	Variação Cambial	Saldo em 28/02/2025
Vida útil definida							
Software	131.226	-	16.279	(1.641)	-	4.685	150.549
Relacionamento com clientes	52.310	-	-	-	-	4.470	56.780
Software em desenvolvimento	15.247	-	8.985	-	-	2.322	26.554
	198.783	-	25.264	(1.641)	-	11.477	233.883
Amortização							
Vida útil definida							
Software	(89.968)	-	(19.438)	-	-	(2.836)	(112.242)
Relacionamento com clientes	(12.239)	-	(7.029)	-	-	(516)	(19.784)
	(102.207)	-	(26.467)	-	-	(3.352)	(132.026)
Custo							
Vida útil indefinida							
Âgio em aquisições	406.320	-	-	-	-	25.139	431.459
Marcas e patentes	602.816	-	-	-	-	22.415	625.231
	1.009.136	-	-	-	-	47.554	1.056.690
Amortização							
Vida útil indefinida							
Marcas e patentes	(1.125)	-	(1.251)	-	-	(195)	(2.571)
	(1.125)	-	(1.251)	-	-	(195)	(2.571)
	1.104.587	-	(2.454)	(1.641)	-	55.484	1.155.976

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 28 de fevereiro de 2026 e 2025
Em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma



O valor contábil dos intangíveis e imobilizados alocados a cada uma das Unidades Geradoras de Caixa (UGC) é apresentado a seguir:

Controladora	UGC Pescados		UGC Açúcares		UGC Grãos		UGC Café		UGC Massas		UGC Biscoitos		Total	
	28/02/2026	28/02/2025	28/02/2026	28/02/2025	28/02/2026	28/02/2025	28/02/2026	28/02/2025	28/02/2026	28/02/2025	28/02/2026	28/02/2025	28/02/2026	28/02/2025
Valor contábil de marcas e patentes Imobilizado e propriedade para investimento	50.884	50.884	134.071	134.071	55.130	55.131	55.066	55.066	84.278	84.277	-	-	379.429	379.429
Ativo de Direito de Uso	172.188	172.109	80.325	85.755	831.182	641.576	77.388	82.422	327.962	329.042	32.833	31.647	1.521.878	1.342.551
Valor contábil do ágio	12.453	13.853	1.172	3.256	116.818	110.185	4.158	659	5.446	1.741	19.890	39.483	159.937	169.177
Outros intangíveis	17.670	17.670	144.334	144.334	9.866	9.866	-	-	13.282	13.282	-	-	185.152	185.152
	156	113	355	290	32.548	34.323	45	35	3.356	6.489	355	114	36.815	41.364
	253.351	254.629	360.257	367.706	1.045.544	851.081	136.657	138.182	434.324	434.831	53.078	71.244	2.283.211	2.117.673

Consolidado	Alimentícios Brasil								Alimentícios Internacional				Total			
	UGC Pescados		UGC Açúcares		UGC Grãos		UGC Café		UGC Massas		UGC Biscoitos		UGC Grãos		28/02/2026	28/02/2025
	28/02/2026	28/02/2025	28/02/2026	28/02/2025	28/02/2026	28/02/2025	28/02/2026	28/02/2025	28/02/2026	28/02/2025	28/02/2026	28/02/2025	28/02/2026	28/02/2025	28/02/2026	28/02/2025
Valor contábil de marcas e patentes Imobilizado e propriedade para investimento	50.884	50.884	134.071	134.071	55.130	55.131	87.351	87.351	84.278	84.277	72.040	74.939	129.960	136.007	613.714	622.660
Ativo de Direito de Uso	172.188	172.109	80.325	85.755	1.126.866	849.513	102.771	108.511	327.962	329.042	215.025	244.903	846.377	750.851	2.871.514	2.540.684
Valor contábil do ágio	12.453	13.853	1.172	3.256	118.778	140.562	(63)	659	5.446	1.741	68	75	122.738	94.296	260.592	254.442
Outros intangíveis	17.670	17.670	144.334	144.334	9.866	9.866	69.629	69.629	13.282	13.282	-	-	198.206	176.678	452.987	431.459
	156	113	355	290	32.548	34.323	44	43	3.356	6.489	8.043	5.371	43.872	55.228	88.374	101.857
	253.351	254.629	360.257	367.706	1.343.188	1.089.395	259.732	266.193	434.324	434.831	295.176	325.288	1.341.153	1.213.060	4.287.181	3.951.102

O teste de recuperabilidade dos ativos e passivos por UGC é efetuado anualmente, na data-base de 28 de fevereiro, com base no valor em uso apurado por meio dos fluxos de caixas descontados utilizando projeções financeiras para os próximos cinco anos.

As taxas de crescimento do primeiro ano de projeção são realizadas com base em orçamentos financeiros aprovados pelo Conselho de Administração e complementados por um período discricionário de quatro anos, com valor terminal projetado para o final do período. As taxas de crescimento são baseadas em pesquisas setoriais e são ajustadas pelo desempenho característico esperado para cada UGC. As margens operacionais são aumentadas ao longo do período de acordo com as melhorias de eficiência previstas e os custos são baseados em dados históricos, tendências de mercado e de otimização das operações.

Para a perpetuidade foi considerado o crescimento constante anual de 3,5% e utilizada uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita os riscos específicos inerentes aos negócios da Companhia a partir de seu custo médio de capital de 16,6% ao ano.

Com base nas análises da Administração, não foram identificados ajustes para redução dos saldos das unidades geradoras de caixa ao seu valor recuperável.

18. Fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	28/02/2026	28/02/2025	28/02/2026	28/02/2025
Produtos - mercado interno	625.084	556.183	1.010.803	1.051.654
Produtos - mercado externo	71.646	77.372	72.604	83.785
Fornecedores - Convênios	55.815	77.894	55.815	77.894
Serviços	18.168	19.026	19.681	19.026
Fretes a pagar	50.132	45.661	50.140	45.695
Outros fornecedores	666	1.470	20.062	6.775
	821.511	777.606	1.229.105	1.284.829

19. Empréstimos e financiamentos

	Controladora		Consolidado	
	28/02/2026	28/02/2025	28/02/2026	28/02/2025
Capital de giro				
Moeda nacional	951.593	1.167.511	951.593	1.167.511
Moeda estrangeira (i)	-	40.046	492.857	584.601
Moeda estrangeira (ii)	-	-	43.397	70.366
Moeda estrangeira (iii)	-	-	199.398	245.668
Custo da transação	(1.123)	(1.932)	(1.123)	(1.932)
	950.470	1.205.625	1.686.122	2.066.214
Debêntures - Garantia Quirográfica				
Emitida em 16/04/2019 – 8ª emissão - 2ª série	-	342.633	-	342.633
Emitida em 29/09/2020 – 9ª emissão - Série única	-	185.321	-	185.321
Emitida em 17/11/2021 – 11ª emissão - 1ª série	157.626	156.502	157.626	156.502
Emitida em 17/11/2021 – 11ª emissão - 2ª série	525.419	521.674	525.419	521.674
Emitida em 29/06/2023 – 12ª emissão - 1ª série	-	639.110	-	639.110
Emitida em 01/12/2023 – 13ª emissão - 1ª série	316.694	314.904	316.694	314.904
Emitida em 01/12/2023 – 13ª emissão - 2ª série	279.335	269.499	279.335	269.499
Emitida em 01/12/2023 – 13ª emissão - 3ª série	109.185	105.342	109.185	105.342
Emitida em 14/06/2024 - 14ª emissão - 1ª série	423.854	422.423	423.854	422.423
Emitida em 14/06/2024 - 14ª emissão - 2ª série	195.876	188.894	195.876	188.894
Emitida em 14/06/2024 - 14ª emissão - 3ª série	63.457	61.094	63.457	61.094
Emitida em 19/11/2025 - 15ª emissão - 1ª série	795.649	-	795.649	-
Emitida em 19/11/2025 - 15ª emissão - 2ª série	420.902	-	420.902	-
Emitida em 19/11/2025 - 15ª emissão - 3ª série	50.020	-	50.020	-
Emitida em 19/11/2025 - 15ª emissão - 4ª série	30.591	-	30.591	-
Custo da transação	(66.347)	(35.936)	(66.347)	(35.936)
	3.302.261	3.171.460	3.302.261	3.171.460
	4.252.731	4.377.085	4.988.383	5.237.674
Circulante	600.085	1.721.067	1.074.636	2.110.647
Não Circulante	3.652.646	2.656.018	3.913.747	3.127.027
	4.252.731	4.377.085	4.988.383	5.237.674

- (i) USD - Dólar americano
(ii) CLP - Pesos chilenos
(iii) PEN - Novo Sol / Peru

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 28 de fevereiro de 2026 e 2025
 Em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma



A movimentação dos empréstimos e financiamentos e demonstrada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	28/02/2026	28/02/2025	28/02/2026	28/02/2025
Saldo no início do exercício	4.377.085	4.816.738	5.237.674	5.486.034
Captações	1.562.774	1.129.574	3.189.232	2.474.890
Combinação de negócios (nota 13)	-	-	143.288	-
Juros e variações monetárias	592.158	551.266	640.230	607.724
Apropriação de custos	(29.598)	15.876	(29.130)	16.407
Amortização de principal	(1.703.875)	(1.600.730)	(3.516.271)	(2.872.613)
Amortização de juros	(541.461)	(545.350)	(588.127)	(606.608)
Variação Cambial	(4.352)	9.711	(88.513)	131.840
Saldo no final do exercício	4.252.731	4.377.085	4.988.383	5.237.674

Cronograma de amortizações das parcelas de empréstimos e financiamentos:

	Controladora		Consolidado	
	28/02/2026	28/02/2025	28/02/2026	28/02/2025
Ano safra:				
Mar/26 a Fev/27	600.085	1.721.067	1.074.636	2.110.647
Mar/27 a Fev/28	557.873	457.473	712.945	619.406
Mar/28 a Fev/29	829.645	565.541	886.187	764.541
Mar/29 a Fev/30	537.173	623.629	586.660	680.623
Mar/30 a Fev/31	989.147	574.368	989.147	627.450
Após Mar/2031	805.151	470.943	805.151	470.943
Custo debêntures	(66.343)	(35.936)	(66.343)	(35.936)
	4.252.731	4.377.085	4.988.383	5.237.674

Em 21 de novembro de 2025, a Companhia concluiu a oferta pública de distribuição de certificados de recebíveis do agronegócio, em 4 séries, da 389ª emissão da Eco Securitizadora de Direitos Creditórios do Agronegócio S.A., no montante total de R\$1.250.000. Os custos de captação representaram o montante de R\$40.516.

Em 26 de dezembro de 2025, a Companhia realizou a liquidação integral da 12ª emissão de debêntures, série única, emitida em 29 de junho de 2023. O montante total desembolsado na liquidação foi de R\$673.744 sendo: (i) R\$625.000 referente ao valor nominal do principal e (ii) R\$48.744 correspondentes aos juros incorridos até a data do vencimento.

Adicionalmente, a controladora é garantidora das dívidas de suas controladas no exterior

Cláusulas contratuais (covenants)

Em 28 de fevereiro de 2026, os principais instrumentos de endividamento da Companhia possuem cláusula contratual de compromisso financeiro (*covenants*), calculado no encerramento de cada exercício social, com base nas demonstrações financeiras consolidadas, que estabelece a seguinte relação:

- Dívida Financeira Líquida / EBITDA igual ou menor a 4,0 vezes

Determinados instrumentos, contratados por controladas no exterior, estão sujeitos a *covenants* específicos, definidos conforme a legislação e as práticas aplicáveis em seus respectivos países. Em 28 de fevereiro de 2026, as controladas encontram-se adimplentes com todos os *covenants* financeiros aplicáveis.

O não cumprimento do índice resulta no vencimento antecipado automático da dívida. Em 28 de fevereiro de 2026, a Companhia está adimplente com o compromisso, conforme demonstrado a seguir:

	Consolidado
Lucro antes das receitas e despesas financeiras	629.362
(+) Depreciação / amortização	285.923
EBITDA	915.285
Dívida Bruta (Empréstimos e financiamentos)	4.988.383
Disponibilidades (Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras)	(2.022.703)
Dívida líquida	2.965.680
Dívida líquida/EBITDA < 4,0	3,24

20. Contas a pagar aquisição de investimentos

	Controladora		Consolidado	
	28/02/2026	28/02/2025	28/02/2026	28/02/2025
Custo de Aquisição (i)				
SLC Alimentos	14.566	22.270	14.566	22.270
Pastificio Santa Amália	9.025	19.212	9.025	19.212
Silcom S.A.	-	-	4.482	7.635
	23.591	41.482	28.073	49.117
Passivo contingente (ii)				
Aquisição CIPA	-	-	51.290	48.759
	-	-	51.290	48.759
Circulante	9.025	6.724	11.265	9.269
Não Circulante	14.566	34.758	68.098	88.607
	23.591	41.482	79.363	97.876

- (i) Valores retidos do custo de aquisição da combinação de negócios como garantia de eventuais passivos originado de fatos ocorridos antes da data da aquisição. A liberação dos fluxos de caixa para os vendedores ocorrerá de acordo com cronograma de pagamentos definido no contrato de compra e venda;
- (ii) Valores acordados contratualmente que deverão ser repassados aos vendedores conforme o recebimento de determinados ativos.

21. Provisão para demandas judiciais e ativos de indenização

a) Perdas prováveis

A Companhia e suas controladas estão envolvidas em determinados assuntos legais decorrentes do curso normal de seus negócios, que incluem processos em andamento de natureza ambiental, cível, trabalhista, tributária e previdenciária. Baseada em análises gerenciais e na opinião de seus assessores legais, a Companhia mantém registrada provisão para riscos em montante que julga ser suficiente para cobrir eventuais perdas com esses processos. São provisionados os honorários advocatícios devidos em casos de sucesso (success fee) para processo com expectativa de perda remota, conforme cláusula contratual estabelecida na contratação dos assessores jurídicos dos processos tributários.

Adicionalmente, para os riscos existentes nas controladas adquiridas por meio de operações de combinações de negócios, a Companhia possui firmado com os controladores anteriores acordos para indenização dos riscos que se materializarem e houver desembolso de caixa, desde que atendidas determinadas condições previstas no contrato de compra e venda. As indenizações podem ocorrer por meio de abatimentos nos valores retidos do custo de aquisição para fins de garantia, conforme apresentado na nota explicativa 20, ou por meio da realização do ativo de indenização reconhecido em combinação de negócios.

O quadro a seguir apresenta os montantes registrados no balanço patrimonial da Companhia nas rubricas de provisão para demandas judiciais e o correspondente ativo de indenização:

	Provisão para demandas judiciais				Ativo de indenização	
	Controladora		Consolidado		Consolidado	
	28/02/2026	28/02/2025	28/02/2026	28/02/2025	28/02/2026	28/02/2025
Riscos prováveis						
Cível	65.317	28.432	142.274	102.803	76.354	73.946
Trabalhista	42.484	35.651	57.359	49.165	3.713	4.924
Tributário	858	367	2.237	946	880	107
	108.659	64.450	201.870	152.914	80.947	78.977
Riscos possíveis, advindos de combinações de negócios (i)						
Cível	-	-	193.103	192.379	193.103	192.378
Trabalhista	-	-	1.054	106	1.054	106
Tributário	-	-	27.686	-	27.686	-
	-	-	221.843	192.485	221.843	192.484
	108.659	64.450	423.713	345.399	302.790	271.461

(i) Passivo contingente assumido pela Companhia na aquisição da controlada CIPA.

Cíveis

A Companhia e suas controladas são partes em ações cíveis judiciais e administrativas, predominantemente relacionadas a alegações de inadimplemento contratual e de descumprimento de obrigações legais de diferentes naturezas. Dentre os principais temas discutidos, destacam-se disputas decorrentes de contratos de representação comercial, transporte e relações de consumo.

As provisões foram constituídas com base em avaliações de perda consideradas prováveis, conforme a opinião dos assessores jurídicos.

Trabalhistas

A Companhia e suas controladas são partes em diversos processos de natureza trabalhista, cujos principais pedidos envolvem horas extras, verbas rescisórias, adicional de insalubridade e periculosidade, indenizações por danos morais e materiais, bem como pleitos de responsabilização solidária ou subsidiária em razão da contratação de terceiros. As provisões foram constituídas com base em avaliações de perda consideradas prováveis, conforme a opinião dos assessores jurídicos. Não houve alterações processuais relevantes em relação àquelas reportadas em fevereiro de 2025.

Tributários

A Companhia e suas controladas são partes em processos de natureza tributária, tanto na esfera judicial como administrativa, envolvendo, em sua maioria, discussões sobre exigências fiscais contestadas, interpretação de normas tributárias e autuações diversas. As provisões para contingências tributárias foram constituídas com base na expectativa de perda considerada provável, conforme avaliação dos assessores jurídicos externos e internos. Não houve alterações processuais relevantes em relação àquelas reportadas em fevereiro de 2025.

As movimentações das provisões para demandas judiciais nos exercícios findos em 28 de fevereiro de 2026 e 2025 estão apresentadas a seguir:

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 28 de fevereiro de 2026 e 2025

Em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma



	Controladora			
	Cível	Trabalhista	Tributário	Total
Em 28 de fevereiro 2025	28.432	35.651	367	64.450
Adições	16.058	12.554	875	29.487
Reversões	(1.026)	(5.156)	(1)	(6.183)
Pagamentos	(5.860)	(4.424)	(384)	(10.668)
Atualizações monetárias	27.713	3.860	-	31.573
Em 28 de fevereiro 2026	65.317	42.485	857	108.659

	Controladora			
	Cível	Trabalhista	Tributário	Total
Em 29 de fevereiro 2024	2.215	33.537	158	35.910
Adições	15.675	17.886	261	33.822
Reversões	(2.572)	(9.642)	-	(12.214)
Pagamentos	(729)	(8.265)	(52)	(9.046)
Atualizações monetárias	13.843	2.135	-	15.978
Em 28 de fevereiro 2025	28.432	35.651	367	64.450

	Consolidado			
	Cível	Trabalhista	Tributário	Total
Em 28 de fevereiro 2025	295.182	49.271	946	345.399
Adições	35.480	22.032	30.567	88.079
Reversões	(1.141)	(5.910)	(4)	(7.055)
Pagamentos	(21.506)	(11.112)	(1.618)	(34.236)
Atualizações monetárias	27.713	3.859	31	31.603
Variação Cambial	-	(77)	-	(77)
Em 28 de fevereiro 2026	335.728	58.063	29.922	423.713

	Consolidado			
	Cível	Trabalhista	Tributário	Total
Em 28 de fevereiro 2024	238.254	49.370	68.447	356.071
Adições	53.287	24.753	580	78.620
Reversões	(4.137)	(10.139)	-	(14.276)
Pagamentos	(6.067)	(16.874)	(68.105)	(91.046)
Atualizações monetárias	13.845	2.134	24	16.003
Variação Cambial	-	27	-	27
Em 28 de fevereiro 2025	295.182	49.271	946	345.399

b) Perdas possíveis

A Companhia possui contingências cuja expectativa de perda é possível, conforme avaliação da Administração, suportada por assessores jurídicos, conforme demonstrado abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	28/02/2026	28/02/2025	28/02/2026	28/02/2025
Trabalhista	84.234	72.630	91.239	84.783
Cível	95.899	213.414	103.331	220.649
Tributário	979.030	952.466	986.903	959.544
	1.159.163	1.238.510	1.181.473	1.264.976

Para melhor apresentação das informações, os valores que até o exercício anterior eram divulgados na nota explicativa 19 como incertezas tributárias estão atualmente apresentados no quadro de possíveis, não havendo impactos nos saldos ou no resultado do período

Trabalhistas

A Companhia e suas controladas possuem processos administrativos e judiciais de natureza trabalhista classificados pela Administração e, com respaldo dos assessores jurídicos, como perda possível, não havendo provisão constituída para essas demandas.

Cíveis

No âmbito cível, a Companhia e suas controladas enfrentam processos administrativos e judiciais avaliados pela Administração como perda possível, conforme parecer de seus assessores jurídicos, não havendo provisão constituída para essas demandas.

Tributários

A Companhia e suas controladas discutem, em processos judiciais e administrativos, a exigibilidade de diversos tributos, tais como Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ), Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), Programa de Integração Social (“PIS”), Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (“COFINS”), Contribuição Previdenciária, Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (“ICMS”), Imposto Sobre Serviço (“ISS”), Imposto de Renda Retido na Fonte (“IRRF”).

Essas contingências são classificadas como perda possível pela Administração e, respaldada por seus assessores jurídicos e, razão pela qual não há provisão constituída.

As principais contingências tramitando nas esferas administrativa e judicial, segregadas entre tributos federais, estaduais e municipais, são descritas como segue:

Instância Federal

- i) Auto de infração que exige IRPJ e CSLL relativos aos anos-calendário de 2012 a 2015, decorrente da amortização fiscal dos ágios gerados pelas incorporações das empresas Femepe Indústria e Comércio de Pescados S.A., Canadá Participações Ltda., GIF Codajás Participações S.A. e Docelar Alimentos e Bebidas S.A, no montante de R\$337.808 (R\$312.889 em 28 de fevereiro de 2025), incluindo multa e juros de mora.
- ii) A Companhia discute administrativamente o aproveitamento por compensação de tributos federais de determinados créditos decorrentes da aquisição de insumos. Os débitos exigidos nos processos administrativos, incluindo multa, totalizam R\$188.493 (R\$172.511 em 28 de fevereiro de 2025);
- iii) A Companhia discute administrativamente a cobrança de imposto de importação e multa decorrente da lavratura de auto de infração, por suposta classificação incorreta do arroz relativo ao período de 2007 a 2009 no montante de R\$43.247 (R\$41.188 em 28 de fevereiro de 2025);

- iv) Auto de infração lavrado pela Receita Federal para cobrança de IRPJ e CSLL, decorrente do entendimento da fiscalização de que valores classificados pela Companhia como subvenções para investimento teriam sido excluídos indevidamente do lucro real e da base de cálculo da CSLL em 2017, bem como da consequente glosa de compensações de prejuízo fiscal e base negativa de CSLL realizadas nos exercícios posteriores no montante de R\$32.609 (R\$29.746 em 28 de fevereiro de 2025);
- v) A Companhia discute judicialmente cobrança de suposta dívida de PIS/COFINS referente ao período de agosto/2001 a janeiro/2003, em razão da não homologação de compensações efetuadas via DCTF. Tais compensações decorriam de créditos de IPI relativos a entradas de insumos tributados (embalagens), mas vinculados a saídas isentas, com alíquota zero ou não tributadas no montante de R\$30.906 (R\$23.175 em 28 de fevereiro de 2025).

Instância Estadual

- i) A Companhia discute Autos de infração lavrados pelo Estado de Pernambuco em decorrência de suposta utilização indevida de créditos fiscais relacionados ao incentivo PRODEPE, bem como de alegado não recolhimento de ICMS em operações internas tributadas, no montante de R\$35.952 (R\$32.842 em 28 de fevereiro de 2025).

Instância Municipal

- i) A Companhia discute administrativamente e judicialmente cobrança de ISS realizada pelo Município de Rio Grande/RS, relacionada ao procedimento de secagem de arroz, no montante de R\$69.744 (R\$65.152 em 28 de fevereiro de 2025).

Adicionalmente, a Companhia discute, nas esferas administrativa e judicial, outras contingências tributárias relacionadas, principalmente, a compensações não homologadas de contribuições previdenciárias, não homologação de PER/DCOMP envolvendo saldo negativo de CSLL, contribuições previdenciárias, ICMS, IPTU, Imposto de Importação e IRPJ/CSLL.

O montante total envolvido nessas discussões, classificadas como perda possível, e excluídos os processos destacados anteriormente, é de R\$136.271 (R\$204.022 em 28 de fevereiro de 2025).

22. Patrimônio líquido

a) Capital social

O capital social da Companhia, totalmente subscrito e integralizado, é de R\$950.374, dividido em 350.000.000 de ações, todas ordinárias, escriturais, nominativas e sem valor nominal, assim distribuídas:

Acionistas	28/02/2026		28/02/2025	
	Quantidade	(%)	Quantidade	(%)
Camil Investimentos S.A.	180.000.000	51,43%	180.000.000	51,43%
Controladores e administradores	64.990.108	18,60%	65.090.108	18,60%
Ações em tesouraria	8.928.768	2,55%	8.928.768	2,55%
Free float	96.081.124	27,42%	95.981.124	27,42%
	350.000.000	100,00%	350.000.000	100,00%

b) Reservas de capital

São constituídas por valores recebidos pela Companhia decorrentes de transações com acionistas e que não transitam pela demonstração de resultado, bem como podem ser utilizadas para absorção de prejuízos, quando estes ultrapassarem as reservas de lucros e resgate, reembolso e compra de ações.

c) Reservas de lucros

Reserva legal

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

Reserva de incentivos fiscais

Constituída nos termos do artigo 195-A Lei nº 6.404/76, alterada pela Lei nº 11.638/07 e por proposta dos órgãos da administração, destinará a parcela do lucro líquido decorrente de doações ou subvenções governamentais para investimentos, sendo excluída da base de cálculo do dividendo obrigatório. Com relação ao incentivo fiscal de subvenção para investimento, em conformidade com a Lei nº 14.789/2023, a Companhia não constituiu reserva para este incentivo fiscal no exercício corrente, revertendo parcialmente da reserva o valor de R\$169.907, referente a constituição no exercício findo em fevereiro de 2025, sob o regramento da Lei nº 12.973/2014.

Sobre a reversão mencionada, em conformidade com o CPC 23, a Companhia reapresentou, para fins comparativos, os saldos do patrimônio líquido demonstrados na demonstração das mutações do patrimônio líquido (DMPL), em decorrência da correção da constituição de reserva anteriormente apresentada. A reapresentação não alterou o resultado do exercício nem o patrimônio líquido total, restringindo-se à melhor apresentação dos saldos, de forma a refletir adequadamente o saldo das reservas parte do patrimônio.

Retenção de lucros

A assembleia geral poderá, por proposta dos órgãos da administração, deliberar reter parcela do lucro líquido do exercício prevista em orçamento de capital por ela previamente aprovado.

d) Pagamento baseado em ações

A Companhia concede aos administradores e colaboradores, eleitos e escolhidos pelo Conselho de Administração, plano de opção de compra de ações, o qual contempla outorga de até 4% do total de ações representativas do capital social, na data de aprovação do Plano de Outorga. Este, tem prazo indeterminado e pode ser extinto a qualquer tempo, por decisão da Assembleia Geral.

O Plano de Outorga tem os seguintes objetivos:

- i) estimular a expansão dos objetivos sociais da Companhia;
- ii) alinhar os interesses dos acionistas aos dos beneficiários contemplados pelo plano;
- iii) incentivar a criação de valor à Companhia ou outras sociedades sob o seu controle através do vínculo dos beneficiários;
- iv) compartilhar riscos e ganhos entre acionistas, administradores e empregados.

O período de aquisição (“*vesting period*”), prazo após o qual as opções tornar-se-ão exercíveis, respeitará os seguintes prazos da data da outorga, não podendo exceder a 7 anos:

- 20% das opções poderão ser exercidas após 2 anos;
- 30% das opções poderão ser exercidas após 3 anos;
- 50% das opções poderão ser exercidas após 4 anos.

As opções não exercidas ao prazo máximo serão extintas. Para atender ao exercício das opções, a Companhia poderá emitir novas ações ou utilizar ações mantidas em tesouraria.

A seguir a posição de opções outorgadas até 28 de fevereiro de 2026 e valor provisionado correspondente, líquido da provisão de IRPJ e CSLL, totalizado em R\$23.009 (R\$25.477 em 28 de fevereiro de 2025):

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 28 de fevereiro de 2026 e 2025
 Em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma



Exercício das opções	Data da outorga	20% no primeiro aniversário	30% no segundo aniversário	50% no terceiro aniversário	Data limite
3ª outorga	01/04/2019	01/04/2021	01/04/2022	01/04/2023	01/04/2026
Quantidade Outorgada		510.921	766.382	1.277.303	2.554.606
Valor provisionado bruto		755	1.448	2.839	5.042
4ª outorga	02/04/2020	02/04/2022	02/04/2023	02/04/2024	02/04/2027
Quantidade Outorgada		526.658	789.986	1.316.644	2.633.288
Valor provisionado bruto		745	1.435	2.890	5.070
5ª outorga	31/03/2021	31/03/2023	31/03/2024	31/03/2025	31/03/2028
Quantidade Outorgada		412.383	618.574	1.030.957	2.061.914
Valor provisionado bruto		860	1.652	3.305	5.817
6ª outorga	31/03/2022	31/03/2024	31/03/2025	31/03/2026	31/03/2029
Quantidade Outorgada		556.633	834.950	1.391.583	2.783.166
Valor provisionado bruto		1.219	2.304	5.133	8.656
7ª outorga	13/04/2023	13/04/2025	13/04/2026	13/04/2027	13/04/2030
Quantidade Outorgada		844.333	1.266.499	2.110.832	4.221.664
Valor provisionado bruto		546	1.695	3.680	5.921
8ª outorga	30/04/2024	30/04/2026	30/04/2027	30/04/2028	30/04/2031
Quantidade Outorgada		977.966	1.466.949	2.444.915	4.889.830
Valor provisionado bruto		790	1.276	2.290	4.356
Total					
Quantidade Outorgada		3.828.894	5.743.340	9.572.234	19.144.468
Valor provisionado bruto		4.915	9.810	20.137	34.862
Impostos diferidos		(1.671)	(3.335)	(6.847)	(11.853)
Valor provisionado líquido		3.244	6.475	13.290	23.009

e) Remuneração aos acionistas

	Controladora	
	28/02/2026	28/02/2025
Lucro do exercício	148.369	216.950
Constituição da Reserva de Incentivos Fiscais	-	(170.096)
Base para constituição de reserva legal	148.369	46.854
Constituição da Reserva Legal (5% sobre o lucro)	(7.418)	(2.343)
Ajuste de realização do custo atribuído	1.540	1.540
Base de cálculo para o dividendo	142.491	46.051
Dividendo mínimo obrigatório (25%)	(35.623)	(11.513)
Dividendos aprovados com base na reserva de retenção de lucros	(353.490)	-
Dividendos adicionais ao mínimo obrigatório	(105.887)	(88.487)
Remuneração aprovada pelos acionistas	(495.000)	(100.000)
Pagamentos:		
Dividendos	43.000	24.000
Juros sobre capital próprio - JSCP	57.000	76.000
(-) Imposto de Renda Retido na Fonte sobre JSCP	(8.550)	(11.400)
Remuneração paga no exercício líquida de IRRF	91.450	88.600

O detalhamento das remunerações pagas aos acionistas, são demonstradas a seguir:

Data		Valor Bruto	Dividendo	JSCP	IRRF	Valor Líquido
Aprovação	Pagamento					
27/02/2025	18/03/2025	25.000	6.000	19.000	(2.850)	22.150
13/06/2025	26/06/2025	25.000	6.000	19.000	(2.850)	22.150
28/08/2025	11/09/2025	25.000	6.000	19.000	(2.850)	22.150
27/11/2025	12/12/2025	25.000	6.000	19.000	(2.850)	22.150
		100.000	24.000	76.000	(11.400)	88.600

Em 16 de dezembro de 2025, foi aprovado pelo Conselho de Administração o pagamento de dividendos extraordinários no montante de R\$420.000 às contas de reserva de lucros e lucros acumulados na data-base de 30 de novembro de 2025. O pagamento será efetuado em doze parcelas, trimestrais, sendo a primeira em 09/03/2026 e as demais sucessivamente a cada três meses. As três primeiras parcelas de cada ano serão no montante de R\$25.000 e a quarta parcela de cada ano será no montante de R\$65.000.

A abertura do valor aprovado, detalhado de acordo com o fluxo de pagamento e considerando o impacto do ajuste a valor presente são apresentados a seguir:

	Controladora/ Consolidado
Dividendos a pagar	140.000
Ajuste a valor presente	(10.522)
Passivo circulante	129.478
Dividendos a pagar	280.000
Ajuste a valor presente	(62.521)
Passivo não circulante	217.479

A 1ª parcela será imputada ao dividendo mínimo obrigatório do exercício social a ser encerrado em 28 de fevereiro de 2026.

23. Receita líquida de vendas

	Controladora		Consolidado	
	28/02/2026	28/02/2025	28/02/2026	28/02/2025
Receita bruta de vendas				
Mercado interno	9.121.298	10.004.073	11.225.071	12.345.345
Mercado externo	319.904	509.453	1.646.073	1.778.059
	9.441.202	10.513.526	12.871.144	14.123.404
Deduções de vendas				
Imposto sobre vendas	(719.252)	(825.400)	(823.213)	(931.305)
Devoluções, descontos e abatimentos	(757.856)	(747.775)	(932.928)	(929.160)
	(1.477.108)	(1.573.175)	(1.756.141)	(1.860.465)
Receita líquida de vendas	7.964.094	8.940.351	11.115.003	12.262.939

24. Gastos por natureza

	Controladora		Consolidado	
	28/02/2026	28/02/2025	28/02/2026	28/02/2025
Custos das vendas e serviços	(6.207.778)	(7.305.195)	(8.622.717)	(9.872.991)
Despesas com vendas	(809.910)	(812.340)	(1.245.548)	(1.193.881)
Despesas gerais e administrativas	(518.232)	(445.509)	(692.261)	(609.193)
	(7.535.920)	(8.563.044)	(10.560.526)	(11.676.065)
Gastos por natureza				
Matéria prima e materiais	(5.431.993)	(6.575.864)	(7.262.988)	(8.622.296)
Serviços de terceiros	(170.856)	(175.487)	(257.406)	(248.904)
Gastos com manutenção	(211.172)	(205.210)	(259.087)	(244.233)
Pessoal	(657.734)	(578.232)	(1.021.400)	(899.098)
Fretes	(596.542)	(582.566)	(945.692)	(864.276)
Comissões sobre vendas	(48.867)	(47.946)	(68.497)	(70.376)
Energia elétrica	(66.709)	(55.922)	(120.028)	(93.195)
Depreciação e amortização	(114.425)	(115.492)	(223.673)	(212.570)
Amortização ativo de direito de uso	(49.873)	(37.492)	(62.250)	(53.706)
Locação	(29.584)	(31.330)	(44.244)	(46.367)
Despesas com exportação	(26.529)	(30.374)	(109.196)	(101.144)
Outras despesas	(131.636)	(127.129)	(186.065)	(219.900)
	(7.535.920)	(8.563.044)	(10.560.526)	(11.676.065)

25. Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas

	Controladora		Consolidado	
	28/02/2026	28/02/2025	28/02/2026	28/02/2025
Recuperação créditos tributários (i)	60.662	34.444	60.662	34.444
Recuperação de despesas	2.772	10.605	2.772	15.330
Adesão ao REFAZ (ii)	(13.268)	-	(13.268)	-
Venda de direito de exploração (iii)	-	-	6.272	-
Outros	(310)	(1.132)	6.841	5.764
Receita de aluguel	2.968	2.728	6.805	2.753
	52.824	46.645	70.084	58.291

- (i) Recuperação de créditos de PIS e COFINS decorrentes da revisão dos cálculos aplicáveis às operações com produtos integrantes da cesta básica, no período de 2020 a 2025 no valor de R\$55.365 e atualização de saldo de créditos de PIS e COFINS oriundos da exclusão do ICMS da base de cálculo das contribuições, referente o período de 2004 até março de 2017, por meio de Procedimento Sistemático de Apuração (PSA), no valor de R\$5.297.
- (ii) Adesão ao programa de Recuperação Fiscal (REFAZ) referente Auto de infração de ICMS lavrado pelo Estado do Rio Grande do Sul, visando a regularização dos débitos tributários no valor de R\$13.268.
- (iii) Venda de uma estação de combustível que a Climuy (controlada da Saman) era titular da exploração, porém, cedia para um terceiro não vinculado ao grupo.

26. Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
	28/02/2026	28/02/2025	28/02/2026	28/02/2025
Despesas financeiras				
Juros	(589.021)	(551.490)	(651.129)	(621.368)
Juros sobre arrendamentos	(12.845)	(8.588)	(18.696)	(16.372)
Atualização monetária	(6.709)	(6.969)	(14.556)	(6.993)
Outras	(67.886)	(55.864)	(87.927)	(78.209)
	(676.461)	(622.911)	(772.308)	(722.942)
Receitas financeiras				
Juros	5.274	3.603	24.925	23.064
Descontos obtidos	1.405	1.318	3.369	1.993
Aplicações financeiras	170.531	192.820	188.007	202.423
Atualização monetária	7.796	6.768	8.331	7.064
Outras	-	-	4.304	2.221
	185.006	204.509	228.936	236.765
Instrumentos financeiros derivativos	(61.807)	27.982	(61.807)	27.982
Variação cambial	6.586	(9.818)	13.525	(6.172)
	(55.221)	18.164	(48.282)	21.810
Resultado financeiro	(546.676)	(400.238)	(591.654)	(464.367)

27. Imposto de renda e contribuição social

Conciliação da alíquota efetiva

	Controladora		Consolidado	
	28/02/2026	28/02/2025	28/02/2026	28/02/2025
Resultado antes dos impostos	54.496	172.542	37.708	176.632
Alíquotas nominais (i)	34%	34%	34%	34%
IRPJ/CSSL pela taxa nominal	(18.529)	(58.664)	(12.821)	(60.055)
<i>Ajustes dos tributos sobre o lucro:</i>				
Equivalência patrimonial	42.934	52.851	1.043	(1.041)
Subvenção de ICMS (ii)	84.269	57.833	84.269	57.833
Pagamento de Juros sobre capital próprio	19.380	25.840	19.380	25.840
Efeito líquido do lucro auferido no exterior	(57.164)	(45.894)	(57.164)	(45.894)
Ativo diferido de exercícios anteriores (iii)	(1.506)	308	(1.506)	308
Benefícios fiscais - IR/CS corrente	16.823	3.145	36.143	33.909
Créditos sobre indêbitos da Selic	1.812	1.764	1.812	1.764
Diferença de alíquota controladas exterior	-	-	9.984	14.700
Outras exclusões (adições) permanentes	5.854	7.225	29.623	13.005
Resultado com IR/CS	93.873	44.408	110.763	40.369
Imposto de renda e contribuição social:				
Corrente	-	(21.284)	(26.005)	(45.519)
Diferido	93.873	65.692	136.768	85.888
Alíquotas efetivas	-172,26%	-25,74%	-293,74%	-22,85%

(i) Imposto de renda calculado à alíquota de 25% para as controladas sediadas no Uruguai e no Equador, 27% para as sediadas no Chile e 29,5% para as sediadas no Peru e 10% no Paraguai, de modo que a diferença de alíquota é apresentada na rubrica de outras exclusões (adições) permanentes. Não há incidência de contribuição social nesses países;

(ii) De acordo com liminar a mudança trazida pela Lei Complementar 160/2017 não altera o posicionamento já adotado de que o crédito presumido de ICMS não pode ser tributado pela União, devendo ser excluído da base de cálculo do IRPJ e da CSLL.

(iii) Na demonstração de resultado o valor de equivalência patrimonial é de R\$120.174. Desse montante, o valor de R\$6.548 refere-se a despesa de depreciação e amortização de mais valias de ativo imobilizado e intangível respectivamente. Tais despesas são adicionadas de forma temporária na determinação do lucro real e não afetam a taxa efetiva.

Incertezas tributárias de imposto de renda e contribuição social

Em cumprimento à interpretação ICPC 22 / IFRIC 23, a Companhia analisou decisões tributárias relevantes de tribunais superiores e se estas conflitam de alguma forma com as posições adotadas pela Companhia. Para posições fiscais incertas conhecidas, a Companhia revisou as opiniões legais correspondentes e jurisprudências e não identificou impactos a serem registrados, uma vez que concluiu não ser provável que as autoridades fiscais não aceitem as posições adotadas. Para o exercício findo em 28 de fevereiro de 2026 são listadas como incertezas:

a) **Ágio na aquisição da Pastifício Santa Amália**

A Receita Federal do Brasil lavrou, em face do Pastifício Santa Amália S.A., empresa incorporada pela Camil Alimentos S.A. em 2022, Auto de Infração de IRPJ e CSLL referentes aos anos-base de 2017 e 2018. Entre janeiro de 2021 e agosto de 2023 o ágio também foi excluído pela Camil, sendo este período sujeito a fiscalização com impacto de R\$ 20.413.

b) **Subvenção (ICMS – redução de base) - Autos de Infração (Lei nº 12.973/2014)**

Trata-se de autos de infração de IRPJ e de CSLL, lavrados em 29 de novembro de 2021, contra a Camil Alimentos S.A. os quais têm como objeto questionamentos acerca da exclusão, quando da apuração do lucro real e da base de cálculo da CSLL relativos ao ano calendário de 2017, de valores correspondentes a “subvenções para investimento” (ICMS – redução de base). Os autos de infração se referem aos anos de 2017, 2018 e 2020. A Camil manteve a prática contábil para os anos-calendários de 2021 e 2022, período sujeito à fiscalização com impacto de R\$ 29.024.

A Companhia avalia periodicamente as posições assumidas em que há incertezas sobre o tratamento fiscal adotado e constituirá provisão quando aplicável.

Regras do modelo "Pilar Dois" da OCDE

Em dezembro de 2021 a Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico (“OCDE”), divulgou as regras do modelo Globais Contra a Erosão da Base Tributária, integrantes do projeto denominado “Pilar Dois”, objetivando abordagem em comum da tributação corporativa internacional, de forma a garantir que grupos econômicos multinacionais dentro do escopo dessas regras apurem os tributos sobre o lucro a uma alíquota mínima efetiva de 15% em cada país onde operam. Tais regras deverão ser aprovadas localmente em cada país que aderir à proposta, via legislação aplicável, sendo que alguns já promulgaram leis internas para implementação ou estão em processo de discussão e aprovação.

No Brasil, a Lei nº 15.079/24, decorrente da Medida Provisória nº 1.262/24 e regulamentada pela Instrução Normativa RFB nº 2.228/24, entrou em vigor em 1º de janeiro de 2025 e implementou, no âmbito doméstico, as regras GloBE com a instituição do adicional da CSLL, com o objetivo de assegurar a tributação mínima doméstica efetiva de 15%.

Para o exercício de 2025/2026, a Companhia avaliou os efeitos da legislação em referência no Brasil e concluiu que não houve impacto material no período.

28. Lucro por ação

	Controladora	
	28/02/2026	28/02/2025
Cálculo do lucro por ação		
Numerador básico		
Lucro básico do período	148.369	216.950
Denominador básico		
Média ponderada de ações ordinárias	341.071.231	341.071.232
Lucro líquido, básico, por ação do capital social - em Reais	0,4350	0,6361
Numerador diluído		
Lucro básico do período	148.369	216.950
Denominador diluído		
Média ponderada de ações ordinárias (*)	341.071.231	341.071.232
Opções de ações exercíveis – 1ª outorga	-	1.709.668
Opções de ações exercíveis – 2ª outorga	-	1.905.852
Opções de ações exercíveis – 3ª outorga	2.554.606	2.960.321
Opções de ações exercíveis – 4ª outorga	2.633.288	3.197.511
Opções de ações exercíveis – 5ª outorga	2.061.914	1.372.847
Opções de ações exercíveis – 6ª outorga	2.783.166	707.712
Opções de ações exercíveis – 7ª outorga	4.221.664	-
Opções de ações exercíveis – 8ª outorga	4.889.830	-
	360.215.699	352.925.143
Lucro líquido, diluído, por ação do capital social - em Reais	0,4119	0,6147

(*) A média ponderada de ações da Companhia está impactada pela movimentação das ações em tesouraria adquiridas, durante o exercício findo em 28 de fevereiro de 2025 e das opções outorgadas no exercício.

29. Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros

a) Mensuração do valor justo

A Companhia mensura instrumentos financeiros, como, por exemplo aplicações financeiras e derivativos a valor justo em cada data de fechamento do balanço patrimonial. Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração.

A mensuração do valor justo é baseada na presunção de que a transação para vender o ativo ou transferir o passivo ocorrerá:

- No mercado principal para o ativo ou passivo; ou
- Na ausência de um mercado principal, no mercado mais vantajoso para o ativo ou o passivo.

O valor justo de um ativo ou passivo é mensurado com base nas premissas que os participantes do mercado utilizariam ao definir o preço de um ativo ou passivo, presumindo que os participantes do mercado atuam em seu melhor interesse econômico.

A mensuração do valor justo de um ativo não financeiro leva em consideração a capacidade de um participante do mercado gerar benefícios econômicos por meio da utilização ideal do ativo ou vendendo a outro participante do mercado que também utilizaria o ativo de forma ideal. A Companhia utiliza técnicas de avaliação adequadas nas circunstâncias e para as quais haja dados suficientes para mensuração do valor justo, maximizando o uso de informações disponíveis pertinentes e minimizando o uso de informações não disponíveis. Essas metodologias de avaliação não foram alteradas nos exercícios apresentados.

Todos os ativos e passivos para os quais o valor justo seja mensurado ou divulgado nas demonstrações financeiras consolidadas são categorizados dentro da hierarquia de valor justo descrita abaixo, com base na informação de nível mais baixo que seja significativa à mensuração do valor justo como um todo:

- Nível 1 - Preços de mercado cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos;
- Nível 2 - Técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo seja direta ou indiretamente observável;
- Nível 3 - Técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo não esteja disponível.

Para fins de divulgações do valor justo, a Companhia determinou classes de ativos e passivos com base na natureza, características e riscos do ativo ou passivo e o nível da hierarquia do valor justo, conforme acima explicado. As correspondentes divulgações a valor justo de instrumentos financeiros e ativos não financeiros mensurados a valor justo ou no momento da divulgação dos valores justos são resumidas nas respectivas notas.

Com base em sua avaliação, a Administração considera que os valores justos dos principais instrumentos financeiros apresentados não possuem diferenças significativas dos valores contabilizados, como a seguir:

Nível	Controladora				
	28/02/2026		28/02/2025		
	Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo	
Ativos financeiros					
Custo amortizado					
Equivalentes de caixa	2	1.634.980	1.634.980	2.158.568	2.158.568
Aplicações financeiras	2	25.095	25.095	13.728	13.728
Contas a receber	2	696.416	696.416	691.379	691.379
		2.356.491	2.356.491	2.863.675	2.863.675
Valor justo por meio do resultado					
Instrumentos financeiros derivativos	2	-	-	1.324	1.324
		-	-	1.324	1.324
Passivos financeiros					
Mensurado pelo custo amortizado					
Fornecedores	2	821.511	821.511	777.606	777.606
Empréstimos e financiamentos	2	4.252.731	4.260.263	4.377.085	4.389.156
Passivo de arrendamento	2	173.582	173.582	178.853	178.853
Dividendos a pagar	2	346.957	420.000	-	-
Contas a pagar	2	39.837	39.837	20.638	20.638
		5.634.618	5.715.193	5.354.182	5.366.253
Valor justo por meio do resultado					
Instrumentos financeiros derivativos	2	16.184	16.184	-	-
		16.184	16.184	-	-

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 28 de fevereiro de 2026 e 2025

Em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma



		Consolidado				
		28/02/2026		28/02/2025		
Nível		Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo	
Ativos financeiros						
Custo amortizado						
	Equivalentes de caixa	2	1.997.608	1.997.608	2.530.204	2.530.204
	Aplicações financeiras	2	25.095	25.095	16.772	16.772
	Contas a receber	2	1.019.433	1.019.433	1.153.993	1.153.993
			3.042.136	3.042.136	3.700.969	3.700.969
Valor justo por meio do resultado						
	Instrumentos financeiros derivativos	2	-	-	1.324	1.324
			-	-	1.324	1.324
Passivos financeiros						
Mensurado pelo custo amortizado						
	Fornecedores	2	1.229.105	1.229.105	1.284.829	1.284.829
	Empréstimos e financiamentos	2	4.988.383	4.995.916	5.237.675	5.249.746
	Passivo de arrendamento	2	282.563	282.563	275.069	275.069
	Dividendos a pagar	2	346.957	420.000	-	-
	Contas a pagar	2	102.887	102.887	84.760	84.760
			6.949.895	7.030.471	6.882.333	6.894.404
Valor justo por meio do resultado						
	Instrumentos financeiros derivativos	2	16.184	16.184	-	-
			16.184	16.184	-	-

Os derivativos, oriundos de operações de Mercado Futuro são reconhecidos a valor justo, estimados com base nos respectivos contratos objeto e com dados observáveis de mercado, que incluem a movimentação das moedas nas quais os derivativos estão designados.

A Companhia contratou quatro operações de NDF de açúcar com vencimentos entre fevereiro e setembro de 2026 com o objetivo de proteger-se contra a volatilidade de preços da commodity no mercado internacional. As posições em aberto são registradas pelo valor justo na data das demonstrações financeiras intermediárias. As variações de valor justo são reconhecidas no resultado financeiro.

Nesses casos, os ativos e passivos são classificados em Nível 2. Abaixo estão dispostas maiores informações referentes aos derivativos e sua mensuração:

						28/02/2026		28/02/2025	
Ativo objeto	Volume	Valor fixado unitário	Valor total fixado	Valor justo unitário	Valor justo total	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Dólar	12.520	5,1836	64.898	5,1792	64.843	-	55	1.312	-
Euro	250	6,0890	1.522	6,1087	1.527	-	(4)	12	-
Açúcar (lbs.)	165.648	0,8314	137.721	0,7382	122.288	-	15.433	-	-
						-	15.484	1.324	-

A Companhia contratou operação de swap, com o objetivo de proteger parte de sua exposição a variações de taxas de juros. A operação consiste na troca de fluxo em que a Companhia paga taxa CDI + 0,87% e recebe taxa 13,76%, sem troca do valor principal.

O instrumento é registrado a valor justo em balanço, com os efeitos reconhecidos no resultado conforme a natureza da operação.

						28/02/2026		28/02/2025	
Swap	Valor Inicial	Indexador Recebido	Ativo MTM	Indexador Contratado	Passivo MTM	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Empréstimo - Banco Bradesco	200.000	13,76%	219.092	CDI + 0,87% a.a	219.792	-	700	-	-
						-	700	-	-

b) Fatores de risco

Risco de crédito

A Companhia e suas controladas estão potencialmente sujeitas ao risco de crédito da contraparte em suas operações de aplicações financeiras e contas a receber.

Aplicações financeiras

As aplicações financeiras do Grupo estão mantidas em instituições de primeira linha. A seguir a classificação de *Rating* dos valores aplicados (Nota 4 e Nota 5):

	Controladora		Consolidado	
	28/02/2026	28/02/2025	28/02/2026	28/02/2025
AAA	1.319.129	1.946.509	1.488.128	2.053.639
AA+	-	-	1.960	64.287
AA	-	-	95	-
AA-	-	-	52.069	-
A+	309.179	200.000	309.179	200.000
	1.628.308	2.146.509	1.851.431	2.317.926

Contas a receber

As políticas de vendas da Companhia e suas controladas estão subordinadas às políticas de crédito fixadas por sua Administração e visam minimizar eventuais problemas decorrentes da inadimplência de seus clientes. Este objetivo é alcançado por meio da seleção criteriosa da carteira de clientes que considera a capacidade de pagamento (análise de crédito) e a diversificação das vendas (pulverização do risco), que historicamente tem obtido resultados satisfatórios em relação as suas metas de mitigação deste risco.

A Companhia e suas controladas não possuíam, no exercício findo em 28 de fevereiro de 2026, clientes responsáveis individualmente por mais de 10% da receita líquida total, bem como, do saldo das contas a receber em aberto no final do exercício.

Risco liquidez

Risco de liquidez representa o encurtamento nos recursos destinados para pagamento de dívidas (substancialmente empréstimos e financiamentos). A Companhia e suas controladas tem políticas de monitoramento de caixa para evitar o descasamento de contas a receber e a pagar. Adicionalmente, a Companhia mantém saldos em aplicações financeiras passíveis de resgate a qualquer momento para cobrir eventuais descasamentos entre a data de maturidade de suas obrigações contratuais e sua geração de caixa. A Companhia e suas controladas historicamente tem obtido resultados satisfatórios em relação as suas metas de mitigação deste risco.

Risco de fornecimento, preços dos insumos e dos produtos acabados

A Companhia não é verticalmente integrada, logo, depende de terceiros para execução de sua cadeia de valor e atingimento de seus objetivos estratégicos e de resultados, como no fornecimento de matéria-prima e demais insumos produtivos, operacionalização de parte de suas atividades (mão-de-obra), execução logística (cadeia de suprimentos e de distribuição) e comercial (vendas, marketing e trade marketing). A instabilidade ou interrupção no fornecimento de materiais e serviços críticos por terceiros, principalmente, matéria prima e transportes logísticos (fretes), em decorrência de fatores internos ou externos, alheios ou não a ingerência da Companhia, pode gerar paralizações, parciais ou totais, de linhas de produção, plantas ou segmentos de negócios, o que pode afetar adversa e materialmente seus resultados financeiros e operacionais e sua continuidade operacional.

Os principais insumos utilizados no processo produtivo da Companhia e suas controladas são *commodities* agrícolas, cujos preços sofrem flutuações em função das políticas públicas de fomento agrícola, sazonalidade de safras e efeitos climáticos, podendo acarretar perda em decorrência da flutuação de preços no mercado. Para minimizar esse risco, a Companhia monitora permanentemente as oscilações de preço nos mercados nacional e internacional. A Companhia historicamente tem obtido resultados satisfatórios em relação as suas metas de mitigação deste risco.

Risco de mercado

Risco da taxa de juros

Esse risco advém da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros que aumentem as suas despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos ou reduzir o ganho com suas aplicações. A Companhia monitora continuamente a volatilidade das taxas de juros do mercado. Com objetivo de reduzir os possíveis impactos advindos de oscilações em taxas de juros, a Companhia e suas controladas adotam a política de manter seus recursos aplicados em instrumentos atrelados ao CDI, ou equivalentes nas controladas internacionais. A Companhia historicamente tem obtido resultados satisfatórios em relação as suas metas de mitigação deste risco.

Risco de taxas de câmbio

A Companhia utiliza instrumentos financeiros derivativos, principalmente hedge financeiro, com o propósito de proteger suas importações contra riscos de flutuação nas taxas de câmbio.

As perdas e os ganhos com as operações de derivativos são reconhecidos diariamente no resultado, considerando-se o valor de realização desses instrumentos (valor de mercado). A provisão para as perdas e ganhos não realizados é reconhecida na conta "Instrumentos Financeiros - Derivativos", no balanço patrimonial e a contrapartida no resultado é na rubrica "Ganhos/Perdas - Derivativos", líquidas.

c. Análise de sensibilidade

Apresentamos, a seguir, quadro demonstrativo de análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros, que descreve os riscos que podem gerar prejuízos materiais para a Companhia, com cenário mais provável (cenário 1), segundo avaliação efetuada pela Administração, considerando um horizonte de doze meses, quando deverão ser divulgadas as próximas informações financeiras contendo tal análise. Adicionalmente, dois outros cenários são demonstrados a fim de apresentar 25% e 50% de deterioração na variável do cenário provável considerada, respectivamente (cenários 2 e 3).

Dívidas e aplicações financeiras

As operações financeiras de investimento de caixa e captação atrelados a moedas diferentes de reais e CDI estão sujeitas à variação da taxa de câmbio (USD/R\$, CLP/R\$, PEN/R\$ e EUR/R\$) e da taxa de juros (CDI).

Instrumento	Risco	Taxa a.a.	Valor	Cenário Base	Cenário 2 25%	Cenário 3 50%
Capital de Giro	Flutuação do CDI	14,90%	951.592	(140.554)	(175.692)	(210.831)
Debêntures	Flutuação do CDI	14,90%	3.368.606	(450.080)	(562.600)	(675.120)
Total				(590.634)	(738.292)	(885.951)
Variação (Perda)					(147.658)	(295.317)

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 28 de fevereiro de 2026 e 2025
 Em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma



Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras (desvalorização das taxas de juros)

Instrumento	Risco	Taxa a.a.	Valor	Cenário Base	Cenário 2 25%	Cenário 3 50%
Aplicações financeiras	Flutuação do CDI	14,90%	1.723.907	262.238	196.679	131.119
Total				262.238	196.679	131.119
Variação (Perda)					(65.559)	(131.119)

Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras (depreciação do Real)

Instrumento	Risco	Taxa a.a.	Valor	Cenário Base	Cenário 2 25%	Cenário 3 50%
Aplicações financeiras	Flutuação do BRL/CLP	0,0059	100.289	100.391	75.293	50.196
Aplicações financeiras	Flutuação do BRL/USD	5,1489	2.140	2.140	1.605	1.070
Total				102.531	76.898	51.266
Variação (Perda)					(25.633)	(51.265)

Dívida (variação cambial)

Instrumento	Risco	Taxa a.a.	Valor	Cenário Base	Cenário 2 25%	Cenário 3 50%
Dívida denominada em USD	Flutuação do BRL/USD	5,1489	338.394	57	(123.143)	(246.342)
Dívida denominada em PEN*	Flutuação do BRL/PEN	1,5342	199.398	39	(49.801)	(99.640)
Dívida denominada em CLP**	Flutuação do BRL/CLP	0,0059	43.398	(44)	(10.905)	(21.765)
Total				52	(183.849)	(367.747)
Variação (Perda)					(183.901)	(367.799)

(*) PEN - Novo Sol / Peru

(**) CLP - pesos Chilenos

Derivativos designados como hedge (depreciação do Real)

Instrumento	Risco	Taxa a.a.	Valor	Cenário Base	Cenário 2 25%	Cenário 3 50%
Derivativos	Flutuação do BRL/USD	5,1489	64.843	(8)	16.201	32.410
Derivativos	Flutuação do BRL/EURO	6,0762	1.527	(1)	381	762
Total				(9)	16.582	33.172
Variação (Perda)					16.591	33.181

As fontes de informação para as taxas utilizadas acima foram obtidas no Banco Central do Brasil – BCB.

Riscos climáticos

A Companhia possui exposições relacionadas às mudanças climáticas, tendo em vista que eventos climáticos adversos podem impactar a produção das principais commodities nos países de origem de matéria-prima, que podem causar volatilidade nos preços de commodities e/ou rupturas na cadeia de suprimentos.

Eventuais mudanças regulatórias ou mudanças estruturais na sociedade relacionadas à percepção de clientes e consumidores em relação à contribuição sustentável da Companhia para a sociedade podem demandar investimentos adicionais. A estratégia de sustentabilidade da Companhia consiste em monitorar riscos atrelados ao tema e em iniciativas de diferentes áreas, reportados periodicamente ao Comitê de ESG e Ética e anualmente por meio do Relatório de Sustentabilidade, aprovado pelo Conselho de Administração.

A Companhia não tem planos ou alteração na forma ou composição dos produtos que possam resultar em impactos na mensuração dos ativos, notadamente contas a receber, estoques e imobilizado, ou dos passivos, por obrigações presentes por eventos passados, que devam ser registrados nas demonstrações financeiras do exercício encerrado em 28 de fevereiro de 2025 relacionados ao tema. Sendo estas as circunstâncias, as demonstrações financeiras do exercício não requereram ajustes decorrentes dos riscos relacionados às mudanças climáticas.

Riscos cibernéticos

A Companhia reconhece a importância crescente da segurança da informação em um mundo cada vez mais digital e interconectado, onde ataques cibernéticos podem comprometer a segurança das informações, interromper as operações e impactar financeiramente a organização. A exposição a riscos cibernéticos é significativa devido à dependência de sistemas digitais para a gestão da cadeia de suprimentos, processamento de transações financeiras e armazenamento de dados confidenciais de clientes e funcionários.

Ataques cibernéticos, como violações de dados e ransomware, podem não apenas causar perdas financeiras diretas, mas também afetar a reputação da empresa, resultando em perda de confiança dos clientes e possíveis penalidades regulatórias. Em resposta a esses desafios, a Companhia implementou um robusto programa de segurança cibernética que inclui monitoramento contínuo dos sistemas de informação, treinamento regular dos funcionários em práticas de segurança da informação e parcerias com organizações especializadas em segurança cibernética.

Além disso, a Companhia segue as melhores práticas do COBIT como uma estrutura central para governança de Tecnologia, visando garantir que suas operações estejam alinhadas com as melhores práticas internacionais e em conformidade com as legislações de proteção de dados e segurança cibernética. Essa adoção permite uma gestão mais efetiva e uma proteção robusta contra as novas formas de ameaças digitais.

Para aprimorar ainda mais sua capacidade de prevenção e resposta, a Companhia integrou ferramentas avançadas baseadas em inteligência artificial em sua infraestrutura tecnológica. Essas ferramentas utilizam algoritmos de aprendizado de máquina para monitorar, detectar e reagir a atividades suspeitas em tempo real, o que eleva a eficiência dos processos de segurança. Embora até o momento não tenham sido observados eventos cibernéticos que resultem em impactos financeiros significativos, a incorporação dessas tecnologias assegura que a Companhia permaneça vigilante e proativamente preparada para responder a incidentes cibernéticos, garantindo assim a integridade dos seus ativos e a continuidade das operações comerciais.

Gestão do capital

Os ativos podem ser financiados por capital próprio ou capital de terceiros. Caso a opção por capital próprio seja realizada, esta pode utilizar recursos provenientes de aportes de capital pelos acionistas atuais ou por capitalização em operação de mercado de capitais com a entrada de novos acionistas. A utilização de recursos financiados por terceiros será sempre uma opção a ser considerada, principalmente pelo entendimento da Administração de que este custo será menor do que o custo de capital próprio, otimizando o custo de capital ou quando este custo for menor que o retorno gerado pelo ativo adquirido. É importante apenas assegurar que seja mantida uma estrutura de capital eficiente com objetivo de otimização do custo de capital, que propicie solidez financeira e ao mesmo tempo viabilize seu plano de negócios.

O capital é gerenciado por meio de índices de alavancagem, que são definidos como endividamento líquido dividido pela soma do EBITDA dos últimos 12 meses, e endividamento líquido dividido pela soma do endividamento financeiro líquido e patrimônio líquido total. A Administração procura manter esta relação em níveis iguais ou inferiores aos níveis da indústria. A Administração inclui na dívida líquida os empréstimos e financiamentos, derivativos, caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras circulante e não circulante, e títulos e valores mobiliários vinculados, circulante e não circulante com base em valores extraídos do balanço patrimonial consolidado.

30. Informações por segmento

A Administração definiu o modelo estratégico do negócio, baseando as decisões da Companhia entre os segmentos Brasil e Internacional. Os segmentos do Grupo realizam operações entre si e tem as mesmas práticas contábeis descritas na nota explicativa 2.

As informações dos segmentos da Companhia estão incluídas nas tabelas a seguir:

	Brasil		Internacional		Consolidado	
	28/02/2026	28/02/2025	28/02/2026	28/02/2025	28/02/2026	28/02/2025
Ativo						
Circulante	3.848.071	4.384.079	1.665.366	1.826.311	5.513.437	6.210.390
Não circulante	3.754.063	3.381.427	1.507.045	1.514.778	5.261.108	4.896.205
Ativo total	7.602.134	7.765.506	3.172.411	3.341.089	10.774.545	11.106.595
Passivo						
Circulante	1.783.416	2.762.610	1.051.035	1.019.379	2.834.451	3.781.989
Não circulante	4.516.056	3.263.217	408.348	603.799	4.924.404	3.867.016
Passivo total	6.299.472	6.025.827	1.459.383	1.623.178	7.758.855	7.649.005

	Brasil		Internacional		Consolidado	
	28/02/2026	28/02/2025	28/02/2026	28/02/2025	28/02/2026	28/02/2025
Mercado interno	9.132.669	10.008.607	2.092.402	2.336.738	11.225.071	12.345.345
Mercado externo	319.904	509.453	1.326.169	1.268.606	1.646.073	1.778.059
Receita bruta de vendas	9.452.573	10.518.060	3.418.571	3.605.344	12.871.144	14.123.404
Impostos sobre vendas	(749.851)	(855.008)	(73.362)	(76.297)	(823.213)	(931.305)
Devoluções e abatimentos	(758.149)	(748.547)	(174.779)	(180.613)	(932.928)	(929.160)
Receita líquida de vendas	7.944.573	8.914.505	3.170.430	3.348.434	11.115.003	12.262.939
Custos das vendas e serviços	(6.185.312)	(7.287.058)	(2.437.405)	(2.585.933)	(8.622.717)	(9.872.991)
Lucro bruto	1.759.261	1.627.447	733.025	762.501	2.492.286	2.389.948
Despesas de vendas	(810.069)	(812.328)	(435.479)	(381.553)	(1.245.548)	(1.193.881)
Despesas gerais e administrativas	(352.412)	(275.684)	(53.926)	(67.233)	(406.338)	(342.917)
Depreciação e amortização	(182.877)	(181.051)	(103.046)	(85.225)	(285.923)	(266.276)
Outros resultados e equivalência patrimonial	54.143	53.388	20.741	737	74.884	54.125
Lucro antes do resultado financeiro	468.046	411.772	161.315	229.227	629.361	640.999
Despesas financeiras	(804.385)	(803.153)	(101.123)	(92.871)	(905.508)	(896.024)
Receitas financeiras	274.291	402.924	39.563	28.733	313.854	431.657
Lucro antes dos impostos	(62.048)	11.543	99.755	165.089	37.707	176.632
IRPJ e CSLL	103.341	71.296	7.423	(30.927)	110.764	40.369
Lucro líquido	41.293	82.839	107.178	134.162	148.471	217.001

31. Seguros

A Companhia possui um programa de gerenciamento de riscos, buscando no mercado coberturas compatíveis com seu porte e suas operações. As coberturas foram contratadas pelos montantes a seguir indicados, considerados suficientes pela Companhia para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações e a orientação de seus consultores de seguros.

A seguir a tabela com o resumo das apólices contratadas em 28 de fevereiro de 2026:

Riscos	Cobertura	Controladora		Consolidado	
		Valor em Risco	Custo da Apolice	Valor em Risco	Custo da Apolice
Riscos Operacionais	Contra danos materiais a edificações, instalações, estoques, máquinas e equipamentos, lucros cessantes	3.450.568	5.082	5.869.225	9.087
Transporte de mercadorias	Mercadorias em trânsito	8.795.102	285	18.442.953	2.580
Responsabilidade civil	Reparações por danos pessoais e/ou materiais causados a terceiros, em consequência das operações da Companhia	15.000	93	82.242	447
Responsabilidade civil de administradores	Prejuízos financeiros decorrentes de reclamações feitas contra os segurados, em virtude de atos danosos pelos quais se busque sua responsabilização	100.000	72	101.302	135
Processos judiciais	Processos judiciais diversos	382.328	2.236	590.294	4.379
Veículos	Sinistros diversos	100% Tabela FIP	31	-	699
Seguro Ambiental	Reclamações de terceiros relativas a transporte, danos pessoais, danos materiais e custos de limpeza	400	10	400	10
Recebimento de clientes	90% da dívida de clientes inadimplentes	90% das vendas	118	90% das vendas	743
Fiança locatícia	Inadimplemento da Companhia relativo a locação de imóveis	25.268	305	25.268	305
Seguro Recursal	Cobertura a processos trabalhistas	12.969	137	14.444	160
Outros	Coberturas diversas	34.506	936	103.489	1.262

* O valor em risco consolidado é composto pelas apólices da controladora Camil Alimentos S.A, onde o valor assegurado corresponde a 100% da tabela FIP vigente, e da controlada Ciclo Logística Ltda., onde a apólice assegura 80% da tabela FIPE.

32. Transações Não Caixa

	Controladora		Consolidado	
	28/02/2026	28/02/2025	28/02/2026	28/02/2025
Transações que não envolveram caixa:				
Atividades operacionais				
Ativos circulantes (i)	-	-	(134.876)	-
Ativos não circulantes (i)	-	-	(314.740)	-
Passivos circulantes (i)	-	-	253.750	-
Passivos não circulantes (i)	-	-	95.900	-
Imposto de renda e contribuição social pagos (ii)	-	(22.320)	(23.451)	(35.429)
	-	(22.320)	(123.417)	(35.429)
Atividades de investimentos				
Adições imobilizado e intangível (iii)	8.765	89.009	80.422	103.931
Adições aos investimentos	-	9.845	9.584	-
	8.765	98.854	90.006	103.931
Atividades de financiamentos				
Direito de uso e passivo de arrendamento	40.894	70.384	77.560	40.442
Pagamentos de passivo de arrendamento (iv)	1.811	4.046	3.406	3.533
	42.705	74.430	80.966	43.975

- (i) Ativos e passivos circulantes e não circulantes advindos das operações de combinações de negócios;
(ii) Valores compensados com créditos de impostos;
(iii) Efeito líquido entre as adições ao imobilizado e intangível da Companhia em exercícios anteriores, mas que o fluxo de caixa ocorreu no exercício corrente e as adições que não houve utilização de recursos monetários ou que a utilização dos recursos ocorrerá em datas posteriores ao fechamento destas demonstrações financeiras intermediárias;
(iv) Créditos de PIS/COFINS tomados sobre os valores pagos de arrendamento no período.

33. Evento subsequente

Em 27 de março de 2026, a Companhia contratou uma operação de crédito junto ao banco Itaú, no montante de R\$200.000, na modalidade de Nota de Crédito Rural, lastreada na aquisição de matéria-prima (arroz). O pagamento do principal e dos encargos financeiros ocorre em parcela única, com vencimento em 24 de março de 2028.

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE O RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE

Os Diretores da Camil Alimentos S.A. declaram que reviram, discutiram e concordam com o Relatório dos Auditores Independentes da BDO RCS Auditores Independentes S.S Ltda. emitido, sem ressalvas, sobre as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas da Camil Alimentos S.A., relativas ao exercício findo em 28 de fevereiro de 2026.

São Paulo, 07 de maio de 2026.

Luciano Maggi Quartiero
Diretor Presidente

Flavio Jardim Vargas
Diretor Financeiro e DRI

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Os Diretores da Camil Alimentos S.A. declaram que reviram, discutiram e concordam as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas da Camil Alimentos S.A., relativas ao exercício findo em 28 de fevereiro de 2026, acompanhadas do Relatório, sem ressalvas, dos Auditores Independentes da BDO RCS Auditores Independentes S.S Ltda., bem como autorizam a sua publicação.

São Paulo, 07 de maio de 2026.

Luciano Maggi Quartiero

Diretor Presidente

Flavio Jardim Vargas

Diretor Financeiro e DRI



Relatório Anual do Comitê de Auditoria Estatutário da Camil Alimentos S.A.

Exercício Social: março de 2025 a fevereiro de 2026

O Comitê de Auditoria Estatutário (“CAE”, “Comitê de Auditoria” ou “Comitê”) da Camil Alimentos S.A. (“Companhia”) é um órgão de caráter permanente e consultivo, criado pelo Conselho de Administração em 11 de janeiro de 2018, com a finalidade de assessorá-lo no desempenho de suas atribuições, nos termos da Resolução CVM nº 23/2021, da Resolução CVM nº 80/2021, da Lei nº 6.404/1976 (“Lei das S.A.”), bem como das demais regulamentações aplicáveis e melhores práticas de governança corporativa.

O Comitê de Auditoria possui um Regimento Interno, aprovado na Reunião do Conselho de Administração em 14 de julho de 2022, o qual tem por finalidade estabelecer normas e definir as responsabilidades e atribuições para o funcionamento do Comitê de Auditoria da Companhia, observados o Estatuto Social da Companhia, a Lei das S.A., as demais regulamentações aplicáveis, bem como as melhores práticas de governança corporativa (“Regimento Interno”).

O Comitê de Auditoria tem como principais objetivos assessorar o Conselho de Administração na supervisão da qualidade e integridade das demonstrações financeiras da Companhia, bem como no monitoramento da conformidade com normas legais, regulatórias e internas. Nesse contexto, atua no acompanhamento e aprimoramento dos processos de gestão de riscos, controles internos e práticas de ética, integridade e compliance, além de supervisionar as atividades da auditoria interna e dos auditores independentes, zelando por sua independência, qualidade e adequação. Compete ainda ao Comitê avaliar políticas e práticas contábeis, a efetividade e integridade dos sistemas de controle e a adequada gestão de riscos, contribuindo para o fortalecimento da governança corporativa e a transparência das informações prestadas ao mercado.

1. Composição do Comitê de Auditoria Estatutário

Em conformidade com o seu Regimento Interno, o CAE é composto por 3 (três) membros independentes, que se encontram em pleno exercício de seus mandatos. O exercício social iniciou-se com a composição do Comitê formada pelos Srs. Carlos Roberto de Albuquerque Sá, na qualidade de Coordenador do Comitê, Marcelo Marcondes Leite de Souza e Piero Paolo Picchioni Minardi.

No decorrer do exercício social, houve alteração na composição do Comitê, conforme deliberação do Conselho de Administração em 27 de junho de 2025. Atualmente, o Comitê de Auditoria é formado por 3 (três) membros, todos independentes, que atendem aos requisitos de reconhecida experiência em Contabilidade Societária e Finanças e eleitos pelo Conselho de Administração da Companhia: a Sr^a. Valdenise dos Santos Menezes, Coordenadora do Comitê (“Coordenadora do Comitê”, eleita em reunião do Comitê, realizada em 02 de julho de 2025), o Sr. Edison Carlos Fernandes, membro efetivo do Comitê de Auditoria na Companhia, e, o Sr. Piero Paolo Picchioni Minardi, que também atua como membro independente do Conselho de

Administração. Ressalta-se, por fim, que nenhum dos membros do Comitê integra a Diretoria da Companhia.

2. Atividades Comitê – Exercício 2025/2026

Ao longo do exercício social, o Comitê reuniu-se em 11 (onze) ocasiões, em sessões ordinárias e extraordinárias. O (A) Coordenador (a) do Comitê participou, sempre que aplicável e quando convocado, de reuniões do Conselho de Administração e da Assembleia Geral, contribuindo para o alinhamento entre os órgãos de governança. Ainda, o Comitê de Auditoria também participou de reuniões conjuntas com o Conselho Fiscal, para discussão dos principais temas de sua competência acompanhados durante o período.

As reuniões contaram com a participação de membros da Administração, incluindo o Diretor Presidente, o Diretor Financeiro e de Relações com Investidores, bem como dos demais Diretores, Gerentes Executivos, Gerência de Auditoria Interna, Riscos, Controles Internos e Compliance, Auditores Independentes e assessores externos, conforme os temas tratados.

O Comitê manteve interlocução com o Conselho de Administração, reportando suas atividades, conclusões e recomendações.

2.1. Principais Assuntos

O Comitê de Auditoria reuniu-se com os Auditores Internos e Independentes, com os Diretores da Companhia e demais estruturas de controles, como as áreas Gestão de Riscos, Controles Internos e Compliance, a fim de realizar o entendimento e avaliação dos ambientes de riscos e controles internos da Companhia. Os principais temas discutidos nas reuniões foram:

Governança Corporativa

No âmbito de suas atribuições, o Comitê de Auditoria dedicou especial atenção ao fortalecimento da estrutura de governança corporativa da Companhia, com foco na aderência às melhores práticas de mercado e aos requisitos regulatórios aplicáveis. Nesse contexto, foram conduzidas análises críticas e discussões aprofundadas acerca:

- da estrutura organizacional das áreas de Compliance e LGPD, Riscos, Controles Internos e Auditoria Interna;
- dos planejamentos estratégicos e operacionais dessas áreas para o exercício 2025/2026, incluindo a consistência de metas, alocação de recursos e capacidade de execução;
- da suficiência e aderência do arcabouço normativo interno, com apreciação e recomendação de políticas corporativas relevantes, especialmente aquelas relacionadas à integridade, prevenção à lavagem de dinheiro e processos licitatórios;
- do processo de integração (onboarding) das áreas de Compliance e LGPD, Riscos e Controles Internos e Auditoria Interna, Controladoria, ESG, Jurídico, Operações e Relações com Investidores, avaliando sua efetiva incorporação à cultura organizacional e aos processos decisórios da Companhia.

Auditoria Interna

A Companhia dispõe de uma área de Auditoria Interna (“Gerência de Auditoria Interna”), a qual está estruturalmente vinculada à Diretoria Financeira, e funcionalmente se reporta ao Conselho de Administração, por meio do Comitê de Auditoria, em linha com as competências atribuídas ao Comitê em seu Regimento Interno. O Comitê acompanhou de forma contínua e sistemática as atividades da Auditoria Interna, exercendo seu papel de supervisão quanto à sua qualidade técnica e efetividade. Dentre as principais atividades, destacam-se:

- a análise crítica, validação e recomendação do Plano Anual de Auditoria Interna para o exercício 2025/2026, considerando a cobertura de riscos relevantes e a priorização adequada dos trabalhos;
- o acompanhamento periódico da execução dos trabalhos de auditoria, com avaliação do progresso, escopo, achados relevantes e eventuais limitações identificadas;
- o monitoramento da implementação das recomendações emitidas, incluindo a avaliação da tempestividade e efetividade dos planos de ação adotados pela Administração.

Auditor Independente

O auditor independente da Companhia é a BDO RCS Auditores Independentes S.S Ltda. (“BDO”), responsáveis pelo exame e emissão do relatório sobre as demonstrações financeiras. O Comitê manteve relacionamento contínuo e independente com os auditores externos, assegurando a adequada supervisão dos trabalhos e a qualidade das informações financeiras divulgadas pela Companhia. Nesse sentido, foram realizadas:

- a análise e acompanhamento do planejamento anual dos trabalhos de auditoria independente, incluindo escopo, abordagem metodológica e principais áreas de risco;
- a apreciação crítica das demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 28 de fevereiro de 2025, com ênfase em estimativas contábeis relevantes, julgamentos críticos e consistência das práticas adotadas;
- a análise e discussão das Informações Financeiras Trimestrais (ITRs), com foco na transparência, qualidade e tempestividade das divulgações;
- a análise e recomendação ao Conselho de Administração sobre a seleção e indicação da troca do auditor independente para o exercício social de março 2025 a fevereiro de 2026, com avaliação cuidadosa e criteriosa da qualidade técnica, do tempo de dedicação, experiência da empresa, dos sócios e especialistas responsáveis pela auditoria e sua independência, bem como sobre a metodologia, ferramentas e honorários competitivos para o segmento, porte e complexidade da Companhia;
- a avaliação prévia e ratificação da contratação de serviços de natureza extra-auditoria, com verificação rigorosa da observância dos requisitos de independência e ausência de conflitos de interesse;
- o acompanhamento das recomendações constantes da Carta de Controles Internos, com monitoramento e avaliação das ações corretivas propostas pela Administração.

Gestão de Riscos e Controles Internos

O Comitê atuou de forma ativa na supervisão do ambiente de gestão de riscos e controles internos da Companhia, buscando assegurar sua robustez, efetividade e aderência às melhores práticas. As atividades incluíram:

- a avaliação e validação do planejamento anual dos trabalhos das áreas de Gestão de Riscos e Controles Internos;
- o monitoramento contínuo das ações decorrentes da Carta de Controles Internos, com foco na adequada mitigação de deficiências identificadas;
- a interação com a Administração acerca de temas relacionados ao ambiente de controles internos, riscos relevantes e iniciativas estratégicas da Companhia, considerando seus potenciais impactos sob a ótica de materialidade e perfil de risco.

Compliance

O Comitê supervisionou a evolução do Programa de Compliance e Integridade da Companhia, avaliando sua efetividade, abrangência e aderência às exigências regulatórias e às melhores práticas de mercado. Nesse contexto, foram apreciadas e recomendadas diversas políticas corporativas relevantes, dentre as quais:

- Política Global de Privacidade;
- Políticas de Cookies (Brasil e América Latina);
- Política Anticorrupção e Antissuborno;
- Política de Conflito de Interesses;
- Política de Relacionamento com Agentes Públicos;
- Política de Doações e Patrocínios.

Adicionalmente, o Comitê realizou a avaliação e validação do planejamento anual dos trabalhos das áreas de Compliance e LGPD e acompanhou a implementação e o aprimoramento contínuo dos mecanismos de integridade, incluindo processos, controles e iniciativas voltadas à disseminação da cultura ética na Companhia.

Tecnologia da Informação (TI)

- Acompanhamento detalhado do plano de ação das deficiências de controles de TI apontadas na Carta de Controles Internos, recomendando alterações e adequação para melhoria da efetividade dos planos;
- Análise e discussão de riscos específicos de TI, como os de gestão de acesso e segregação de função.

Informações Financeiras e Orçamentárias

O Comitê exerceu suas atribuições no acompanhamento da qualidade e integridade das informações financeiras e do planejamento econômico-financeiro da Companhia. Dentre as atividades realizadas, destacam-se:

- a análise das Informações Financeiras Trimestrais referentes ao 1º, 2º e 3º trimestres do exercício social, com foco na consistência das informações, principais variações e adequação das divulgações;
- a discussão e recomendação das demonstrações financeiras relativas ao exercício social 2024/2025, com base nas informações apresentadas pela Administração e nos relatórios dos auditores independentes;
- o acompanhamento do planejamento orçamentário para o exercício social de 2026/2027, incluindo premissas, projeções e alinhamento com a estratégia da Companhia.

3. Conclusões e Recomendações do Comitê

Ao longo do exercício social, o Comitê de Auditoria manteve interlocução com o Conselho de Administração, reportando o andamento de suas atividades e emitindo recomendações fundamentadas sobre matérias inseridas no âmbito de suas competências.

Com base nas atividades desenvolvidas no período, nas informações prestadas pela Administração, nos trabalhos realizados pela Auditoria Interna e nas interações mantidas com os Auditores Independentes, o Comitê conclui que:

- as demonstrações financeiras da Companhia refletem adequadamente, em todos os aspectos relevantes, sua posição patrimonial e financeira, observando as práticas contábeis adotadas no Brasil e a regulamentação aplicável;
- durante o curso dos trabalhos, não houve situação de divergência significativa entre a Administração da Companhia, os auditores independentes e o Comitê em relação a tais demonstrações financeiras.
- os auditores independentes atuaram com independência, qualidade técnica e aderência às normas profissionais e regulatórias;
- a função de Auditoria Interna desempenhou suas atividades com adequada cobertura dos riscos relevantes e em conformidade com o plano de auditoria aprovado;
- os sistemas de controles internos e de gerenciamento de riscos da Companhia mostraram-se, adequados, de modo geral, considerando a natureza, complexidade e porte de suas operações;
- o ambiente de governança corporativa, incluindo as estruturas de compliance e integridade, apresenta evolução consistente, com mecanismos para suportar a tomada de decisão e mitigar riscos relevantes.

[restante da página deixado intencionalmente em branco]

Sem prejuízo das conclusões acima, e em linha com seu papel de aprimoramento contínuo dos processos de governança, o Comitê apresentou recomendações à Administração e ao Conselho de Administração, com destaque para:

- o fortalecimento contínuo do ambiente de controles internos, com foco na tempestiva implementação das recomendações das auditorias interna e independente;
- o aprimoramento das práticas de governança corporativa, especialmente no que se refere à formalização, atualização e disseminação de políticas internas;
- a evolução dos processos de gestão de riscos, com atenção a riscos emergentes e à integração entre as áreas envolvidas;
- o desenvolvimento e a consolidação do programa de compliance e integridade, com foco em efetividade, monitoramento e cultura organizacional.

Diante do exposto, o Comitê de Auditoria manifesta-se favoravelmente à aprovação, pelo Conselho de Administração, das demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 28 de fevereiro de 2026.

São Paulo - SP, 07 de maio de 2026.

VALDENISE DOS SANTOS MENEZES
Coordenadora do Comitê

EDISON CARLOS FERNANDES
Membro do Comitê

PIERO PAOLO PICCHIONI MINARDI
Membro do Comitê

CAMIL ALIMENTOS S.A.
CNPJ nº 64.904.295/0001-03
NIRE 35.300.146.735
Companhia Aberta

PARECER DO COMITÊ DE AUDITORIA DA CAMIL ALIMENTOS S.A. (“COMPANHIA”)

Os membros do Comitê de Auditoria Estatutário da Companhia, no exercício de suas atribuições, conforme previsto no Regimento Interno do Comitê de Auditoria, procederam à análise das Demonstrações Financeiras referentes ao exercício findo em 28 de fevereiro de 2026, acompanhadas do Relatório, sem ressalvas, dos Auditores Independentes da BDO RCS Auditores Independentes S.S Ltda., e do Relatório Anual da Administração, e considerando as informações prestadas pela Administração da Companhia e pelos Auditores Externos, são de opinião por unanimidade, que esses documentos refletem adequadamente a situação patrimonial, a posição financeira e as atividades desenvolvidas pela Companhia no período e reúnem condições de serem submetidos à apreciação e aprovação do Conselho de Administração e o seu encaminhamento à deliberação dos acionistas da companhia em Assembleia Geral Ordinária, nos termos da Lei 6.404/76 e a regulamentação aplicável.

São Paulo, 07 de maio de 2026.

Valdenise dos Santos Menezes
Coordenadora

Edison Carlos Fernandes
Membro

Piero Paolo Picchioni Minardi
Membro

CAMIL ALIMENTOS S.A.

Companhia Aberta

NIRE 35300146735

CNPJ/MF nº 64.904.295/0001-03

PARECER DO CONSELHO FISCAL DA CAMIL ALIMENTOS S.A. (“COMPANHIA”)

O Conselho Fiscal da Companhia, em conformidade com as atribuições previstas no art. 163 da Lei 6.404/76 e a regulamentação aplicável, examinou as Demonstrações Financeiras referentes ao exercício findo em 28 de fevereiro de 2026, acompanhadas do Relatório, sem ressalvas, dos Auditores Independentes da BDO RCS Auditores Independentes S.S Ltda. e do Relatório Anual da Administração da Companhia.

O Conselho Fiscal ao longo do exercício acompanhou os trabalhos de reporte da Companhia, por meio de suas reuniões com representantes da Administração e Auditores Independentes.

CONCLUSÃO: Com base nesses trabalhos, evidências e no relatório emitido pela BDO RCS Auditores Independentes S.S Ltda., apresentado sem ressalvas, os Conselheiros Fiscais opinam que as Demonstrações Financeiras referentes ao exercício findo em 28 de fevereiro de 2026, acompanhadas do Relatório, sem ressalvas, dos Auditores Independentes da BDO RCS Auditores Independentes S.S Ltda., e do Relatório Anual da Administração, estão adequadamente apresentados e refletem a situação patrimonial da Companhia e estão aptos a serem apreciados pelos acionistas da Companhia em deliberação na Assembleia Geral Ordinária.

São Paulo, 07 de maio de 2026.

Carlos Roberto de Albuquerque Sá

Presidente do Conselho Fiscal

Eduardo Augusto Rocha Pocetti

Conselheiro Fiscal

Maria Elena Cardoso Figueira

Conselheira Fiscal